



UNIVERSIDADE
DO BRASIL
UFRJ



Programa de
Pós-Graduação em **História**
IH-UFRJ **Comparada**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Dissertação de Mestrado em História Comparada

Por

Isadora Gonçalves França

Título: O papel ideológico da imprensa na Revolta dos Governados de 2013 no Brasil

Orientador: Prof. Dr. Wallace dos Santos de Moraes

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
INSTITUTO DE HISTÓRIA – IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA – PPGHC

Dissertação de Mestrado em História Comparada

Por

Isadora Gonçalves França

Título: O papel ideológico da imprensa na Revolta dos Governados de 2013 no Brasil

Orientador: Prof. Dr. Wallace dos Santos de Moraes

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022.

ISADORA GONÇALVES FRANÇA

O papel ideológico da imprensa na Revolta dos Governados de 2013 no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada no Instituto de História da UFRJ, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Comparada.

Data da provação: _____ de _____ de _____.

Banca examinadora

Orientador(a): Prof. Dr. Wallace dos Santos de Moraes

Prof. Dr. Selmo Nascimento - Colégio Pedro II

Prof. Dr. Rômulo Castro - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

Prof. Dr. Rafael Saddi – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Suplentes

Prof. Dr. Flávio Gomes (PPGHC)

Prof^a. Dr^a. Maria Clara Dias

(PPGBIOS/UFRJ)

Sumário

INTRODUÇÃO	6
Objeto e problemática de pesquisa	6
Hipótese.....	11
Justificativa.....	11
Objetivos Objetivo Geral.....	12
Objetivos específicos	12
Estrutura da Pesquisa.....	12
CAPÍTULO 1 –Apresentação do Quadro Teórico- Metodológico da pesquisa.....	15
Princípios anarquistas.....	17
Conceito de Estadolatria	21
Governanças Sociais e Institucionais	24
Sobre as governanças sociais e Institucionais	31
Conceito de Revolução Social	32
Conceito de Ação Direta	37
Grande Mídia.....	40
Apresentação dos conceitos de Epistemicídio e Racismo Epistêmico	42
Metodologia.....	46
História Comparada	46
Comparativismo histórico e História Comparada	48
História Comparada: características	49
Metodologia.....	52
CAPÍTULO 2 – Como a Grande Mídia retratou os Black Blocs pelo mundo	56
Comportamento típico da grande mídia ao noticiar Black Blocs	56
Alvos econômicos e políticos	58
O rótulo de “anarquistas violentos” criado pela grande mídia	59
Negar o caráter político da tática Black Bloc	62
Postura relativa da Grande Mídia.....	66
A alegação de que Black Blocs não fazem parte do movimento.....	67
Associação com o terrorismo.....	74
Infiltração Policial.....	78
Dando algum espaço para black blockers e simpatizantes.....	79
CAPÍTULO 3 – O Black Bloc na Revolta dos Governados de 2013 no Brasil através da Grande Mídia nacional	81
Julho e os Black Blocs na grande mídia	94
A descrição dos Black Blocs pela grande mídia	97
Alegação de que Black Blocs são grupos infiltrados e a defesa de manifestações pacíficas	101
A alegação de que black blockers têm o único objetivo de destruição.....	106
A questão da legitimidade e da não-legitimidade de manifestantes	110

Infiltração Policial.....	115
A tentativa de reger a manifestação e o incentivo à punição e criminalização dos Black Blocs	116
CONCLUSÃO.....	122
Bibliografia.....	129

INTRODUÇÃO

Objeto e problemática de pesquisa

O aumento nas tarifas do transporte público em várias cidades do Brasil no ano de 2013 foi o estopim que desencadeou uma série de revoltas populares que perturbaram a ordem social e ameaçaram a estabilidade do sistema econômico e político que o país aparentemente vivia. Diversas manifestações sociais de grandes proporções em todo território nacional trouxeram à tona uma série de insatisfações populares e agendas mal resolvidas, questionando o funcionamento do sistema e evidenciando a necessidade de mudanças estruturais em diversos âmbitos sociais.

Milhares de pessoas foram às ruas em uma revolta popular que durou meses e expôs uma enorme deficiência dos governos municipais, estaduais e nacional na entrega de serviços básicos nas áreas de transporte público, saúde, educação, justiça e vários outros, além de evidenciar o plano atroz de segurança pública desses governos, vide truculência policial destinada aos manifestantes.

Em poucos dias o movimento se alastrou pelo país, novas manifestações surgiram tomando proporções maiores e as causas se multiplicaram. Para além das causas defendidas pelo Movimento Passe Livre¹ e pelos Comitês Populares da Copa², que desde as primeiras manifestações colocaram suas pautas nas ruas, a violência policial, reivindicação por melhorias nas áreas da saúde e educação passaram a pautar também as manifestações.

Muitas das pautas que começaram a ser reivindicadas pelos manifestantes foram pautas alimentadas pelos oligopólios de comunicação de massa e seus jornais, como foi

¹“O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero!”. Fonte: <<https://www.mpl.org.br/>>. Acesso em 3 de abr de 2021. Em 2013 o MPL chamou manifestantes às ruas para reivindicar a revogação do aumento das tarifas de transporte público implementada em várias cidades do Brasil no primeiro semestre deste ano.

²Conjunto de organizações e lideranças populares criadas pra discutir, enfrentar e denunciar as violações de direitos do povo e a implementação de um modelo excludente de política urbana motivada pela organização de megaeventos esportivos. Disponível em <<https://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/>>. Acesso em 3 de abr de 2021. Em 2013 estavam denunciando as remoções forçadas da população de suas casas para a construção de estádios para a copa, os gastos exorbitantes tirado dos cofres públicos para a construção de estádios de futebol (enquanto a população estava carente de escolas, hospitais de qualidade, moradia, etc.), o direito de se manifestar.

o caso da Proposta de Ementa Constitucional 37 (PEC 37)³ e da bandeira anticorrupção, fomentada principalmente com intenção de atingir o governo federal.

Junto com milhares de pessoas que foram às ruas protestar e a grande diversidade de reivindicações, uma pluralidade de táticas foram empregadas pelos diversos grupos de manifestantes no momento dos protestos. Dentre elas a ação de manifestantes vestidos de preto, declarando-se anarquistas e com seus rostos tampados, característica típica de manifestantes que participam de Black Blocs, foi noticiada continuamente em diversos jornais.

O ataque direto à símbolos do poder, como prédios legislativos, bancos, igrejas, ônibus ou estações de metrô, empreendido por eles foi publicado na grande mídia como “vandalismo sem causa”⁴ ou ação de “bandos de irresponsáveis, travestidos de manifestantes”⁵. Dessa forma, a grande mídia se fez presente de forma significativa durante todo o período em questão, exercendo o papel de noticiar os protestos mas, sobretudo trazendo à luz suas perspectivas sobre os atos.

A ação desses manifestantes já era evidente na revolta popular mesmo antes do termo Black Bloc aparecer pela primeira vez nas páginas dos jornais de grande circulação. Em meados de junho, quando do início das manifestações, os oligopólios de comunicação de massa enfatizavam nos noticiários ações de depredação do patrimônio público, violência por parte dos manifestantes durante os atos e caos no espaço urbano por onde passava a manifestação. Logo às primeiras notícias, os manifestantes foram acusados de vandalismo, insensatez ou irracionalidade nas páginas dos jornais. A polícia, por sua vez, apenas “reagia” aos atos de violência, com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha.

³ A Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 (PEC 37) estabelecia que investigações criminais fossem exclusividade das polícias federal e civis, tirando o poder do Ministério Público. A PEC 37 sugeria incluir ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública o seguinte parágrafo: “A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública o seguinte parágrafo: “A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente”. Fonte: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=969478&filename=Tramitacao-PEC+37/2011>. Acesso em 24 de nov. de 2021.

⁴ Título da notícia que ocupa a página 10 do Jornal O Globo do dia 12 de junho de 2013. Fonte: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130612>>. Acesso em 24 de nov. de 2021.

⁵ Como escrito no editorial do dia 8 de junho de 2013 do jornal Estado de São Paulo. Fonte: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130608-43698-nac-3-edi-a3-not>>. Acesso em 24 de nov. de 2021.

Nesse momento, o trabalho de diversos coletivos midiativistas que participaram das manifestações foi de fundamental importância, tanto para o apoio da população aos protestos, como para a mudança de postura da mídia tradicional. Coletivos como o Mídia Ninja em todo o Brasil, Coletivo Mariachi no Rio de Janeiro, entre outros nas diversas cidades em que as manifestações aconteceram, tomaram força por mostrar em tempo real os “pontos invisíveis” das manifestações nos oligopólios de comunicação. Relatos e cenas de truculência policial vieram à tona e circularam pela internet divulgando aquilo que a grande mídia até então não mostrara, gerando uma enorme comoção popular.

Passados os primeiros protestos e a grande adesão popular a eles a mídia tradicional modificou a postura de condenação dos movimentos⁶ como um todo. Os noticiários alteraram seu discurso e começaram a distinguir as manifestações e os manifestantes entre “pacíficos” e “violentos” e adotaram uma posição favorável às manifestações “pacíficas” levantando bandeiras aparentemente alheias aos atos, mas continuaram a pintar uma imagem pejorativa de manifestantes mais radicais, a saber, black blockers e simpatizantes.

A leitura que a imprensa fez das manifestações revela uma linguagem hostil para tratar esses manifestantes referindo-se a eles frequentemente como vândalos, irresponsáveis, baderneiros ou responsabilizando-os pelo congestionamento do trânsito, caos urbano e violência.

Por outro lado, na voz de muitos manifestantes que participaram de Black Blocs por todo o mundo, a ação violenta contra a propriedade privada ou propriedade corporativa torna-se necessária a partir do momento em que se reconhece a violência primeira provocada pelo Estado e pelo sistema capitalista, como escreveu o *Coletivo Revolta Camponesa*, composto por black blockers, sobre as revoltas que ocorreram em 1999 em Seattle por ocasião de uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC):

⁶Também tomamos como exemplo dois episódios ocorridos em telejornais de diferentes emissoras, um deles foi a afirmação do comentarista Arnaldo Jabor, no dia 12 de junho de 2013, no qual ele afirma “A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível! Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis *molotovs*, que ganham muito mal. (...) Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos.”. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/>>. Acesso em 31mar. de 2021. O outro episódio foi uma enquête promovida pelo apresentador do programa “Brasil Urgente” da Rede Bandeirantes, José Luiz Datena, no dia 13 de junho de 2013, com a seguinte pergunta: “Você é a favor desse tipo de protesto?”, ao concluir que os números subiam rapidamente na opção “SIM” o apresentador reformula a pergunta associando claramente protesto com baderna. Fica da seguinte forma: “Você é a favor de protesto com baderna?”, novamente não demora até que os números indicam que o telespectador é em sua maioria a favor das manifestações. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>>. Acesso em 31mar. de 2021.

“Sustentamos que a destruição de propriedade não é uma atividade violenta a menos que ela destrua vidas ou cause dor no processo. Por essa definição, a propriedade privada – principalmente a propriedade privada corporativa – é em si própria muito mais violenta do que qualquer ação tomada contra ela.” (LUDD, 2002, p. 63).

Assim, partindo de narrativas revolucionárias que abordam o tema Black Bloc e aqueles que participam dessa tática, encontramos a defesa de legitimidade do uso da força pelos manifestantes, das vidraças de bancos quebradas, das sedes do governo depredadas.

Diante de diferentes interpretações envolvendo a tática Black Bloc, propomos realizar uma investigação sob o paradigma anarquista e decolonial, sobre o papel da grande mídia ao noticiar tanto a revolta popular de 2013 no Brasil, como a ação dos Black Blockers nas ruas. Para isso faremos uma comparação entre a narrativa construída pela grande mídia sobre a tática Black Bloc (e os manifestantes que dela participaram em 2013) e a narrativa revolucionária presente em dois livros que tratam deste fenômeno, sendo um deles uma pesquisa sobre os Black Blocs feita pelo cientista político Francis Dupuis-Déri⁷ e o outro, o livro *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*, um compilado de textos, entrevistas e mensagens escritos por manifestantes que participaram de vários Black Blocs em diversas manifestações sociais ocorridas durante os Dias de Ação Global dos Povos⁸.

Desde já é necessário explicar que trataremos as manifestações pelo nome de Revolta dos Governados, nome proposto primeiramente por Wallace de Moraes (2018a). Entendemos que a nomenclatura é de inteira importância no cenário de disputa interpretativa em que se encontra tal revolta. Diversas interpretações ideológicas intitularam a revolta de diferentes nomes, o mais comum deles foi “Jornadas de Junho”, não acreditamos porém que o termo “jornadas” seja o mais apropriado para se referir aos protestos, uma vez que seus significados pouco tem a ver com protestos de rua, enfrentamento popular ou insurgência⁹. Além disso, como a

⁷ DUPUIS-DÉRI, Francis. Black Blocs. São Paulo: Veneta, 2014.

⁸ LUDD, Ned. Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os dias de Ação Global. São Paulo: Conrad Livros: 2002.

⁹ Procuramos em dois dicionários *online* o significado do termo *Jornada* e os resultados que encontramos, muito parecidos nos dois dicionários, nada se aproximam de revoltas populares ou protestos de rua, neles o termo *jornada* significa “Caminhada que se faz no período de um dia”; “Trabalho desempenhado no decurso de um dia: hoje minha jornada foi difícil”; “Dia marcado por uma situação fora do comum.”; “Distância que se percorre numa viagem”; “[Figurado] Reunião dos acontecimentos que, de alguma forma, pode tornar compreensível uma ação e suas consequências”; “[Militar] Ação ou expedição militar; batalha, campanha”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/jornada/>>. Acesso em 12 jul 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=jornada>>. Acesso em 12 jul. de 2021.

revolta não aconteceu apenas durante o mês de junho, essa nomenclatura acaba por limitar logo de entrada sua amplitude. Tais nomes não atendem ao nosso objetivo de viés anarquista e decolonial.

Acreditamos que Revolta dos Governados esteja muito mais de acordo com os acontecimentos que eclodiram em junho de 2013 no Brasil e se estenderam nos meses e anos seguintes por reconhecermos a força da luta empreendida pelos de baixo, por aqueles que estão todos os dias vulneráveis às opressões sociais e institucionais empreendidas através dos governos e do sistema capitalista.

A narrativa da grande mídia será abordada através de três jornais impressos de grande circulação no país: jornal O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. O recorte temporal desta narrativa serão os meses de junho e julho de 2013, tendo em consideração esses dois meses como o período em que as manifestações sociais estiveram no centro da discussão política no país, sendo um assunto abordado diariamente pela imprensa.

Além disso, este período nos permite captar a capacidade de luta popular que neste momento insurgia de forma livre, forte e espontânea, revelando uma série de práticas e ideias originais, inclusive formas de organização social empreendidas a partir da base dos manifestantes. Dessa forma, o recorte temporal em questão apreende o momento de insurgência dos protestos com uma participação ampla e diversificada da população, mas também abrange o momento de formação dos Black Blocs e o desenvolvimento de suas ações nas ruas, sua organização horizontal e descentralizada, o ataque a símbolos dos governos e do capital, a ampla solidariedade entre os manifestantes, a formação de coletivos e grupos de afinidade e as disputas tensões entre os diversos grupos de manifestantes que estiveram presente.

Os textos *Black Blocs* e *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global* tratam de diversos movimentos sociais em que os Black Blocs participaram ativamente, seu recorte temporal abrange, no caso do primeiro texto, o surgimento dos primeiros Black Blocs nos anos 1980, a primeira aparição de um Black Blocs na mídia corporativa em 1999, na cidade de Seattle durante uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) e atuações de Black Blocs em diversos movimentos sociais em todo o mundo até o ano de 2014. O segundo texto abrange o recorte temporal de manifestações conclamadas pelo movimento da Ação Global dos Povos (que teve início em 1998), abrangendo importantes protestos com a atuação de Black Blocs, até a reunião do G-8 em Gênova, ocorrida em julho de 2001.

O problema que procuraremos desvendar está pautado nas seguintes indagações: Houve, durante a Revolta dos Governados de 2013 no Brasil, tentativa de criminalização dos manifestantes, de suas táticas ou formas de se manifestar, por parte da imprensa? A partir desta, outras questões surgem: Qual foi a imagem que a imprensa tentou criar desses manifestantes? Houve, por parte da imprensa, alguma tentativa de pautar as manifestações, a fim de conduzir os manifestantes a reivindicar determinados assuntos específicos? A grande mídia buscou separar os manifestantes em dois grupos?

Hipótese

Partimos da hipótese de que a grande mídia cumpriu um papel de legitimar a criminalização da tática Black Bloc através de uma narrativa que retratava os manifestantes e ativistas que a praticavam como “vândalos”, “baderneiros” ou “irresponsáveis”, incitando e justificando a violência policial contra esses manifestantes.

Justificativa

A análise da narrativa da grande mídia sobre a Revolta dos Governados que ocorreu no Brasil em 2013 justifica-se sobretudo pela necessidade de investigação do discurso jornalístico como um todo. A grande mídia e propaganda como fiel representante da realidade através da ideia de imparcialidade e isenção ao noticiar os acontecimentos.

A linguagem supostamente objetiva do discurso jornalístico procura esconder que o jornalismo é habitado por pessoas e que sua leitura dos fatos parte de uma perspectiva, que por sua vez está repleta de subjetividades, além de dissimular que os jornais da grande mídia e os oligopólios de comunicação de massa são empresas capitalistas que caminham junto com o sistema e lucram com o mercado da notícia.

Dessa forma, a grande mídia é uma governança sociocultural que busca subjugar os governados, utilizando a falsa ideia de imparcialidade nas notícias publicadas e escondendo que o discurso jornalístico está repleto de interesses.

Os textos *Black Blocs* e *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim de Streets e os Dias de Ação Global* abordam amplamente o tema dos Black Blocs, trazendo a postura da grande mídia internacional em relação aos manifestantes que empreendem essa tática em outros protestos, possibilitando uma comparação com a narrativa da imprensa

nacional, colocando em xeque a imparcialidade das notícias publicadas em 2013, durante a Revolta dos Governados.

Objetivos

Objetivo Geral

Investigar, com base em um quadro teórico-metodológico anarquista e decolonial, a postura adotada pela grande mídia em relação à tática Black Bloc, através da comparação entre as notícias publicadas em três jornais impressos de grande circulação no país durante a Revolta dos Governados de 2013 no Brasil e dois livros que abrangem amplamente o tema Black Bloc, entrevistas, mensagens e textos dos seus próprios participantes.

Objetivos Específicos

- Traçar um quadro teórico-metodológico que nos permita analisar, através de um paradigma anarquista e decolonial, a narrativa adotada pela imprensa ao se referir à tática Black Bloc e aos manifestantes que a praticaram durante a Revolta dos Governados de 2013 no Brasil;
- Identificar categorias e conceitos que foram utilizados pelos jornais selecionados para se referir aos manifestantes e à tática Black Bloc durante a Revolta dos governados de 2013 no Brasil;
- Identificar categorias e conceitos utilizados pela mídia tradicional para se referir aos Black Blocs nos textos *Black Blocs* e *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim de Streets e os Dias de Ação Global*, escolhidos para comparação;
- Comparar a narrativa dos jornais sobre a tática Black Bloc, durante a Revolta dos Governados de 2013, com a narrativa da mídia tradicional, presente nos livros *Black Blocs* do pesquisador e cientista político Francis Dupuis-Déri e *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os dias de ação Global*, organizado por Ned Ludd.

Estrutura da Pesquisa

A pesquisa está dividida em três capítulos. Num primeiro momento aprofundaremos na teoria anarquista e decolonial a fim de apresentar nosso aporte

teórico. A apresentação desse aporte teórico nos dará sustentação para a análise dos documentos empíricos a que lançaremos mão.

Resgatando a crítica contundente ao Estado e à autoridade em qualquer âmbito da vida social, apresentaremos o conceito de Estadolatria (MORAES, 2018b, 2021), que abrange todas as teorias e práticas que defendem o Estado como instituição necessária para a humanidade.

Também abordaremos o conceito de Governança (MORAES, 2018b) e algumas de suas variantes (sociais e institucionais), para melhor entender os diversos planos em que as opressões sociais operam.

A partir do pensamento inaugurado por Bakunin, de que é preciso destruir “a ordem atual das coisas, fundada sobre a propriedade, a dominação e o princípio da autoridade”, para construir enfim uma sociedade onde os seres humanos sejam plenamente iguais e livres para se auto-instituir e autogovernar, pretendemos abordar também o conceito de Revolução Social (BAKUNIN, 2008; KROPOTKIN, 2007), pontuando suas diferenças cruciais com os conceitos de Revolução empregados nas teorias liberais e marxistas que apesar das suas diferenças, defendem a manutenção do Estado, modificando apenas a classe que está no comando, contribuindo assim para a continuidade da dicotomia entre governantes e governados.

O conceito de Ação Direta (WALTER, 2001; GRAEBER, 2009; GELDERLOOS, 2011) também será abordado neste capítulo. Consideramos essencial entendê-lo em suas formas variadas, sendo a principal delas, para nós, a tática Black Bloc.

Para entender melhor a perspectiva a partir da qual as notícias dos jornais foram publicadas abordaremos o conceito de Grande Mídia partindo da análise de Nelson Werneck Sodré (1999) e os efeitos da propaganda, tratados por Noam Chomsky (2003, 2019). Os conceitos de epistemicídio (SANTOS, 1998, 2014) e Racismo Epistêmico (GROSFOGUEL, 2007) nos darão sustentação para entender o papel exercido pela grande mídia como uma instituição que se ergueu seguindo os moldes ocidentalizados e colonialistas da sociedade moderna.

Nosso quadro metodológico contará com a abordagem da História Comparada, também apresentada neste capítulo.

No segundo capítulo investigaremos a narrativa da grande mídia diante de diversos Black Blocs formados em diferentes protestos e manifestações pelo mundo, a partir dos textos *Black Blocs* (DUPUIS-DÉRI, 2014) e *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global* (LUDD, 2002). Pretendemos apresentar de

maneira detalhada como a governança sociocultural da grande mídia costuma abordar a tática Black Bloc e os manifestantes que a praticam.

No terceiro capítulo nos ocuparemos do levantamento da narrativa dos jornais sobre a Revolta dos Governados de 2013, com foco na forma como a tática Black Bloc e manifestantes que a praticaram foram noticiados nas páginas dos jornais. Analisaremos as notícias desde o início do mês de junho, quando a ocupação das ruas começou a aparecer no noticiário, até o final do mês de julho de 2013.

Iremos nos concentrar na investigação das duas narrativas, a fim de identificar elementos presentes em ambas, propiciando a execução do método comparativo, a partir do qual identificaremos semelhanças e diferenças entre as narrativas na abordagem dos elementos identificados.

Na conclusão pretendemos realizar a comparação das narrativas trazidas no segundo e terceiro capítulos. A partir dos elementos identificados pretendemos comparar, partindo do quadro teórico e metodológico exposto no primeiro capítulo, a interpretação que cada narrativa oferece sobre tais elementos, com vista a atender os objetivos listados no tópico *Objetivos Específicos*.

CAPÍTULO 1 –Apresentação do Quadro Teórico-Methodológico da pesquisa

Nosso aporte teórico está baseado na Filosofia Política Anarquista e na Teoria Decolonial. Em relação ao anarquismo, optamos por nos valer de sua teoria por dois motivos. O primeiro é porque ela se aproxima das vozes e *práxis* que vieram das ruas em 2013. Ainda que manifestantes de diversas ideologias tenham participado das manifestações e que com o passar dos protestos uma miríade de pautas tenha dividido ainda mais os manifestantes, muitos adotaram uma conduta anarquista desde o início ou empreenderam práticas caras ao anarquismo, tais como a prática da ação direta, a defesa da horizontalidade, da propaganda pelo fato, a crítica ao Estado, ao capitalismo e suas instituições, a crítica a todo tipo de governo existente na sociedade que se apresenta de forma hierárquica e autoritária, em detrimento do autogoverno, da liberdade e igualdade plenas. Sendo estes princípios básicos do anarquismo.

Portanto, ao olharmos as manifestações a partir de uma perspectiva anarquista e revolucionária, nos aproximamos da narrativa adotada pelos manifestantes mais radicais e, acima de tudo, encontramos outros sentidos e significados para as ações empreendidas por eles, diferentes daqueles apresentados na grande mídia.

O segundo motivo diz respeito a interpretação alternativa e crítica que o anarquismo oferece não só das revoltas populares, mas também de uma organização social que fomos ensinados e acostumados a aceitar como natural. Por realizar uma crítica contundente ao Estado, ao capitalismo, a todas as instituições que endossam e corroboram qualquer autoritarismo, conquistando, oprimindo e dominando os seres humanos, instituindo e garantindo uma sociedade dividida entre governantes e governados, o anarquismo agita a nossa consciência e nos retira do marasmo de uma normalidade social que considera correta a opressão e a limitação cotidiana das liberdades humanas. O reconhecimento de uma violência rotineira vinda do Estado e do capitalismo nos oferece outra visão da realidade e de tudo aquilo que convencionou-se considerarmos violento e criminoso.

Assim, a teoria anarquista nos revela uma compreensão da realidade que rompe radicalmente com as estruturas da sociedade moderna possibilitando abrir o leque de interpretações sobre as manifestações que eclodiram em 2013 no Brasil, indo muito além das interpretações oferecidas pelos oligopólios de comunicação, publicadas e amplamente propagandeadas como notícia imparcial.

A comparação da narrativa da mídia corporativa com a narrativa revolucionária (presente nos livros) sobre Black Blocs, através de um quadro teórico anarquista e decolonial, revela o quanto seus significados estiveram e ainda hoje estão em disputa. O fato de muitos manifestantes adotarem práticas de cunho anarquista, nos mostra que o exercício de ampliação das interpretações sobre revoltas populares é necessário pois abre um diálogo com setores populares que participaram e participam de manifestações e que, assim como a teoria anarquista, não tiveram e não tem voz na grande mídia e são inferiorizados e descredibilizados também nas universidades.

Estas instituições ainda hoje fecham-se em uma *universidade* de saberes (em detrimento da *pluriversidade* de conhecimentos populares, negros, indígenas que existem no mundo) que reconhecem como válidos apenas aqueles considerados científicos, objetivos e neutros, achando-se no direito de decidir por todos os outros o que é “verdade” (GROSFOGUEL, 2016). A exaltação de apenas um saber ou uma forma de produzir conhecimento (geralmente aquelas provindas da região norte-cêntrica do mundo ou qualquer uma que endosse ou corrobore o poder do Estado e de todas as outras estruturas e instituições colonialistas), por parte dessas instituições exclui, assassina ou inferioriza tantas outras formas de saber e de produção de conhecimento que existem no mundo, provocando o epistemicídio.

Por esse motivo entendemos que a tarefa de abrir um espaço de interpretação alternativa, aproximando-se das vozes e *práxis* que vieram das ruas e que exaltam a liberdade e igualdade plenas é ainda mais necessária aos que ocupam as universidades, os veículos de comunicação de massa ou qualquer outra instituição dessa sociedade moderna-colonial. Nas palavras de Boaventura de Souza Santos, esse exercício é uma tentativa de um “uso contra-hegemônico da ciência hegemônica”, uma tentativa de praticar uma *ecologia dos saberes*¹⁰(SANTOS, 2007), abrindo espaço para o diálogo com saberes que criticam a ordem instituída, oportunizando a convivência entre saberes populares e o saber científico, tão necessitado desse diálogo e dessa convivência.

Dessa forma entendemos também a urgência de recorrer à teoria decolonial, não apenas porque esta nomeia as diversas formas de domínio e opressão inauguradas com o Colonialismo e que perduram até os dias atuais, mas também porque, fazendo isso,

¹⁰ Segundo Boaventura de Souza Santos vivemos atualmente uma monocultura do saber e do rigor que postula como válida apenas uma forma de conhecimento, o conhecimento científico, que ignora e exclui todos os outros saberes e formas de produzir conhecimento, provocando o epistemicídio. O autor sugere como alternativa para superar esse epistemicídio uma ecologia dos saberes, possibilitando o diálogo entre todos os saberes existentes, respeitando as inúmeras diferenças entre si e praticando a convivência de todos os saberes, sem que qualquer um deles exclua ou assassine os outros.

abre espaço aos saberes populares, reconhecendo sua importância e respeitando suas formas de manifestação, seja nas universidades, seja nos protestos de rua.

Cabe ainda lembrar que, como dito anteriormente nos referiremos às manifestações que ocorreram em 2013 no Brasil como Revolta dos Governados. Acreditamos que o termo seja mais apropriado para o evento em questão uma vez que pudemos enxergar naquelas manifestações uma verdadeira revolta popular, na qual o povo, governado, mostrou aos governantes sua força reivindicativa, seu sentimento de revolta em relação a eles e às precárias condições em diversas áreas como saúde, educação, transporte público, baixos salários, entre outros.

Princípios anarquistas

Sam Mbah e I. E. Igariwey, no livro *Anarquismo Africano: a história de um movimento* (2018), ao tentar responder à pergunta *O que é o Anarquismo?* afirmam que o Anarquismo é uma filosofia social, uma teoria da organização social e movimentos sociais, um corpo de pensamento sistemático, um movimento revolucionário e um modo de vida (MBAH & IGARIWEY, 2018, s/p).

Entre as definições trazidas pelos autores, anarquismo é apresentado como o bem viver da humanidade sem a existência de um governo imposto por outrem, sendo este a fonte “de quase todo o mal social”.

O anarquismo, como teoria da sociedade, da revolução e como método de luta, está presente em todo o mundo, portanto não é um movimento historicista e não se limita à uma visão eurocêntrica de mundo. Para além da teoria, é um movimento de luta e ação que envolve ideologia e *práxis* social.

A ideia inicial de negação composta no anarquismo - negação da autoridade, negação do Estado, das leis, da ordem estabelecida, das hierarquias enfim, negação de tudo aquilo que reproduz as explorações e opressões sociais - passou a compreender também uma ideia afirmativa de construção e reforma social que caminha lado a lado com a negação.

Enquanto a negação exige a destruição da sociedade, permeada de autoritarismos, a afirmação reclama a luta cotidiana para a construção de uma nova sociedade que cedo ou tarde, defendem os anarquistas, acontecerá. Assim, o anarquismo como movimento visa o alcance da plena liberdade e igualdade de todas as classes sociais, do autogoverno (ou autogestão), da auto-instituição social, da horizontalidade, da ajuda mútua, do federalismo e internacionalismo. Defende uma Revolução Social de base

popular, sem líderes ou comandantes, por entender que só assim será possível alcançar esses objetivos.

Como ideologia o anarquismo baseia-se nas ideias de superação de todo autoritarismo e suas hierarquias é, portanto, antiautoritário, antiestatal e anticapitalista e embora existam diferentes correntes dentro do anarquismo, sua ideologia defende o fim imediato do Estado, da propriedade privada dos meios de produção e do sistema de herança.

Liberdade plena, para os anarquistas, significa o desenvolvimento integral de todas as faculdades humanas, sejam elas intelectuais, morais ou corporais, com total alcance de todos os meios materiais necessários para esse desenvolvimento (BAKUNIN, 2008, p. 73). Liberdade de autogovernar-se, de se auto-instituir, liberdade política e econômica, mas também liberdade no campo da educação, do trabalho, da livre associação entre as pessoas.

Essa liberdade a qual os anarquistas lutam é uma liberdade individual, mas também coletiva. Isso significa dizer que ela só pode ser possível se associada à igualdade de condições para todos. Nenhum indivíduo conseguiria ser plenamente livre enquanto houver outros escravizados, conforme defendeu Bakunin. Dessa forma a liberdade individual não finaliza ou encontra seu limite na liberdade do outro, mas sim sua extensão, confirmação e ampliação, pois uma pessoa só pode ser completamente livre se todas as outras o forem igualmente.

Tal liberdade só seria possível a partir da garantia de igualdade entre as pessoas. Igualdade de possibilidades em nível econômico, político, intelectual, moral e material. O anarquismo entende que quando um indivíduo possui mais bens que outro, naturalmente ele subjuga este outro indivíduo, restabelecendo a velha dicotomia hierárquica entre governantes e governados. Assim, segundo Bakunin

A liberdade de todos, longe de ser um limite da minha, como sustentam os individualistas, é, ao contrário, sua confirmação, sua realização e sua extensão infinita. Desejar a liberdade e a dignidade humana de todos os homens, ver e sentir minha liberdade confirmada, sancionada, infinitamente ampliada pelo assentimento de todos, eis a felicidade, o paraíso humano sobre a terra.

Mas essa liberdade só é possível na igualdade. Se há um ser humano mais livre do que eu, torno-me forçosamente seu escravo; se o sou mais do que ele, ele será o meu. Assim, a igualdade é uma condição absolutamente necessária da liberdade. (BAKUNIN, 2008, p. 77)

Dessa forma, essa liberdade se difere da liberdade concedida pelo sistema capitalista e legitimada pelo Estado uma vez que esta privilegia apenas aqueles que possuem bens materiais, desconsiderando as desigualdades sociais e materiais. Esta

liberdade é considerada pelos anarquistas, fictícia e limitada, pois enquanto beneficia aqueles que possuem propriedades e poder, escraviza aqueles que não possuem.

Aqueles que vivem na miséria, sendo obrigados a trabalhar mais do que seu limite humano é capaz de aguentar, aqueles que passam fome, que são economicamente explorados não conseguirão usufruir da suposta liberdade oferecida pelo sistema capitalista, que nada mais é do que uma oportunidade maior que apenas alguns poucos têm de usufruir e possuir.

Por isso os anarquistas reivindicam a igualdade. Mas não a igualdade perante o Estado, a igualdade dos direitos políticos. Esta igualdade não atende aos interesses daqueles socialmente oprimidos, uma vez que foi instituída por uma classe dominante que se considera superior ou divinamente agraciada. Não basta consultar ou permitir a participação do povo em eleições, é necessário seu autogoverno. O povo, sem condições de se instruir, acaba por ter que aceitar as leis elaboradas pelos burgueses e impostas pelo Estado.

Segundo a anarquista Emma Goldman, “liberdade positiva” significa “liberdade para fazer”. Mbah e Igariwey ainda incluem na “liberdade positiva” a característica da igualdade, pois só unida à igualdade essa liberdade positiva não pode ser relativizada. Dessa forma os autores definem a liberdade pela qual os anarquistas lutam como uma “liberdade positiva igual”:

Quase um século atrás, Emma Goldman definiu liberdade positiva como ‘liberdade para fazer’. Enquanto existirem disparidades gigantescas de riqueza e receita, parece óbvio que esta liberdade positiva existirá realmente para um pequeno número de indivíduos – e a igualdade social se manterá uma ilusão. Claro que liberdade positiva é uma liberdade relativa e não absoluta; o melhor que podemos fazer é lutar por uma liberdade positiva igual. E nós não podemos alcançar isto sob nenhuma forma de capitalismo. (MBAH & IGARIWEY, 2018, s/p)

Portanto, para o anarquismo, liberdade e igualdade devem permanecer juntas, são essas as principais condições para uma sociedade horizontal, sem hierarquias e autoridades. Mas nem a igualdade, nem a liberdade devem ser impostas às pessoas, pois se liberdade sem igualdade privilegia os ricos e escraviza os pobres, igualdade imposta (principalmente se for pelo Estado), por outro lado, suprime a liberdade individual das pessoas.

Quanto ao autogoverno, outro princípio caro ao anarquismo, diz respeito, sobretudo, à crença na inteligência e na capacidade de todas as pessoas de se autogovernarem e auto-organizarem social e livremente, sem precisar que um Estado ou qualquer outra instituição governante lhes ditem as regras de como viver ou se

apropriem de territórios alheios, culturas, línguas, artes, modificando-os baseado em interesses políticos e econômicos sem respeito aos grupos sociais que habitam esses lugares. Nesse sentido Anarquismo não significa ausência total de ordem ou de governo, mas sim um governo que seja pautado na ação de todos os seres humanos que compõem a sociedade, no respeito às suas culturas, línguas, artes, no respeito aos territórios e aos seres humanos que habitam esses territórios, no apoio e cooperação mútuos entre eles. Mbah e Igariwey explicam

Importante, o anarquismo não implica em ausência de organização. Em contraste à irracional, hierárquica e centralizadora autoridade de governo e corporações, os anarquistas aceitam e, de fato, respeitam a autoridade do “*expert*” – uma autoridade de tipo diferente; pautada na “*expertise*” e experiência, e não no poder coercitivo.

Anarquistas sempre reconheceram a necessidade de organização. Para eles, entretanto, a questão é que tipo de organização. Anarquistas argumentam por organização horizontal, pautada na descentralização, autonomia local e individual, igualdade social e tomada de decisões democráticas. (MBAH & IGARIWEY, 2018, s/p, grifo do autor)

O princípio do autogoverno reforça que os indivíduos nascem na sociedade e a constroem voluntariamente, indo contra a teoria da origem extra-social ou histórica do Estado e das leis, sobre a qual a Igreja ergueu seu poder perdendo-o depois para o Estado monárquico. O anarquismo entende que esta teoria acaba por naturalizar instituições autoritárias, justificando sua existência e normalizando as desigualdades sociais causadas por elas, por isso, defende a abolição imediata de todas estas instituições e luta por uma sociedade autogovernada.

Seguindo o mesmo raciocínio Castoriadis (2007) explica como o apagamento do papel dos seres humanos na criação da sociedade e do fato de que a sociedade se auto-institui, por grande parte dos intelectuais, teve como objetivo esconder a relevância dos sujeitos na constituição de seu próprio mundo. Incentivando o pensamento de que a sociedade tem uma origem extra-social, fundada em leis históricas ou até mesmo divina, esse ocultamento tanto impede a crítica às instituições existentes, como impossibilita a reconstrução de outra sociedade ou de novas formas de convívio social (apud MORAES, 2020, p. 58). Diante disto, Moraes defende que “a história deve ser tratada como auto-instituição comunitária”.

Ao defender a liquidação de todas as autoridades e hierarquias presentes na sociedade, os anarquistas buscam revolucionar inteiramente as relações sociais em todos os âmbitos da vida. Buscam destruir toda ordem imposta, toda escravidão e subjugação de qualquer ser humano e, a partir daí construir uma nova sociedade,

através da luta incessante contra todo e qualquer princípio de coerção presente nas sociedades estadolátricas.

Eles chamaram de Revolução Social esse processo de destruição da sociedade atual e construção de uma nova sociedade, horizontal, auto-instituída e autogovernada. Não bastaria apenas a modificação do governo ou da classe que estivesse à frente do Estado, seria necessário, por outro lado, a completa destruição do próprio Estado, de seu poder autoritário e hierárquico e de todas as outras instituições igualmente autoritárias e hierárquicas presentes na sociedade atual. Como bem explica Wallace de Moraes:

Assim, os libertários não são contra as pessoas que exercem a autoridade apenas, mas, sobretudo, contra a instituição que garante a sua existência, contra o cargo que normalmente é exercido no Estado, no poder público, ocupado pelos chamados governantes e seus agentes, secretários, juízes, militares, policiais e outros. Fora do Estado existem outras autoridades, nas fábricas ou nas empresas, os patrões ou seus representantes, denominados chefes, que impõem suas regras e vontades sobre os trabalhadores. Nos campos, os fazendeiros impõem suas normas sobre vários agricultores. (MORAES, 2018b, s/p).

Conceito de Estadolatria

A palavra Estadolatria significa basicamente “idolatria do Estado” (MORAES, 2018b). O termo, a partir da abordagem que iremos adotar, refere-se a todas aquelas teorias, ideologias e formas de organização social que consideram o Estado como necessário para a humanidade.

Na perspectiva anarquista, o Estado tem por objetivo a conquista, o aumento, a qualquer preço de suas dominações, subjugando pessoas, subjugando outros Estados, outras nações, povos e culturas, dessa forma obedece o princípio da guerra e da conquista. O Estado, além disso, tem o papel de impedir que os explorados sob seu jugo se insurjam contra o poder estabelecido, “tudo o que o serve é bom, tudo o que é contrário a seus interesses é declarado criminoso, tal é a moral do Estado” (BAKUNIN, 2008, p. 28).

Exigindo sacrifícios individuais, o Estado existe sob uma forma abstrata e violenta, se mostra como algo normal, perturbando a liberdade individual em nome de uma mentira chamada “felicidade pública”, que na verdade representa apenas a felicidade da classe dominante. A conquista e a dominação naturalizadas, não aparecem como tal. (BAKUNIN, 1980, p. 74)

São diversas as teorias e ideologias que concebem o Estado como necessário para a sociedade. Em que pese suas diferenças, teorias liberais, neoliberais, marxistas e até aquela que prega o esvaziamento dos serviços dos Estados, chamando-o de *Estado*

mínimo são estadolátricas por defenderem a permanência da instituição estatal na sociedade (MORAES, 2018b, s/p).

Como já dissemos acima, os anarquistas entendem que Estados liberais e neoliberais servem para legitimar ou legalizar os privilégios da classe burguesa, dessa forma funcionam como defensores dos direitos e dos bens dos ricos. É através da legislação, que o Estado garante a proteção da propriedade privada e dos meios de produção nas mãos de empresários, enquanto, por outro lado age para que a maioria da população permaneça vendendo sua mão de obra em troca de baixos salários, como única forma de sobrevivência. Além de ser a instituição onde se elaboram as leis, o Estado é também a instituição responsável por assegurar seu cumprimento, podendo acionar, em última instância, seu braço armado (polícias) para garantir a ordem estabelecida pelo capital, pela propriedade privada, pelas hierarquias sociais, pelas desigualdades.

Mas os anarquistas entendem que as leis também podem ser criadas por burocratas, como no caso dos socialismos de Estado. A teoria marxista, considerada estadolátrica pelos anarquistas, tem Karl Marx como seu maior guia e intelectual. Os marxistas acreditam que é preciso manter a máquina estatal funcionando, ainda que apenas durante um período de transição da sociedade atual para uma sociedade livre e autogovernada. Marx defendia a criação de um partido único formado pelos proletários das cidades, que deveriam se unir para tomar o poder do Estado, implantando a “ditadura do proletariado”. Se partirmos do princípio de que toda ditadura requer autoritarismo de uns sobre outros, podemos entender o porquê da necessidade de um Estado que garanta esse autoritarismo. Cornelius Castoriadis, em uma passagem de *Socialismo ou Barbárie: o conteúdo do socialismo* (1983) atinge o cerne desta ideia quando coloca a questão nos seguintes termos

Ou bem a "ditadura do proletariado" não significa nada, ou bem ela significa, entre outras coisas, que as camadas que não pertencem ao proletariado não possuem direitos políticos, ou só possuem os direitos limitados que o "proletariado" conceder-lhes. Os partidários atuais da "ditadura do proletariado" deveriam ter a coragem de explicar que são, em princípio, a favor da supressão dos direitos políticos dos camponeses, dos artesãos, dos massagistas-cinesi terapeutas a domicílio etc.; e, também, que a publicação de uma revista médica, literária, filosófica etc. dependeria de autorização *ad hoc* a ser dada pelos "operários". (CASTORIADIS, 1983, p. 28, 29)

Os anarquistas defendem, por outro lado, a abolição imediata do Estado, pela ação do povo, sejam eles trabalhadores das cidades, dos campos, trabalhadores assalariados, das massas em geral. Como assinala Kropotkin, “A anarquia é a organização da solidariedade, assim como o Estado é o reinado do egoísmo.”

(...) é que aqueles que são de boa-fé, vendo que fazem o jogo da burguesia, servindo-se dos meios que asseguram a viabilidade dos seus privilégios, romperão com esse método anti-revolucionário e virão ocupar nas fileiras obscuras da massa o lugar de onde poderão desenvolver no povo as teorias revolucionárias sob as quais sucumbirá a sociedade atual com seu cruel e triste cortejo de males. (KROPOTKIN, 2007, p. 49)

Seguindo a mesma abordagem do conceito, também consideraremos aqui como estadolátricas as teorias do Estado mínimo, que defendem a interferência mínima do Estado nas questões sociais e que todas essas questões – educação, saúde, serviços públicos em geral – sejam comercializados, tornando-se mercadorias. O Estado, segundo essa teoria, interferiria apenas no poder judiciário e nas polícias, tendo portanto um poder limitado e deixando por conta do capitalismo e do livre mercado todos os outros serviços. Essa teoria privilegia, sem mascarar, os ricos. São esses que conseguirão alcançar saúde de qualidade, educação de qualidade, enquanto os pobres permanecerão explorados e oprimidos, trabalhando com salários de fome, sem direitos dignos de vida. Essa teoria vai de encontro aos princípios básicos do anarquismo, tais como a igualdade entre todas as pessoas, a negação da propriedade privada dos meios de produção em favor da propriedade coletiva, e a defesa da liberdade em todos os âmbitos da vida, pois se a sociedade funcionasse segundo a lógica do Estado mínimo, quem possuísse mais riquezas e propriedades subjugaria aqueles que não possuem, alimentando desigualdades e misérias sociais (MORAES, 2018b, s/p).

Para os anarquistas a questão que está em jogo, quando se coloca em xeque a existência do Estado é, na verdade a questão da dualidade, que sempre esteve presente na sociedade moderna, entre coerção e liberdade, na qual a coerção é exercida e mantida pelo Estado e a liberdade, pelo autogoverno, auto-instituição social e livre associação entre os povos. Portanto, todas as teorias que defendem a existência e permanência do Estado são chamadas de estadolátricas e defendem de uma maneira ou de outra o princípio da coerção. Todas as instituições e governanças que dele provêm ou que corroboram com a coerção praticada através dele são também estadolátricas.

O anarquismo, por outro lado, consegue fazer uma crítica contundente ao Estado, pois deseja e luta para sua total e completa liquidação, assim como a completa liquidação de todas as outras instituições e governanças que coexistem com ele. Entendemos que a grande mídia, composta pelos oligopólios de comunicação de massa, é uma instituição estadolátrica que corrobora, retroalimenta e fortalece a estadolatria presente na sociedade atual. Como veremos a seguir na apresentação do conceito de governanças, a grande mídia faz parte de uma governança e contribui para

o fortalecimento de outras, como a governança política, reforçando a ideia de que a humanidade não conseguiria viver ou se organizar sem o Estado.

Em 2013, quando o setor anarquista e libertário dos manifestantes demonstrou sua revolta para com sedes do poder político¹¹ a imprensa foi rápida em acusá-los de vandalismo e violência sem causa.

Governanças Sociais e Institucionais

Utilizaremos o conceito de governança e algumas de suas variáveis, estabelecido por Wallace de Moraes (2018b), para melhor identificar as opressões que permeiam a sociedade. Segundo Moraes a sociedade é dividida e dominada por governanças, o autor identificou nove tipos de governanças sociais e cinco tipos de governanças institucionais que a englobam. Identificar essas governanças é importante na medida em que nos permite discernir as diferentes formas de opressão empreendidas pelos governantes que buscam “subjugar a todos em seu conjunto, tratando-os simplesmente como governados”. Neste caso não estamos denominando “governantes” apenas aqueles que ocupam altos postos no Estado e nos governos, mas sim todos aqueles que praticam e alimentam as diversas opressões sociais e institucionais existentes.

A identificação das governanças empreendida por Moraes se dá através do paradigma anarquista, portanto o autor entende que apenas através da luta coletiva, da ajuda mútua entre os governados, da ação direta e da Revolução Social será possível a destruição total do Estado, do sistema capitalista e de todas as instituições que praticam e mantêm as opressões.

Cada uma das governanças é habitada por governantes e governados e cada uma delas, para ser superada, passa necessariamente pela destruição do Estado, do sistema capitalista, das instituições que mantêm e justificam sua existência, dos nacionalismos exacerbados, assim como a destruição de toda imposição de autoridade, pois, aparecendo como *imposição* restringe naturalmente a liberdade das pessoas. O autor adverte que, para o alcance de uma sociedade horizontal, internacionalista, federalista, plenamente livre e igual, não basta apenas a supressão de uma governança, mas de todas elas em seu conjunto. A aniquilação de todas as governanças é também a aniquilação da dicotomia entre governantes e governados. As governanças tanto individualmente como em seu conjunto trabalham para endossar e corroborar a

¹¹ Como, por exemplo, a tomada da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) em junho de 2013.

imposição das autoridades e hierarquias umas das outras, causando a opressão dos governados, ao mesmo tempo em que estes são desencorajados a questionar o Estado, o capitalismo, o *establishment*.

Muitos dos grupos que contestaram a ordem em 2013 eram de classe média ou baixa, muitos moravam em periferias e/ou faziam parte de grupos minoritários. Estes manifestantes, não só em 2013, mas durante toda a vida foram e são oprimidos e violentados, em 2013 somou-se a essa violência cotidiana a repressão policial de que foram alvos quando foram para as ruas e rebelaram-se contra essa “ordem” que estabelece como regra a desigualdade social. As opressões somam-se umas às outras tornando a repressão ainda mais violenta do que já é normalmente.

As governanças sociais são: racial, patriarcal, sexual, acadêmica-científica, capitalista, religiosa, oficialista, estético-produtiva e xenofóbica. Todas elas estabelecem um tipo ideal que serve como referência, como um modelo a ser seguido. Todos que fogem desta referência, que não são englobados por ela, são ignorados, desrespeitados, inferiorizados e oprimidos.

Para a pesquisa que nos propomos realizar abordaremos apenas algumas das governanças sociais, a governança capitalista e oficialista.

A governança capitalista tem como referência os ricos, proprietários de terras, proprietários dos meios de produção e todos aqueles que possuem capital. Por outro lado, desvaloriza e oprime os pobres, os trabalhadores, os miseráveis e os não proprietários. Estes precisam se subjugar àqueles, vender sua força de trabalho para enriquecer os patrões, se submeter a pagar aluguel, a trabalhar muito e receber pouco. São classificados como vencedores aqueles que possuem capital, podendo subjugar os que não possuem, enquanto são reconhecidos como perdedores, fracassados, derrotados, os pobres e aqueles que precisam se subjugar para conseguir sobreviver. “A exploração, alienação, extração do mais-valor, subalternização dos não proprietários é o combustível dessa opressão.” (MORAES, 2018b, s/p)

Ela será útil para a pesquisa pois nos ajudará a entender a lógica capitalista que impera hoje na sociedade e porque, ao atacar símbolos do capitalismo – como vidraças de bancos, por exemplo – os manifestantes são atacados nas páginas dos jornais e como o Estado protege o capital de grandes empresas e empresários.

Também abordaremos a governança oficialista, para tentar entender a lógica da criminalização desses manifestantes e como sua opressão pode ser legitimada. A governança oficialista tem como referência as pessoas que não contestam a ordem, que

cumprem as leis, que concordam com a violência policial, com as instituições estatais, com a liberdade limitada concedida aos governados de escolher quem lhes governem através do voto, com o sistema capitalista. São oprimidos nessa governança todos aqueles que são considerados rebeldes, revoltados, que não aceitam as leis, que se rebelam contra a ordem estabelecida, que contestam o sistema. A elaboração das leis pela governança jurídica dá respaldo a esta governança.

As cinco governanças institucionais são a política, a econômica, a sociocultural, jurídica e penal. Das governanças institucionais utilizaremos todas elas, pois nos ajudarão a compreender a repressão policial destinada aos manifestantes, principalmente os mais radicais e a legitimação dessa repressão por parte da grande mídia. A princípio é necessário pontuar que as governanças institucionais são praticadas, como o próprio nome diz, através de uma ou mais instituições.

A Governança Política tem o Estado como instituição através da qual suas opressões são efetuadas. Os governantes políticos são os prefeitos, os governadores, os presidentes, reis, imperadores, ditadores, ministros, vereadores, todos que compõem o poder executivo e o poder legislativo. Eles têm o poder de formular as leis, os decretos, as políticas públicas, de definir o valor das verbas que serão destinadas para educação, saúde e todas as outras áreas. Eles determinam as leis penais, as políticas de encarceramento, as perseguições armadas. Têm o poder de aumentar ou diminuir os impostos, as taxas de juros, tem autoridade para declarar guerras, controlar e reprimir os governados.

Por outro lado, os governados são todos os que precisam obedecer as leis e as políticas implementadas pelos governantes. São os que precisam votar para escolher quem vai lhes governar, os que precisam pagar impostos e sobreviver aceitando as condições impostas pelos Estados.

Todo o dinheiro arrecadado com impostos está sob domínio dos governantes políticos, dando brecha para a corrupção, roubos, “caixa dois”, desvios de dinheiro público. Ter o poder sobre o dinheiro público aproxima a governança política da governança econômica, banqueiros, empresários em geral, latifundiários, enfim, governantes econômicos estão intimamente ligados aos políticos, chegando, muitas vezes a se candidatarem, para eles mesmos se tornarem também governantes políticos. Muitos deles financiam propagandas e campanhas eleitorais de governantes políticos em troca de concessões. Aos governados resta apenas o direito de escolher quem vai lhes governar, através do voto.

Enquanto a governança política é vedada aos governados é, por outro lado, aberta aos setores economicamente mais fortes e, por se apresentar como acessível através do voto, engana as pessoas fazendo-as acreditar que vivem em uma democracia. Moraes pontua que a íntima relação entre os governantes políticos e econômicos suprime o regime democrático e impõe uma plutocracia¹². Enquanto as pessoas continuam acreditando que podem mudar alguma coisa através do voto, o Estado permanece uma estrutura hierárquica e autoritária que permite o enriquecimento fácil dos governantes, através dos impostos pagos com o trabalho dos governados. Corrupção, dissimulação, promessas não cumpridas são práticas frequentes nessa governança.

A possibilidade de emancipação está na destruição total do Estado e toda a sua estrutura, suas leis, decretos, destruição dos cargos ocupados pelos governantes e estabelecimento de autogoverno, federalismo, comunas horizontais com ajuda mútua e solidariedade, que será alcançada através da ação direta.

A governança econômica tem o sistema capitalista com suas instituições como base das opressões praticadas. Os proprietários dos meios de produção, os patrões, os chefes, donos de terras, donos de fábricas, empresas e grandes conglomerados comerciais, os banqueiros e acionistas, todos estes são governantes econômicos. Esta é a governança do dinheiro que obedece à lei do mercado, por conseguinte transforma tudo em mercadoria, com isso alimenta as desigualdades sociais e econômicas, nutre as hierarquias e autoridades.

Os governantes econômicos apresentam-se como inteligentes, superiores e inquestionáveis, seu poder está diretamente relacionado à quantidade de dinheiro/capital que ele tem, por isso existem diferentes graus de poder que um governante econômico pode ocupar.

Os governados economicamente são todos que estão submetidos aos governantes, que precisam agir com obediência e subordinação. Por não possuírem meios de produção, eles precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Se vêm

¹²“O conceito de plutocracia vem do grego (ploutos: riqueza; kratos: poder); nesse sentido busca representar um sistema político governado por um grupo de pessoas que detém o poder econômico ou está a seu serviço. Trata-se do governo do dinheiro, do capital, da riqueza, em favor dos ricos. Ele é materializado quando os interesses dos proprietários dos meios de produção são priorizados com relação aos dos governados, sem dinheiro. Assim, vigora uma dominação exercida pela classe mais abastada da sociedade, com influência ou poder preponderante do capital. Essa se constitui na essência do capitalismo. Portanto, todo e qualquer governo, que garanta o pleno funcionamento e as instituições do capitalismo, é plutocrático”. Moraes traz o conceito de Plutocracia para substituir o de Democracia, uma vez que, segundo o autor a categoria Democracia (que significa governo do povo) é uma mentira contada pelos governantes e outorgada pelo sistema de voto. Nesse sentido não vivemos em uma realidade onde o povo realmente governa, essa seria a realidade do autogoverno (MORAES, 2018b, s/p).

obrigados a se subjugar em troca de baixos salários, entregando tudo o que produzem para seus patrões, por isso a governança econômica é o eixo condutor do sistema capitalista. Moraes justifica que “O sistema é tão cruel, que é, exatamente, essa exploração que garantirá o enriquecimento do proprietário, governante da economia, embora essa dominação seja, sorrateiramente, apresentada pela governança sociocultural, como uma benevolência dos patrões para com os trabalhadores.” (MORAES, 2018, s/p).

A governança econômica tem uma relação de interdependência e retroalimentação com todas as outras, pois ajuda a determinar quem terá mais bens, mais dinheiro e conseqüentemente mais legitimidade, quem deverá ser tratado com mais dignidade e respeito. Para Wallace de Moraes a libertação dessa governança passa necessariamente pelo fim da propriedade privada, pelo autogoverno e organização coletiva do trabalho, com libertação dos não proprietários.

A próxima governança institucional é a governança sociocultural. Ela abrange quatro instituições através das quais suas opressões são praticadas e vivenciadas, são elas a grande mídia, a escola (universidades), a igreja e a família. Abordaremos unicamente a grande mídia, por estar diretamente ligada à investigação desta pesquisa.

Na grande mídia são os oligopólios de comunicação de massa (TV, rádios, grupos epistêmicos nas redes sociais e demais mídias, jornais), a indústria cultural de Hollywood e as empresas que reproduzem seu modelo mundo afora que justificam e mantêm o *status quo*, selecionando ideologicamente tudo que deve alcançar o grande público. Financiados pelos governantes econômicos e políticos elas buscam justificar e legitimar as ações destes, as guerras empreendidas pelos Estados, o conteúdo cultural, que tipo de produto as pessoas devem comprar, que tipo de música e filmes elas devem ouvir e assistir.

Esses governantes estão diretamente relacionados com os governantes econômicos, que utilizam esse espaço para fazer propagandas de seus produtos e mercadorias.

Os governantes socioculturais são todos aqueles que agem através das instituições citadas acima. Eles buscam, com suas ações, justificar e praticar a adoração ao Estado, ao sistema capitalista e às hierarquias e autoridades presentes neles. Essa atitude tem a intenção de legitimar as desigualdades sociais, as discriminações e preconceitos, influenciando aqueles que não questionam o que é dito e praticado por esses governantes.

Dessa forma, os governados socioculturais são todos aqueles que aderem às opiniões dos governantes, estando nos meios de comunicação de massa, nas igrejas, nas escolas ou em suas próprias famílias. Eles assumem como suas essas opiniões, reproduzindo-as em conversas, em redes sociais, espalhando *fake news*, sem questionar – e muitas vezes até justificando - a situação política, econômica e social em que se encontram. Não produzem uma crítica autônoma em relação às situações que vivem, se contentam em receber ordens e obedecer, sem questionar.

O autor ainda pontua a existência de grupos de resistência e defesa dos interesses dos governados que atuam em cada uma das instituições presentes nessa governança. Dentro da grande mídia existem os coletivos midialivristas (ou mítiativistas) que conseguem fazer uma oposição às grandes empresas de mídia.

A superação dessa governança só seria possível através da democratização dos meios de comunicação de massa, libertação da ideia conservadora de família “tradicional”, superação dos conteúdos conservadores difundidos nas escolas e universidades e também das crenças religiosas autoritárias e exclusivistas. Será preciso lutar pela “autonomia, liberdade de expressão e autogestão, troca de conhecimento sem tabus ou brutalidade”, enfim, pela defesa da pluriversidade de idéias e uma boa convivência entre elas (MORAES, 2018b, s/p.).

Trataremos agora da próxima governança institucional pontuada pelo autor, a Governança Penal. Os que ocupam o cargo de governantes são os oficiais superiores das forças armadas, as polícias estaduais, federais, civis, os tribunais penais, civis e militares e demais forças de repressão ligadas aos governantes políticos.

Esses governantes têm o duplo papel de manter e assegurar a máquina estatal e o capitalismo, sua integridade física, os bens materiais dos governantes políticos e econômicos, enquanto reprimem cotidianamente e violentamente os governados, os pobres, os que se revoltam contra a ordem instituída. Eles definem “quem (e como) será punido, referendam códigos de controle, estabelecidos autoritariamente”.

Os governados penais são os pobres, os miseráveis, aqueles que não são respeitados em seus direitos, que nem mesmo são vistos como dignos de direitos civis. São em sua maioria populações inteiras que fazem parte das etnias que são alvo da governança racial, no Brasil são principalmente as etnias negra e indígena. São alvo também da governança capitalista que os empurra para a violência repressiva da governança penal. Wallace de Moraes assinala quais são os principais alvos dessas governanças:

- 1) as etnias não brancas, como negros, indígenas, amarelos e mestiços, portanto, incrementa a governança racial; 2) grupos revolucionários com potencial para atentar contra a ordem, a desigualdade, o capitalismo, e/ou “bandidos” que buscam obter riquezas por meio de “ganhos fáceis”, roubando, vendendo drogas etc, ligada à governança oficialista; 3) populações miseráveis e pobres que se encontram nas favelas e periferias, ligadas à opressão capitalista; 4) comunidade LGBTQIA+, ligada à opressão sexual. Esses são os atores mais cobiçados/ameaçados pelos governantes penais. Ademais, se um grupo de indivíduos fizer parte dessas quatro especificações supracitadas, sua vida estará extremamente ameaçada pelo assassinato ou encarceramento. (MORAES, 2018b, s/p)

Essa governança objetiva manter a ordem através da força, por isso é a governança da violência, da perseguição, da força, da prisão e do assassinato. Durante a Revolta dos Governados em 2013, essa foi a governança que perseguiu e reprimiu violentamente aqueles que contestavam a ordem.

Sua superação passa necessariamente pelo abolicionismo penal, pela liquidação das polícias, dos exércitos, pela Revolução Social, pelo fim do capitalismo e da propriedade privada.

A última governança institucional desenvolvida pelo autor é a Governança Jurídica, seus governantes são todos aqueles que ocupam cargos influentes no Supremo Tribunal Federal (STF), na Procuradoria-Geral da República (PGR), membros do Ministério Público, ministros, enfim, todos aqueles que são responsáveis pela interpretação da lei, do Direito, que são responsáveis pela criação de jurisprudências.

Esta governança está ligada à acadêmica-científica, ela tem o objetivo de garantir a legalidade e baseia-se na ideia de que sua interpretação das leis são feitas com neutralidade e imparcialidade, com isenção de valores. Seus governantes se sentem portadores de um saber privilegiado, superior, tendo inclusive um vocabulário próprio, apelidado popularmente, segundo Moraes, de “juridiquês”. Um vocabulário inacessível ao restante da população.

Os governantes jurídicos têm o objetivo de defender a legalidade, através de uma suposta neutralidade na interpretação das leis, contudo é preciso observar que esta governança procura esconder toda a subjetividade presente nestas interpretações e toda defesa de interesses particulares, toda intencionalidade e parcialidade dessas decisões. Os governantes jurídicos não são eleitos pelo voto popular, eles são indicados pelos políticos, por isso estão intimamente ligados a esses governantes: enquanto defendem interesses políticos, propagandeiam imparcialidade e isenção. Possuem salários altíssimos completamente fora da realidade do resto da população, por isso essa governança retroalimenta o Estado e o Capitalismo.

Do outro lado estão os governados juridicamente, precisam obedecer as leis pois permanecem constantemente sob ameaça da governança penal, principalmente se forem das etnias subordinadas, citadas anteriormente e se lutarem pelo fim do Estado e do capitalismo. Como essa governança transpassa as outras ela aumenta o grau de sujeição dos governados. Sua superação passa pelo fim do Estado e pelo fim da idéia de um governo que trata a todos de forma igual, através da execução de leis interpretadas de forma neutra e imparcial.

Sobre as governanças sociais e Institucionais

O que diferencia as governanças sociais das institucionais é que aquelas atentam, não exclusivamente, contra determinados setores da sociedade como, por exemplo, mulheres, negros, pessoas de baixa condição financeira, etc. elas não dependem do Estado para se concretizar. Já as governanças institucionais estão legalizadas e, portanto, possuem o amparo do Estado, elas atingem diferentes grupos/classes/povos oprimidos ao mesmo tempo e em seu conjunto. As governanças sociais e institucionais e suas respectivas opressões se interpenetram e retroalimentam.

Reconhecer os diferentes tipos de governança nos permite entender que não somos apenas governados pelos governantes políticos e isso quer dizer que a nossa libertação não passa apenas pela chancela do voto, das eleições, da escolha destes governantes.

A identificação dessas governanças nos permite reconhecer que existem diferentes tipos de opressão social, nenhuma delas é maior do que as outras, no entanto elas podem se sobrepor uma à outra (ou outras) aumentando, com isso, o grau de violência que uma pessoa ou grupo sofre socialmente.

Existem diferentes grupos de resistência formados por aqueles que são oprimidos por essas governanças. Esses grupos podem ser formados na escola, na família, nas universidades, ou seja, nos mesmos lugares em que as opressões são praticadas. Podemos verificar também a existência de muitos desses grupos nas redes sociais, com o encontro facilitado pela internet muito governados puderam se conectar e se unir para resistir contra essas opressões.

Em manifestações sociais de rua e os Black Blocs são formados por grupos de manifestantes que sentem afinidade entre suas formas de manifestar e se organizam em prol de construir uma resistência e um ataque ao poder dessas instituições, estabelecido autoritariamente.

Conceito de Revolução Social

Um dos conceitos que utilizaremos em nossa pesquisa é o conceito de Revolução Social (BAKUNIN, 2008; KROPOTKIN, 2007). Este conceito, abordado a partir da perspectiva anarquista de Bakunin e Kropotkin difere de outros usos do termo *revolução*, ligados ao liberalismo ou ao marxismo, uma vez que os anarquistas defendem a destruição total do Estado e de todas as instituições que dele provém e que com ele se adéquam, como as polícias, a propriedade privada ou o sistema capitalista, por exemplo, além da dissolução completa da dicotomia entre governantes e governados.

Outras *revoluções* seguiram uma orientação diferente da que os anarquistas defendem. Bakunin, ao citar o exemplo da Revolução Francesa aponta que, apesar de ter recebido o nome de Revolução, o evento em questão ajudou a fortalecer o poder do Estado e da burguesia. Essa classe, aproveitando-se da revolta e insatisfação popular, destituiu o poder da monarquia e passou a comandar a máquina estatal. Bakunin ainda assevera que a segurança em relação a uma vitória da burguesia foi construída em cima da força popular: o povo também queria uma revolução. Mas após tomar o poder, a classe burguesa simplesmente ocupou o Estado e começou a governar o restante da população.

E, todavia, o programa dessa Revolução, à primeira vista, parece imenso. Ela não se realizou em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade da espécie humana, três palavras que parecem abraçar tudo o que no presente e no futuro a humanidade pode desejar realizar? Como é possível, portanto, que uma Revolução que se havia anunciado de maneira tão ampla tenha resultado miseravelmente na emancipação exclusiva, restrita e privilegiada, de uma única classe, em detrimento desses milhões de trabalhadores que se encontram hoje esmagados pela prosperidade insolente e iníqua dessa classe? (BAKUNIN, 2008, p. 71)

Wallace de Moraes (2018) nos lembra ainda outro caso em que o termo Revolução foi usado para se referir ao alcance da “prosperidade” de uma classe em detrimento de outras: Em 1688-89 na Inglaterra, os grandes proprietários classificaram o conflito contra o absolutismo feudal como Revolução Gloriosa, considerada como a última fase da Revolução Inglesa, que tinha o intuito de pôr fim ao absolutismo na Inglaterra. Isso não significou o fim do Estado, tampouco o fim da subjugação de governados diante de governantes, mas sim a implantação de uma *monarquia constitucional* que fortaleceu o poder da burguesia.

Segundo Moraes o conceito de Revolução foi abandonado pelo pensamento liberal após a consolidação do capitalismo, relegando ao termo uma ideia de golpe de estado

ou rebelião, com sentido depreciativo. Desde então a literatura tem tratado este termo a

partir de uma perspectiva estadolátrica e eurocêntrica, de forma meramente institucional, como se toda revolução tivesse por objetivo substituir “os ocupantes dos cargos políticos” (MORAES, 2018a, p. 89).

Bakunin situa este tipo de revolução como “apenas uma revolução política”, estando limitada a este campo. Estas Revoluções derrubam as barreiras e tiranias políticas, mas deixam intactas as desigualdades econômicas, as barreiras sociais, os “absurdos religiosos”. Dessa forma as revoluções liberais possuem um limite, elas concedem liberdade política apenas aos ricos, aos proprietários e aos capitalistas, pois são os únicos com meios para usufruir desta liberdade. Os não proprietários precisam continuar vendendo sua força de trabalho para sobreviver. Neste ponto, Bakunin relaciona diretamente a pobreza à escravidão, aos pobres não são concedidos meios de usufruir de nenhuma liberdade diante de uma revolução política (BAKUNIN, 2008, p. 72).

Tampouco o conceito de revolução abordado pelos anarquistas tem o mesmo significado daquele defendido por Marx e Engels (1848) em que o proletariado toma o Estado e, a partir dele, comanda o resto do povo, dando início a uma “ditadura do proletariado”. Neste caso as forças operárias deveriam ser organizadas pelos comunistas e “dominar” a potência política dos Estados. Este “método” revolucionário era visto pelos anarquistas como autoritário por dois motivos, o primeiro era que os comunistas, além de excluir os camponeses, não consideravam que a grande massa de operários fabris tinham inteligência e capacidade para eles próprios empreenderem a revolução através da prática da autogestão, mas sim que deveriam seguir um plano predeterminado por algumas “inteligências superiores” (BAKUNIN, 1980, p. 29), o segundo motivo era que este plano revolucionário não visava a destruição imediata do Estado, mantendo sua estrutura, trocando os governantes de então pelo proletariado.

Este “método” revolucionário pretendia que o Estado, tomado por uma cúpula do proletariado, expropriasse os proprietários e detentores de outros capitais, deixando todos os bens sob domínio do Estado, que teria o poder de decidir sobre todas as questões sociais (emprego, saúde, educação, entre outras), administrando-as com igualdade. Porém, atesta Bakunin, a igualdade imposta pelo Estado, de cima para baixo, é uma igualdade forçada e suprime a liberdade. Diferente das revoluções liberais que primam pela liberdade sem garantir a igualdade, a revolução comunista impõe a igualdade coletiva suprimindo a liberdade individual. As duas limitam-se à substituição de governantes, mas nenhuma delas defende o fim do Estado e por não defender o fim

do Estado, os anarquistas chamaram este tipo de revolução de Revolução Política, para diferenciá-la da Revolução Social que eles defendem.

O conceito de Revolução Social através do prisma anarquista está portanto, certamente ligado com a ação direta da classe trabalhadora, em qualquer que seja sua atividade, camponeses ou operários, escravos e assalariados. A Revolução Social deve ser praticada por todos os trabalhadores, por todos os explorados e oprimidos, a partir de sua base, através da “ação espontânea e contínua das massas, dos grupos e das associações”, como escreveu Bakunin [1871] (2008) em suas reflexões durante a Comuna de Paris¹³.

Como podemos ver não se trata de uma revolução feita *para* o povo, mas sim uma revolução que “deve fazer-se *pelo* povo”, e não poderá se considerar vitoriosa se não captar toda a massa de trabalhadores (BAKUNIN, 1980, p. 46). Não se trata de um movimento em que um grupo (seja ele qual for, proprietários capitalistas ou proletariados) comanda o restante do povo a partir de um lugar privilegiado.

Dessa forma, ela se faz possível apenas se os preceitos de liberdade e igualdade plenas forem adotados desde o princípio da revolução, são seu método de luta e ação, sua *práxis*. Deve haver liberdade na escolha das ações diretas que cada grupo quer adotar, na forma de protestar, deve haver igualdade de possibilidades para os grupos que estão protestando, além de solidariedade entre eles. A Revolução anarquista também defende a autogestão no momento de protesto.

Bakunin também chama a atenção para o caráter internacionalista e simultâneo da Revolução Social. Ela não precisa, nem deve se iniciar a partir de um ponto ou um *locus* central, mas sim dar-se simultaneamente em todos os lugares, nos campos, nas cidades, em diferentes países, em todas as partes de um mesmo país, pela ação popular de todos os explorados, independente de gênero, profissão ou tarefa. Seguindo o mesmo princípio, Kropotkin assinala que o anarquista

Deve apoiar a luta e a agitação de todos os dias contra opressores e preconceitos, manter o espírito de revolta em toda a parte onde o homem sente-se oprimido e possui a coragem de revoltar-se.

¹³O episódio que ficou conhecido como Comuna de Paris foi um levante popular ocorrido na França em 1871, o evento marcou os movimentos operários de então. O levante durou pouco mais de dois meses e deu lugar a uma organização social inspirada em princípios federalistas, coletivistas e mutualistas. Uma série de práticas e idéias originais que defendiam uma nova organização social foram aplicadas pelos *communards* durante esse período em toda a cidade de Paris. O levante, com características revolucionárias, durou cerca de dois meses e foi abafado com uma violenta repressão e perseguição policial a todos que participaram. Mais tarde, declarando-se partidário da Comuna de Paris, Bakunin escreveria que o levante foi a primeira manifestação espetacular e prática do socialismo revolucionário (BAKUNIN, 2008, p. 118).

Deve fazer fracassar as espertas maquinações de todos os partidos, outrora aliados, mas hoje hostis, que trabalham para fazer desviar para as vias autoritárias, os movimentos nascidos como revolta contra a opressão do capital e do Estado.

E, enfim, em todas essas direções, ele deve encontrar, adivinhar pela própria prática da vida, as novas formas que os grupamentos, sejam de ofício, sejam territoriais e locais, poderão assumir numa sociedade livre, liberta da autoridade dos governos e dos esfomeadores. (KROPOTKIN, 2007, p. 37, 38)

Portanto a Revolução Social defendida pelos anarquistas também não é um processo de rápida duração, nem tampouco possui um “manual de instruções”, se faz no dia-a-dia de luta com vitórias, derrotas e aprendizados. Ela visa a derrubada de todas as instituições hierárquicas e autoritárias, todos os “obstáculos” que impedem a plena libertação popular. (KROPOTKIN, 2007, p. 43).

Kropotkin também assinala a importância da instrução de todos os trabalhadores sobre as causas de sua miséria, afim de que esses trabalhadores não se enganem com aqueles que tentam cooptar ou guiar de alguma maneira a multidão, conclamando-se líderes ou “salvadores” do povo, ainda que momentaneamente. A compreensão das explorações e opressões sofridas por eles é o que gera ânimo para continuar a luta e consciência de que apenas uma sociedade horizontal e autogovernada poderá levar ao desenvolvimento pleno de todas as potencialidades humanas e materiais das pessoas. Neste caso, não há propaganda que alerte sobre a necessidade de uma revolta ou revolução tão eficaz quanto o próprio entendimento dos explorados sobre as causas e circunstâncias de sua miséria. Apenas essa compreensão poderia gerar consciência revolucionária.

A partir da destruição dessa sociedade seria possível construir uma nova, baseada na liberdade e igualdade plenas e no autogoverno, com princípios federalistas e respeito às diferenças culturais, econômicas, educacionais e até mesmo políticas de todos os grupos sociais.

Portanto o conceito de Revolução Social que iremos tratar aqui está relacionado diretamente com os princípios anarquistas. Ela não se limita a uma esfera da vida e por isso mesmo não pode ser empreendida por apenas um grupo de pessoas, é uma revolução que se pretende desempenhar em todos os âmbitos (político, econômico, social, educacional, sexual, etc) ela visa a libertação e emancipação de todos os seres humanos em todos os sentidos.

Por todos esses motivos o conceito de Revolução Social anarquista é, para nós, o mais apropriado para entender a tática Black Bloc empreendida em manifestações de rua e durante a Revolta dos Governados de 2013 no Brasil.

Em 2013 muitos grupos de afinidade¹⁴ foram formados nas ruas, os manifestantes se aproximavam uns dos outros de acordo com as afinidades na forma de protestar, na postura diante da repressão e de tudo o que acontecia dentro da manifestação. Esses grupos se organizavam livremente nas ruas e, no calor dos protestos, praticavam ajuda mútua e autogestão. Através deles pudemos observar a prática dos princípios anarquistas na luta por uma sociedade livre de governanças.

Conceito de Ação Direta

O termo *ação direta* foi utilizado pela primeira vez em 1890 no movimento sindicalista francês, ele surgiu como uma forma de se diferenciar da ação política parlamentar, efetuada por meio de representantes. Assim, a ação direta era uma forma de ação praticada diretamente por todos os envolvidos em determinada situação e tinha como objetivo conseguir algum sucesso imediato, mais do que mera propaganda. (WALTER, 2000, p.49, 50).

Esses movimentos de trabalhadores eram muito recorrentes no período entre o final do século XIX e início do século XX em greves, boicotes e sabotagens ocasionados por operários em luta por melhores condições de trabalho.

Segundo Nicolas Walter (2000) a atividade anarquista possuía inicialmente duas formas de ser propagada, através da propaganda pela palavra e da propaganda pelo ato. A propaganda pela palavra, como o próprio nome já diz, ocorria através de discursos e publicações escritas, como jornais e panfletos. Os escritos foram necessários para completar a propaganda pela palavra falada. Esse tipo de propaganda funcionava para criar um vínculo com a sociedade, um diálogo necessário para que o movimento anarquista não se fechasse em um “casulo” sem nenhum contato real com as massas de trabalhadores. No entanto, pela necessidade de radicalização do movimento, a propaganda pela palavra foi complementada pela *agitação* popular e pela *propaganda pelo ato*.

¹⁴ Os grupos de afinidade são grupos de manifestantes que se formam durante as manifestações. Ocorre porque manifestantes com características e idéias em comum entram em contato durante os protestos e unem forças em uma mesma ação direta. Encontramos a expressão *grupo de afinidade* sendo definida das seguintes formas: “A unidade fundamental da ação direta. É um sistema de apoio autossuficiente que pode desenvolver ações por conta própria ou pode trabalhar com outros grupos de afinidade em direção a um objetivo comum em uma ação grande”(Notes from Nowhere, *apud* VENTURINI, 2021, p. 190)e “o grupo de afinidade poderia ser facilmente considerado como um novo tipo de família estendida, na qual os laços de parentesco são substituídos por relacionamentos humanos profundamente empáticos – relacionamentos nutridos por ideias e práticas revolucionárias em comum” (BOOKCHIN *apud* VENTURINI, 2021, p. 190).

A *agitação* consiste em aproveitar o momento oportuno para trazer à tona problemas e questões sociais que precisam ser resolvidos, com o intuito de conscientização popular sobre as causas da miséria e dos problemas que assolam os governados. O momento oportuno seria aquele em que o povo está mais “receptivo” a essas questões, como quando surgem escândalos públicos ou guerras civis, por exemplo. Seria uma forma de “mostrar em detalhe o que está de errado no sistema atual e de que maneira se deve corrigir o erro” e propor ações rápidas e realizáveis de acordo com as oportunidades proporcionadas pelo momento.

Já a ideia de *propaganda pelo ato* foi utilizada pela primeira vez em 1870 para se referir a motins, manifestações, levantamentos populares, sua principal intenção era promover uma propaganda do anarquismo, que não se detivesse apenas em palavras. A Propaganda pelo Ato tinha um significado simbólico, não visava um sucesso imediato ou o alcance de algum resultado instantâneo.

Walter relata que a ação direta, surgida logo depois, foi muito confundida no início com a Propaganda pelo Ato. À medida que o movimento sindicalista crescia foi entrando em confronto com o governo francês e também com o governo de outros países, como Itália, Espanha, Estados Unidos e Rússia, daí as ações diretas foram desempenhando os mesmos papéis da Propaganda pelo Ato e, quando Gandhi chamou de ação direta a forma não violenta de desobediência civil, propaganda pelo Ato, desobediência civil e ação direta tomaram o mesmo significado, o de uma ação política que se opõe à lei ou que está fora das regras constitucionais (WALTER, 2000, p. 50).

Não obstante, para os anarquistas, ação direta conserva o sentido original. Refere-se a ações realizadas na esfera pública diretamente pelas mãos dos indivíduos envolvidos, todos tem liberdade para participar, sem mediação do Estado ou de quaisquer representantes. Elas têm por objetivo construir ou provocar mudanças sociais. Mesmo quando se alcança esse objetivo ela continua fiel aos seus princípios libertários, diferente de outras ações políticas que tem como único objetivo fazer com que um grupo chegue ao poder, cessando logo que isso acontece. Como explica Walter, a ideia de agir sem intermediários, através da prática da ação direta, é bastante atual e continua estreitamente ligada a movimentos revolucionários, com princípios libertários. Para David Graeber (2009) a ação direta também “reflete uma visão anarquista muito simples: que não se pode criar uma sociedade livre por meio de disciplina militar; uma sociedade democrática, por meio das ordens; ou uma feliz, por meio de sacrifícios sem alegria”. O mesmo autor define ação direta como:

Uma forma de ação na qual meios e fins se tornam, efetivamente, indistinguíveis; uma maneira de se envolver ativamente com o mundo para promover mudanças, nas quais a forma da ação – ou, pelo menos, a organização da ação – é em si um modelo para a mudança que se deseja promover. (GRAEBER, 2009, p. 208)

Nesse sentido mais do que mera desobediência civil, a ação direta é também uma forma de pensar e agir para a criação de uma nova sociedade. Esse conceito é de suma importância numa abordagem anarquista da Revolta dos Governados de 2013, quando a ação direta foi utilizada largamente pelos manifestantes em práticas de diversas naturezas, sendo a tática Black Bloc uma delas.

Além das diversas formas de ação anarquista apresentadas por Walter (2000) e da definição de ação direta de Graeber (2009) exposta acima, abordaremos o sentido de ação direta também a partir de Peter Gelderloos (2011) que defende a ação direta violenta por reconhecer que a violência primeira parte do Estado, do sistema capitalista, das empresas corporativas, da mídia de massas e todas as instituições que defendem o Estado e o sistema capitalista. A exposição à violência rotineira vinda do Estado e do capitalismo implica, assim, uma reação popular que precisa se utilizar da violência não apenas como forma de resistência, mas também de evidenciar sua força e capacidade de luta.

Dessa forma, Gelderloos (2011) defende que a não-violência ou o pacifismo protege o Estado, além de ser uma prerrogativa racista, patriarcalista, ineficaz e ilusória. Segundo o autor a ação não violência garante e assegura que a única força violenta venha do Estado, ou seja, garante que apenas o Estado tenha o monopólio da violência:

Podemos dizer, resumindo, que a não-violência garante o monopólio da violência ao Estado. Os Estados (as burocracias centralizadas, que protegem o capitalismo, preservam a supremacia branca a ordem patriarcal, e implementam a expansão capitalista) sobrevivem ao assumir o papel de provedor único e legítimo da força violenta em seus territórios. Qualquer luta contra a repressão precisa de um conflito com o Estado. Os pacifistas fazem o trabalho do Estado ao pacificar a oposição. Os Estados, por sua parte, desanimam a militância contida dentro da oposição e incitam a passividade.” (GELDERLOOS, 2011, p. 63)

Assim, permanecer passivo e não-violento diante da violência estatista e capitalista reflete submissão diante do capitalismo, do racismo, do patriarcalismo e do estatismo, mas também oferece ao Estado uma proteção e um monopólio. Em 2013, durante a Revolta dos Governados no Brasil muitos manifestantes entenderam o lugar privilegiado ocupado por aqueles que defendiam a não-violência e, querendo ou não, defendiam também a permanência das instituições estatais e capitalistas. Dessa forma, manifestantes que defendiam o uso da força não se submeteram ao pacifismo e

colocaram em prática o lema bakuninista de que “é preciso destruir a sociedade atual, para que se construa uma nova sociedade”.

Grande Mídia

Nelson Werneck Sodré em seu livro “História da imprensa no Brasil” assinala que a imprensa nasceu e se desenvolveu junto com o sistema capitalista. Os aspectos particulares desse desenvolvimento no Brasil foram a concentração de veículos de comunicação e da diversidade de suportes que viabilizam a informação nas mãos de poucas empresas:

(...) se a imprensa nasceu com o capitalismo e acompanhou o seu avanço, esse processo assinala, no Brasil, traços particulares, estreitamente ligados aos aspectos que o avanço capitalista apresentou aqui. O desenvolvimento da imprensa, na fase atual de crescimento das relações capitalistas em nosso país e pelo fato de esse avanço ter concorrido para o aparecimento, a função e a hegemonia dos meios de massa levou ao quadro, que logo se tornou evidente, de ser a empresa jornalística, na maioria esmagadora dos casos, a iniciadora e impulsionadora desses meios de massa, a começar pelo rádio, culminando com a televisão. Gerou-se, aqui, portanto, o conglomerado empresarial agrupando jornal – revista, em alguns casos – e emissora de rádio e de televisão. (SODRÉ, 1999, pág. X)

Assim, por um lado, o modelo empresarial dos conglomerados de comunicação de massa atendem aos governantes econômicos e ao sistema capitalista e, por outro, unifica e verticaliza os discursos proferidos por esses veículos. Nesse sentido, Sodré continua:

O caráter concentrador do avanço do capitalismo brasileiro, consideravelmente acentuado com a etapa neoliberal em curso impediu que se generalizasse a composição de agrupamento de jornal e televisão, em alguns casos. A concentração de poder, nos casos em que esse agrupamento ocorreu, foi extraordinariamente agravada e assinalou um traço novo no desenvolvimento da imprensa brasileira. [...] Esse quadro novo, sob muitos aspectos desolador, decorreu, sem dúvida, do fato de que um grande jornal, hoje, é uma empresa capitalista de grandes proporções (...). O primeiro sinal a assinalar as mudanças ocorridas esteve, como já foi mencionado, no desaparecimento de numerosos jornais e revistas. Desaparecimento que acompanhou, na área da imprensa, o processo de oligopolização ocorrido na economia. (...) O número de grandes jornais, entre nós, decresceu consideravelmente. (SODRÉ, 1999, pág. X, XI)

No Brasil as cinco maiores redes privadas de televisão, Globo, SBT, Record, Band e Rede TV agregam redes nacionais de rádio e jornais impressos espalhados por todo território nacional. Além da grande quantidade de veículos associados às grandes empresas de comunicação no Brasil, a diversidade dos suportes proporcionam um maior acesso da população ao que é transmitido por essas empresas, assim, mesmo quem não tem acesso a jornais impressos é alcançado pelo conteúdo produzido e veiculado por essas poucas empresas de comunicação através do rádio ou TV.

A classe política, por sua vez, também encontra representatividade na grande mídia. No Brasil uma considerável parcela dos governantes políticos são sócios ou diretores de empresas de radiodifusão. Ainda que proibido por lei¹⁵, prefeitos, deputados, governadores e senadores possuem vínculo direto e oficial com os meios de comunicação o que, conseqüentemente, permite a eles ter uma relação direta com o eleitorado. As emissoras de TV fabricam e promovem a publicidade de governantes políticos, lançando novas candidaturas e os elegendo. Além disso, os governantes dessa classe podem beneficiar amigos e afetos políticos promovendo a concessão de outorgas em seus respectivos Estados.

Chomsky defende que a propaganda é utilizada para “construir consenso” da população e que hoje, não vivemos em uma democracia em que o povo “dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres” (CHOMSKY, 2019, pág. 9).

Assim, a grande mídia é, utilizando o termo proposto por Wallace de Moraes, parte de uma governança institucional sociocultural e ela corrobora para o bom funcionamento de pelo menos outras duas governanças institucionais, a econômica e a política. Por meio de suas ações, busca justificar e legitimar preconceitos e opressões sociais já praticadas por estas governanças “[...] pois vende a ‘propaganda’ como mercadoria, justamente, aos governantes econômicos e políticos. Em razão disso, é comum que esteja unida a eles e, normalmente, os apoiem, em suas demandas.” (MORAES, 2018b, s/p)

Entender como as empresas jornalísticas se consolidaram no Brasil e forma como elas atuam, tendo íntima ligação com as governanças econômica e política é importante para esta pesquisa pois investigaremos três jornais impressos da grande mídia, jornal O Globo, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. Os três jornais possuem abrangência

¹⁵ O Artigo 54 da Constituição proíbe a relação direta entre a concentração de poder político e os meios de produção ideológica (meios de comunicação).

nacional, além da maior circulação média semanal do país, quando a assunto é jornal impresso¹⁶.

Apresentação dos conceitos de Epistemicídio e Racismo Epistêmico

Diante do exposto acima, também lançaremos mão da perspectiva decolonial para análise das fontes e na pesquisa como um todo. Entendemos que a imprensa no Brasil foi estruturada a partir de moldes ocidentalizados, impostos pelos colonizadores europeus, o que pode ser percebido quando se observa a concentração de meios de comunicação de massa nas mãos de poucos empresários, como assinalou Sodré, formando assim, oligopólios de comunicação que se valem da lógica do mercado capitalista altamente competitivo no país.

O poder de “construir consenso” da propaganda midiática opera em prol dos governantes políticos e do mercado capitalista, ignorando ou inferiorizando todos aqueles que destoam dessa lógica. Por isso, acreditamos que a teoria decolonial poderá dar maior embasamento ao quadro teórico-metodológico da pesquisa que pretendemos empreender. Trago principalmente o conceito de Epistemicídio (SANTOS, 1998, 2014) e Racismo Epistêmico (GROSGOUEL, 2007).

Boaventura de Souza Santos determina o epistemicídio como o “processo político cultural através do qual se mata ou destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados como via para manter ou aprofundar essa subordinação” (SANTOS, 1998, p. 208). Para o autor, vivemos atualmente uma “monocultura do saber e do rigor” que postula como válida e aceitável apenas uma forma de produção de conhecimento, provocando o epistemicídio de todas as outras formas.

Esta forma de produção de conhecimento considerada válida é aquela formulada unicamente na região Norte-centrica do mundo¹⁷. Geralmente formulada por

¹⁶Segundo o projeto independente *Media Ownership Monitor* (Monitoramento da Propriedade da Mídia - MOM). Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em 08 jun. 2021.

¹⁷Boaventura de Souza Santos no livro *Epistemologias do Sul* faz a distinção entre a região Sul e Norte global da seguinte maneira: “O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções como, por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afro-descendentes, muçulmanos) foram sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados.” (SANTOS, 2014, s/p);

intelectuais homens brancos, provindos da Europa e que apóiam os valores difundidos através da colonização, do capitalismo, do Estado (concentração de poder em torno de um Estado), da conquista, da escravidão, servidão, do trabalho assalariado, da propriedade privada, etc.

Sofrem o epistemicídio hoje todos os conhecimentos de origem popular, indígena, negra, camponesa e todos aqueles que não estejam baseados nos postulados da ciência ocidental. Esses conhecimentos, portanto, não tem espaço dentro das universidades, onde todas as formas de produção de conhecimento baseadas em experiências e relações sociais, culturais e políticas de grupos subalternizados são automaticamente excluídas ou inferiorizadas, tratadas como conhecimento local ou regional, enquanto que o conhecimento científico, hegemônico, é tratado como atópico, onipresente, que pode ser aplicado em todas as regiões do mundo.

Em resposta a essa concepção excludente de conhecimento, Santos nos lembra que todo conhecimento é oriundo de práticas e atores sociais que se desdobram sempre no interior de relações sociais e que diferentes tipos de relações sociais geram diferentes epistemologias. As relações sociais são, em sentido mais amplo, culturais (intraculturais ou inter-culturais) e políticas, nesse sentido toda epistemologia é sempre contextual, ou seja, todo conhecimento é gerado em relação a um contexto. Sendo assim, descontextualizar o saber científico é uma forma de ocultamento do contexto em que ele foi gerado, no caso a região do Norte global, ou região norte-cêntrica do mundo (SANTOS& MENESES, 2014, s/p).

O termo *epistemicídio* foi ampliado por Wallace de Moraes que pontuou o caráter estadolátrico do conceito ao reconhecer que não apenas o conhecimento e saberes populares são excluídos e ignorados mas também todos aqueles saberes que fazem uma crítica ao Estado e ao capitalismo como estruturas necessárias para a humanidade, mesmo aqueles provindos da Europa, como é o caso no Anarquismo (MORAES, 2020). Em outras palavras, também sofrem o epistemicídio todas as teorias e práticas que criticam as instituições da Modernidade e da Colonialidade presentes na sociedade atual, estejam elas dentro ou fora das universidades.

Todas as teorias que se enquadram no princípio geral de conceber as instituições estatais como resultado do progresso e/ou da razão são aceitas. Liberalismo, social-democracia, marxismo, conservadorismo e fascismo, por exemplo, em que pese suas profundas diferenças, concordam em torno da existência do Estado e consequentemente da dicotomia entre governantes e governados. Pode-se pensar

Ramón Grosfoguel, especificando um pouco mais, ao citar a “epistemologia Norte-cêntrica” faz referência a cinco países: França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália. (GROSFOGUEL, 2016, p. 26)

em diversas formas de exercício do poder estatal, mas jamais na sua imediata e completa negação. (MORAES, 2020, p. 56)

Segundo o autor, a Estadolatria impõe atualmente a forma oficial de organização social, além de provocar o epistemicídio, impedindo o povo de planejar e praticar “outras organizações societais para além dos limites do capitalismo e da ideia de representação política”:

(...) sobrevivem ao epistemicídio, hoje, somente as teorias, produzidas na academia e/ou nos grandes oligopólios de comunicação de massa, que concebem o capitalismo e suas instituições, principalmente o Estado, como legítimos e no máximo passíveis de reformas (...). Em resumo, o epistemicídio ataca todas as experiências populares e teóricas que não se enquadram nos padrões de exaltação do Estado, do capitalismo e não se encontra dentro dos moldes ‘científicos’ acadêmicos, positivistas, amplamente parciais sob a farsa da neutralidade axiológica (MORAES, 2018a, pág. 65-68)

Se por um lado o epistemicídio valoriza e exalta apenas as produções científicas que corroboram a existência de instituições estatais e capitalistas produzidas em uma parte do mundo, por outro ignora e desvaloriza todas as produções de conhecimento provindas do mundo colonizado (produzidas por grupos compostos por seres humanos escravizados, explorados e subalternizados durante o processo da colonização e mesmo após seu fim, com a herança da Colonialidade, deixada nesses territórios) e todo conhecimento que nega o Estado e o Capitalismo como necessários para a humanidade, conhecimentos que não se ajustem ao *cientificismo*.

Tudo isso contribui para um cenário dentro das ciências sociais em que uma epistemologia, transformada em hegemônica, seja descontextualizada, como se fosse um *saber-de-lugar-nenhum*, tido como universalmente válido, mais ainda, como a *única* válida, em todos os outros contextos sociais do mundo.

Vamos ampliar o campo para o qual esse conceito foi inicialmente direcionado, as universidades. Consideraremos não só que o epistemicídio é praticado dentro de universidades, por intelectuais estadolátricos, mas em todas as outras estruturas ocidentalizadas que se ligam ao conhecimento. Defendemos aqui que a grande mídia é uma dessas estruturas, pois está diretamente relacionada com a cultura e com questões políticas. Ademais, influencia formações ideológicas da sociedade e pratica o epistemicídio.

Em junho de 2013 o povo foi às ruas e rejeitou qualquer hierarquia ou privação de liberdade na hora de se manifestar, revoltando-se contra a lógica hierárquica comum ao Estado e ao capitalismo e se organizando, ao mesmo tempo, de forma horizontal e livre. Quando se considera que a atitude popular teve o duplo movimento de destruir a ordem estabelecida pelo sistema e construir/praticar uma nova organização social, que

o povo adotava ali uma forma de organização social diferente daquela imposta pelo colonizador, que concentrou o poder em torno de um Estado, que estabeleceu uma organização social hierárquica entre as pessoas, a grande mídia mostrou não só seu apoio aos governantes econômicos e políticos como também praticou o epistemicídio dos saberes populares que se manifestavam para a construção de uma nova sociedade.

Como pretendemos mostrar, a grande mídia além de defender pautas que não questionavam o sistema, defendeu também manifestações e formas de se manifestar que não modificavam efetivamente as estruturas e instituições moderno-coloniais da sociedade atual, desvalorizando e inferiorizando as mais radicais.

Por isso também lançaremos mão do conceito de Racismo Epistêmico (GROSGOUEL, 2007). Este conceito tem estreita ligação com o conceito de epistemicídio, uma vez que foi construído em cima do genocídio e epistemicídio dos sujeitos colonizados. O conceito será útil para a pesquisa pois acaba por denunciar aquilo que os discursos jornalísticos tentam esconder, seu “*locus* de enunciação”.

Segundo Grosfoguel o racismo epistêmico opera privilegiando políticas identitárias (*identity politics*) de homens brancos ocidentais, formando políticas identitárias hegemônicas que foram tão normatizadas que não se reconhecem como políticas identitárias, mas sim como um conhecimento “neutro e objetivo” que omite o lugar de onde esse discurso é proferido, dando a idéia de que ele parte de um “não-lugar” e portanto não sofre influências das experiências espaço-temporais de quem profere esses discursos, sendo ele um discurso neutro, imparcial, isento. Nesse sentido Santos também resgata que “não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras” e continua

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (SANTOS, 2014, s/p)

Assim o racismo epistêmico provoca uma descontextualização da epistemologia hegemônica, esconde o “*locus* de enunciação” dessa produção de conhecimento, trazendo automaticamente a idéia de que o conhecimento produzido por esses corpos (homens brancos ocidentais) é um conhecimento que, por não ter influência de experiências espaço-temporais é universalmente válido, podendo ser aplicado em qualquer lugar do mundo, independente de fatores culturais, geográficos, políticos, econômicos, etc. Além de ser o único capaz de definir o que é verdade. Essa

desautorização e subalternização de conhecimentos considerados “outros”, visa construir um “mundo de pensamento único” (GROSFOGUEL, 2007, p. 33).

Assim como as universidades são estruturas ocidentalizadas e criadas para difundir o conhecimento dos colonizadores, construído através do genocídio/epistemicídio dos sujeitos colonizados e da lógica cartesiana¹⁸, a grande mídia no Brasil também perpetua a lógica imperial/colonial/patriarcal praticando o racismo epistêmico e inferiorizando corpos e conhecimentos produzidos fora do eixo Norte-cêntrico ou diferente das lógicas que desafiam o Estado e o sistema capitalista, enquanto instituições necessárias para a manutenção do *status quo* moderno-colonial.

Entendemos que em 2013, durante a revolta dos governados, tanto o Estado, como a polícia e principalmente, por ser nosso foco, a imprensa praticaram racismo epistêmico contra os manifestantes que questionaram o Estado, o sistema capitalista e todas as outras estruturas moderno-coloniais e levaram às ruas propostas e práticas de organização social que rompe com os princípios imperiais, patriarcais, coloniais da sociedade atual.

Compreendemos que os manifestantes foram não apenas reprimidos fisicamente durante os protestos, mas também ideologicamente, quando se considera que estavam lutando não só pela revogação do aumento em R\$ 0,20 centavos no preço da tarifa do transporte público, mas também por uma sociedade livre de opressões sociais históricas praticadas desde o colonialismo. Os conceitos arrolados acima nos permitirão questionar as pretensões de imparcialidade e neutralidade da mídia tradicional que funcionam como instrumentos de naturalização e legitimação do liberalismo e do capitalismo, marcas da sociedade moderna-colonial.

Metodologia

História Comparada

Para Marc Bloch “aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e diferenças que apresentam

¹⁸ O pensamento cartesiano, supostamente inaugurado por Descartes valoriza a razão em detrimento do corpo físico. A razão humana, toma o lugar do olho de Deus e arroga para si a capacidade da onipresença, ignorando por completo todas as experiências vividas pelo corpo físico dos seres humanos. Assim, experiências concretas vividas em contextos variados – tão variados quanto são os lugares e culturas existentes no mundo-, segundo a lógica cartesiana, não influenciam na produção de conhecimento. Esse raciocínio é utilizado para justificar que todo o conhecimento do mundo pode ser produzido em apenas uma região geográfica do planeta, a região norte-centrica (Estados Unidos e Europa) e pode ser imposto a todos os outros grupos sociais presentes em diferentes regiões geográficas do planeta.

duas séries de natureza análogas, tomadas de meios sociais distintos” (Bloch *apud* CARDOSO e BRIGNOLI, 1983, p. 409).

Igualmente, José D’Assunção Barros explica que comparar

Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. (BARROS, 2014, p. 17)

As duas definições tratam de forma resumida do método comparativo na disciplina de História Comparada. Marc Bloch, que segundo Barros (2014) teve grande importância como sistematizador da metodologia comparada em História, apontou em 1928, no VI Congresso Internacional de Ciências Históricas de Oslo, duas formas de utilização desta metodologia¹⁹. A primeira delas trata-se da comparação entre sociedades distantes no tempo e no espaço, forma que exigiria uma cautela extra do pesquisador pela facilidade em cair no erro do anacronismo, e a outra, a comparação entre sociedades vizinhas e contemporâneas que, segundo Bloch, era capaz de chegar a resultados mais ricos cientificamente, mais precisos e menos hipotéticos, por isso utilizada em suas obras.

Posteriormente o historiador Marcel Detienne propôs uma forma de utilização da metodologia comparada que inovava em relação às duas formas que Bloch sugeriu em 1928. Para Detienne a comparação devia basear-se em seis pilares: o trabalho conjunto entre pesquisadores de diferentes áreas – como por exemplo historiadores, etnólogos, filósofos –, tomando um caráter coletivo, a interdisciplinaridade, a ousadia na construção de comparáveis, o experimentalismo, a consideração de diversos espaços e temporalidades, além de um problema comum capaz de unir toda a equipe em seu entorno.

Detienne se empenhou em manifestar sua insatisfação em relação aos comparatistas tradicionais, como Marc Bloch, que levantaram a ideia de que só é possível comparar o comparável. Segundo o historiador esta ideia acabava por determinar de antemão o que pode ser comparável e o que não pode.

Atualmente a História Comparada não se limita a relacionar ou a comparar apenas realidades nacionais ou sociedades entre si. Independente da utilização sincrônica ou

¹⁹ A conferência de Marc Bloch no VI Congresso de Oslo é considerada um marco importante para o estabelecimento da disciplina de História Comparada, o discurso foi transformado em artigo posteriormente, o qual podem ser encontradas as duas formas de comparação que o autor distingue. O artigo em questão recebe o título de “Para uma História Comparada das Sociedades Européias”: BLOCH, M. Para uma História Comparada das Sociedades Europeias. In: -. História e Historiadores. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150.

diacrônica do método comparativo, são muitos os exemplos de pesquisas em vários campos disciplinares relacionados à História que praticam a comparação em diversas outras esferas. Barros salienta que hoje existe uma “gama bem maior de âmbitos possíveis de comparação”, que vão desde a comparação entre realidades nacionais até a comparação entre regiões, processos econômicos ou políticos, instituições, entre “repertórios do imaginário” ou até mesmo pesquisas empenhadas em comparar vidas distintas, fazendo uma alusão ao gênero criado na Antiguidade por Plutarco (BARROS, 2014, p. 76).

Comparativismo histórico e História Comparada

Mas o que de fato separa a comparação elaborada em metodologia científica de um mero comparativismo histórico ou do gesto intuitivo e rotineiro de comparar? Ciro Flamarion e Héctor Brignoli, lembrando Witold Kula, afirmam que a comparação está implícita em toda disciplina, pois seria impossível introduzir um elemento novo, seja qual for o terreno de ensino, sem compará-lo com os já conhecidos (CARDOSO, C. F.; PÉREZ BRIGNOLI, H., 1983, p. 410).

O historiador Paul Veyne, da mesma forma, ao dissertar a respeito da História Comparada, nos faz refletir sobre o inevitável comparativismo presente em toda pesquisa histórica e levanta a questão do discernimento entre a “simples história” e a história comparada.

Para Veyne, comparar, recorrer à analogias com fins heurísticos ou simplesmente identificar semelhanças e diferenças são operações naturais ou implícitas ao pesquisador de história, o que o leva a afirmar que “toda história é história comparada” (VEYNE apud BARROS, 2014, p. 45), ou que “só existe uma história” (VEYNE, 1998, p. 102).

Barros, por outro lado, defende que para recorrer a um *método comparativo* é preciso “ultrapassar aquele uso mais próximo da intuição e da utilização cotidiana da comparação”. Dessa forma, para ir além de um simples comparativismo, o pesquisador precisa alcançar um nível mais “profundo e sistematizado” de observação e análise. A delimitação e definição rigorosa dos diferentes campos de observação são uma condição essencial que distinguem o método comparativo de mero gesto intuitivo de

comparar ou de um comparativismo histórico²⁰. Sendo assim, a História Comparada é uma modalidade de “fazer histórico” em que as questões “o que se pode comparar” e “como se compara” embasam o método comparativo e guiam o processo de pesquisa (BARROS, 2014, p. 45).

Dessa forma, a História Comparada aparece como um campo que não apenas lança mão do comparativismo histórico como também realiza um delineamento mais bem traçado e mais profundo dos “campos de observação”, dos objetos de pesquisa ou unidades que serão submetidas à comparação.

A História Comparada realiza assim, uma análise simultânea de dois ou mais campos de observação bem diferenciados e bem delineados, pontuando continuamente as semelhanças e as diferenças entre esses campos. Colocando dois ou mais campos de observação em evidência, um pode iluminar o outro, fazendo transparecer indícios que a análise de apenas um objeto ou um campo de observação não revelaria. A ideia de iluminação de um objeto de pesquisa por outro é igualmente identificada através da iluminação recíproca, na qual dois ou mais objetos de pesquisa se iluminam, trazendo à luz ou fazendo transparecer sinais uns nos outros que antes passariam despercebidos.

História Comparada: características

Ciro Flamarion e Héctor Brignoli (1983) levantam uma discussão sobre o tema, mencionando pesquisadores relevantes no assunto. Reportando Heinrich Mitteis, os autores escrevem que

(...) só por meio da comparação possam chegar a ser percebidos os traços peculiares e essenciais de uma dada sociedade, pois a análise comparativa permite distinguir os referidos traços dos que são comuns a outros casos observados, ou dos meramente ocasionais. (FLAMARION & BRIGNOLI, 1983, p. 413)

²⁰Barros nos traz alguns exemplos de “usos do comparativismo” bem antes da História Comparada surgir como uma disciplina mais bem delimitada. No período do Iluminismo, os exemplos das *Cartas filosóficas* de Voltaire, publicadas inicialmente em 1733, em que o filósofo francês buscava comparar aspectos culturais e sociais da Inglaterra e da França, buscando as diferenças entre os dois países. Além deste exemplo o autor cita ainda outros como os caso das *Cartas persas* de Montesquieu, de 1722, em que a comparação se exerce em diversos níveis, podemos encontrar a comparação entre vários países europeus entre si, a comparação entre o despotismo persa e o absolutismo europeu, além da própria comparação entre Oriente e Ocidente. Para além destes exemplos o comparativismo histórico, como explica Barros, foi também utilizado durante o Iluminismo e posteriormente no século XIX como uma ferramenta para explicar as diferenças culturais entre os diversos povos, trazendo em sua esteira uma linha evolutiva que colocaria a Europa e os europeus como o estágio mais evoluído da humanidade, considerando todos os outros povos como inferiores. Nesse sentido, quanto mais distantes dos europeus estivessem, mais primitivos estariam na linha evolutiva da humanidade.

Seguindo a mesma linha, Peter Burke assinala que a comparação nos permite “ver o que não está lá”. Graças a ela conseguimos perceber em um determinado campo de observação aquilo que está ausente em outro, ou perceber o que há em um campo de observação que não há em outro. (BURKE, 2002, p. 40) O exemplo de Max Weber (1864-1920) sobre *A cidade* é bem elucidativo em relação a isso. Weber, estudando o fenômeno urbano, procurou construir “tipos ideais” de cidades que embasassem a distinção entre as cidades antigas, as cidades medievais e as contemporâneas. O sociólogo passou boa parte da vida procurando “características distintivas da civilização ocidental”. Além disso, também seus estudos comparativos no campo da religião são importantes, pois o autor busca definir as diferenças, os elementos particulares presentes na formação e desenvolvimento do capitalismo, do protestantismo e da burocracia no Ocidente. Através da comparação o autor conseguiu encontrar diferenças que particularizavam o caso ocidental. Desta forma Peter Burke salienta que “Observar o que fenômenos aparentemente diferentes têm em comum, entretanto, é, sem a menor dúvida, uma virtude intelectual tão valiosa como observar o quanto fenômenos aparentemente similares diferem entre si” (BURKE, 2002, p. 41).

Para Postan, só por meio da comparação é possível alcançar uma generalização sociológica e Jean Piaget, segundo Flamarion e Brignoli, atesta que a “tendência comparativa” leva a uma sistematização dos conhecimentos por permitir ao pesquisador afastar-se do seu próprio campo de observação particular, dando uma maior objetividade à pesquisa (FLAMARION & BRIGNOLI, 1983, p. 410, 411).

Henri Sée e Henri Pirenne apontam que a comparação transforma a História em ciência por levá-la do estado descritivo ao explicativo (FLAMARION & BRIGNOLI, 1983, p. 410, 411).

Para Flamarion e Brignoli o controle efetivo das hipóteses e generalizações - que se dão por meio da observação honesta das verdadeiras causas de um fenômeno, nos meios sociais envolvidos, e refutação das falsas causas, a determinação de leis e modelos históricos, além da possibilidade de definição dos campos de observação envolvidos na pesquisa por critérios conceituais mais coerentes que fronteiras nacionais e artificiais, são vantagens do método comparativo.

Marc Bloch, por sua vez, aponta cinco “resultados” a que a metodologia comparada pode chegar. O primeiro deles, a Sugestão de Pesquisa, diz respeito ao fato de, ao colocar dois ou mais meios sociais em comparação, a identificação de fatos e documentos em um poderia levar a descobrir fenômenos em outro que antes passariam

despercebidos. O segundo resultado, a Explicação de Sobrevivências, indica que através da comparação o pesquisador poderia sugerir o que poderia ter acontecido em um meio social que possui lacunas em sua documentação e cultiva certos hábitos e costumes sem razão aparente, através da interpolação das curvas evolutivas de fenômenos comuns aos meios sociais estudados.

O terceiro resultado, Busca de Influências, se dá quando, ao colocar em perspectiva dois ou mais meios sociais distintos e vizinhos, o pesquisador consegue identificar influências mútuas entre eles, por causa de sua proximidade. O quarto resultado, chamado de “Filiação” indica que através da comparação é possível descobrir parentescos antes insuspeitados entre sociedades²¹.

O quinto resultado apontado foi o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre os meios sociais tomados para pesquisa. Neste caso a identificação de semelhanças e diferenças levaria à busca para as verdadeiras causas de um fenômeno(BLOCH, 1998, p. 116, 117, 118).

Os resultados enumerados por Bloch vão de encontro ao que Jürgen Kocka denominou de Propósitos da Comparação, dos quais este autor encontrou quatro, sendo eles o Propósito Heurístico, Propósito Descritivo, Propósito Analítico e Propósito Paradigmático.

Segundo Kocka, heurísticamente a comparação ajuda na identificação de questões e problemáticas que o estudo de um único caso não identificaria. Isto vai de encontro ao primeiro resultado enumerado por Bloch em seus textos, a Sugestão de Pesquisa. O segundo propósito apontado por Kocka, o propósito descritivo, indica que a comparação ajuda na identificação de perfis de casos únicos. Este propósito vai de encontro com o quinto resultado descrito por Bloch, a Identificação de Semelhanças e Diferenças. Para Bloch, um dos maiores ganhos da História Comparada é o reconhecimento das diferenças entre os meios sociais pois só através das diferenças é que se pode chegar às verdadeiras particularidades de cada sociedade.

O terceiro propósito descrito por Kocka em seu texto é o analítico. A comparação permite ao pesquisador formular perguntas e respostas causais possibilitando um “Teste de Hipóteses”. Este propósito se assimila com o que Bloch chamou de Busca das Verdadeiras Causa, quinto resultado descrito em seus textos.

²¹ Lembrando que, em suas pesquisas Bloch tomava por unidades de comparação (ou “campos de observação”) meios sociais. Nesse contexto o resultado “Filiação” faz mais sentido.

O quarto propósito da História Comparada descrito por Kocka, o propósito paradigmático, indica que a comparação permite ao pesquisador afastar-se do seu campo de observação comum para enxergá-lo como apenas uma possibilidade entre outras. Este propósito vai de encontro à grande intenção de Marc Bloch ao defender as potencialidades da História Comparada como disciplina. O que Bloch queria então era romper com as fronteiras nacionais que geraram os nacionalismos exacerbados que levaram à Primeira Guerra Mundial. Essas fronteiras isolavam os pesquisadores em suas nações permitindo a eles apenas a pesquisa a partir de um campo de observação, aquele que lhe era familiar. O grande propósito de Marc Bloch, além de promover a ampliação das bases documentais das sociedades levaria o pesquisador a sair do seu campo de observação familiar para compreendê-lo como um entre outros tantos.

Metodologia

Esta pesquisa em particular objetiva comparar diferentes narrativas sobre um mesmo fenômeno, Black Blocs em protestos de rua. Pretendemos partir de um duplo campo de observação – a narrativa da grande mídia e a narrativa de dois livros – procurando semelhanças e diferenças entre as duas narrativas supracitadas.

O trabalho contará com levantamento e investigação de dados empíricos sobre o assunto. Iremos nos concentrar no levantamento e classificação documental das duas narrativas, com o intuito de identificar elementos presentes em ambas, propiciando a execução do método comparativo.

Com os elementos identificados em cada narrativa pretendemos investigar, a partir do aporte teórico anarquista e decolonial, como cada uma delas expõe tais elementos, as semelhanças e diferenças entre elas, com vistas a atender os objetivos listados no tópico *Objetivos Específicos*. Vamos tomar como exemplo o elemento *Descrição de Manifestantes black blockers*. A partir deste elemento vamos analisar como cada uma das narrativas descreveu os manifestantes nas ruas, bem como identificar as semelhanças e diferenças entre as narrativas.

As unidades de comparação serão, por um lado, três jornais da grande mídia, jornal Folha de S. Paulo, jornal Estado de S. Paulo e jornal O Globo, e por outro, duas pesquisas sobre Black Blocs, intituladas *Black Blocs* realizada pelo cientista político Francis Dupuis-Déri (2014) e *Urgência das ruas: Black Blocs, Reclaim the streets e os dias de ação global*, organizada por Ned Ludd (2002).

A consulta da narrativa dos jornais será feita diretamente online, através dos sites dos acervos desses jornais:

- Acervo Jornal O Globo: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=20102013>>;
- Acervo Jornal Estado de São Paulo: <<https://acervo.estadao.com.br/>>;
- Acervo Jornal Folha de São Paulo: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>.

Serão analisadas notícias que se referem aos protestos, manchetes, textos de chamadas, fotografias, legendas, artigos, reportagens, entrevistas, editoriais e resenha crítica. O recorte temporal desta narrativa são os meses de junho e julho de 2013, portanto o material levantado dos jornais estará dentro deste intervalo de tempo.

Quanto às pesquisas *Black Blocs* (DUPUIS-DÉRI, 2014) e *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the streets e os dias de ação global* (LUDD, 2002) utilizadas como objeto para a comparação com a narrativa dos jornais, serão abordadas integralmente através dos próprios livros impressos.

A primeira pesquisa, com o título *Black Blocs*, do cientista político Dupuis-Déri trata de um estudo com recorte temporal que compreende as formações de Black Blocs desde suas origens em Berlim Ocidental, nos anos 1980 até o ano de 2014, quando a obra foi publicada no Brasil com algumas atualizações desde a sua primeira edição em 2003.

A pesquisa abrange manifestações de rua ocorridas em diversos lugares do mundo, incluindo a Revolta dos Governados em 2013 no Brasil, mas também inclui manifestações na Europa e nos Estados Unidos, por ocasião de protestos ocorridos contra reuniões de governantes e líderes mundiais, tais como reuniões do G-8²², do G20²³, do Fundo Monetário Internacional (FMI), reuniões para tratar da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e reuniões do Banco Mundial.

Esta pesquisa não se prende a enumerar ou documentar manifestações em que Black Blocs apareceram, mas sim se aprofunda em tratar da tática em si. A pesquisa aborda as diversas formas que a tática foi empregada, discorre sobre quem são manifestantes Black Blockers, quais seus principais alvos, sua origem, sua organização interna, o emprego e a defesa da diversidade de táticas em manifestações, traz também outros grupos de manifestantes e suas formas de se manifestar. Aborda a questão da

²² G-8 (Grupo dos 8) é um grupo composto por oito países que dominam o mundo economicamente, são eles Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia.

²³ G20 (Grupo dos 20) é um grupo formado por vinte ministros de finanças e chefes dos bancos centrais dos dezenove países com economia mais fortes do mundo e a União Européia.

violência política por parte de diferentes grupos e por parte do Estado, do sistema capitalista, mas também a violência por parte dos manifestantes Black Blockers, bem como aborda a funcionalidade da violência política, as origens da raiva contra o sistema econômico e político. Além de trazer as críticas que movimentos da esquerda e da extrema esquerda fazem aos Black Blocs, os manifestantes que se voltam contra os Black Blockers nas manifestações, a repressão policial e a infiltração policial.

O segundo livro, *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global* são um compilado de textos, cartas, panfletos, entrevistas, publicações eletrônicas, escritas por manifestantes que participaram de Black Blocs durante manifestações anticapitalistas que ocorreram durante os Dias de Ação Global dos Povos²⁴.

A primeira manifestação relatada neste livro trata daquela que ocorreu por ocasião da reunião do G-8 em Londres, em junho de 1999 e vai até as manifestações ocorridas durante a reunião do G-8 em Gênova, em julho de 2001. As manifestações que este livro trata são: a manifestação ocorrida em 18 de junho de 1999, contra o G-8 na Alemanha, em 30 de novembro de 1999, em Seattle (EUA), contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 16 de abril de 2000, em Washington D.C. contra a reunião do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) que aconteceu nesta cidade. Manifestações que ocorreram em Londres em decorrência do 1º de Maio, data que representa a luta de milhares de trabalhadores em todo o mundo. Em setembro de 2000, em Praga, contra a reunião do Banco Mundial e do FMI. Em abril de 2001 por ocasião de uma reunião em Québec, com os governantes dos países americanos para tratar da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Por fim, as manifestações ocorridas em Gênova, por ocasião uma reunião do G-8, em junho de 2001.

Precisamos pontuar aqui que classificamos a narrativa dos três jornais impressos pertencentes à grande mídia como apenas uma narrativa, não porque os jornais são todos do mesmo dono ou suas notícias são exatamente iguais, mas porque fazem parte da grande mídia, a governança sociocultural que possui um viés ideológico estreitamente ligado ao capitalismo, tendo um forte teor comercial, e também à governança política.

²⁴ A Ação Global dos Povos (AGP) é um “mecanismo de coordenação de movimentos sociais” nascido em 1998 pela associação de vários movimentos sociais do mundo. Surgiu a partir de um chamado dos zapatistas, feito em 1996, para um encontro internacional com intuito de unir ativistas e intelectuais do mundo inteiro afim de discutir estratégias, problemas e soluções e criar uma resistência global contra um inimigo comum, o capitalismo. (LUDD, 2002, pág. 17, 18)

Por outro lado, a narrativa dos livros sobre os Black Blocs partem de um mesmo viés ideológico de cunho revolucionário, portanto também consideramos os livros como pertencentes a uma mesma narrativa. Por esse motivo quando nos referimos a duas narrativas diferentes sobre a tática Black Bloc, estamos dizendo que uma delas refere-se à narrativa dos jornais e a outra à narrativa dos livros.

Acreditamos que a metodologia comparada nos possibilitará mais precisão na verificação ou não da hipótese do trabalho. A comparação entre a abordagem da grande mídia e a de cunho revolucionário, que contém a voz de manifestantes que participaram de Black Blocs, possibilita que uma jogue luz sobre a outra, fazendo transparecer aquilo que está ausente em uma ou em outra narrativa, além de possibilitar a verificação de semelhanças e diferenças entre elas.

Defendemos que a pesquisa de Dupuis-Déri e os textos que compõe o livro *Urgência das Ruas* poderão jogar luz na narrativa da imprensa, verificando assim a validade da hipótese, através da verificação daquilo que está sendo omitido (ou que está ausente) no discurso jornalístico. Esta análise comparativa vai de encontro a um dos propósitos da História Comparada que Jürgen Kocka identificou, o propósito heurístico, ou àquele resultado que Marc Bloch chamou de Sugestão de Pesquisa.

CAPÍTULO 2 – Como a Grande Mídia retratou os Black Blocs pelo mundo

A primeira vez que um Black Bloc apareceu em veículos da grande mídia foi durante as manifestações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorreram na cidade de Seattle (EUA) em novembro de 1999. Dentre os diversos perfis de manifestantes que estiveram presentes, um grupo vestido com jaquetas, capuzes e máscaras pretas chamou a atenção dos jornais corporativos. Estas manifestações ficaram conhecidas como “Batalha de Seattle” ou “N30” (por terem ocorrido em 30 de novembro). A partir delas e da aparição na grande mídia, a tática Black Bloc e suas características se difundiram por diversos países. Como explicaria depois uma carta informativa divulgada no meio libertário brasileiro, as manifestações que ocorreram em Seattle em 30 de novembro de 1999 conseguiram suspender por um dia uma reunião ministerial da OMC, além de atrapalhar os acordos entre os países membros, de acordo a carta

(...) dessa vez o N30 virou notícia em todo o mundo através da mídia burguesa. A Rodada do Milênio da OMC foi impedida por manifestantes e isso já seria um prato cheio. Um bloco com algumas centenas de jovens vestidos de preto, proclamando-se anarquistas e quebrando lojas de multinacionais como a Nike e o Mc Donald's em Seattle, atraíram ainda mais as lentes míopes da mídia. O mundo começaria a ouvir falar de um tal de 'Black Block', odiado pelos políticos, jornalistas burgueses, diretores de ONGs e alguns manifestantes que estão mais imersos dentro da moral burguesa do que imaginam. (*apud* LUDD, 2002, p. 58)

O interesse pelos Black Blocs, por parte da grande mídia, desde então foi tão grande que a tática nunca passou despercebida nas páginas dos jornais burgueses. Em abril de 2000, após passeatas em Washington D. C., para protestar contra o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e depois em maio do mesmo ano, contra a Cúpula do G20, em Montreal, Black Blocs entraram em ação e foram notícia em diversos jornais. Em 2001, em Búffalo (Nova York), quando um Black Bloc recolheu lixo das ruas de um bairro pobre, a imprensa corporativa não conseguiu entender o porquê. Ao serem perguntados por jornalistas o que estavam fazendo, eles disseram: “Vocês escreveram que iríamos transformar a cidade em lixo. Decidimos retirar o lixo” (*apud* DUPUIS-DÉRI, p. 67). Em Gênova, ainda em julho de 2001, os Black Blocs entraram em ação durante manifestações contra a Cúpula do G8. Eles foram noticiados nas páginas dos jornais como violentos, mesmo após um manifestante ter sido morto por policiais.

Em 2003, em manifestações contra o G8 em Évian (França), após os Black Blocs entrarem em ação, o jornal *La Tribune de Genève* publicou a manchete: “Insaisissables, les Black Blocs effraient et fascinent” (Indescritíveis, os Black Blocs assustam e fascinam). Nos anos seguintes, em diversas manifestações que ocorreram pelo mundo, nas quais Black Blocs se formaram, foram noticiados nos jornais da grande mídia.

Na Itália, em 2011, após mobilizações do movimento NO TAV²⁵, contra a construção de uma linha de trem de alta velocidade, no Vale do Susa, o jornal *Metro* publicou a manchete: “TAV, guerriglia dei Black bloc” (TAV, guerrilha do Black Bloc); o jornal *Corriere della Sera*, “I Black bloc contro il cantiere” (Black Bloc contra o local de construção) e o jornal *La Repubblica*, “I black bloc armati venuti da lontano” (Black Blocs armados vêm de longe), todas manchetes de primeira página. No Egito, quando um Black Bloc apareceu pela primeira vez durante a Primavera Árabe, em janeiro de 2013, diversos jornais em vários lugares do mundo noticiaram. A notícia saiu na imprensa canadense, francesa, alemã, britânica, japonesa, israelense, espanhola, suíça, tunisiana e norte-americana. (DUPUIS-DÉRI, 2014). No Brasil, durante a Revolta dos Governados, os Black Blocs foram notícia por semanas em diversos jornais da grande mídia.

A partir da primeira aparição em TV aberta, em diferentes momentos e lugares, notícias sobre os Black Blocs apareceram em destaque nos jornais, como vamos ver neste capítulo.

Comportamento típico da grande mídia ao noticiar Black Blocs

Ainda que tenha se popularizado a partir da “Batalha de Seattle” e a primeira aparição na grande mídia, os Black Blocs e seus participantes foram retratados de maneira pejorativa desde o início. As roupas pretas, máscaras tampando o rosto e ataques a alvos econômicos e políticos foram notícia nos principais meios de comunicação, que pintaram uma imagem negativa desses grupos de ação direta, retratando-os geralmente como excessivamente violentos ou como “jovens irracionais com o único desejo de destruir”, chegando até mesmo a associá-los com terroristas. Continuamente negando ou diminuindo o caráter político dessa tática. Foi na mídia alternativa, principalmente nas redes sociais *online*, que a discussão em torno da tática

²⁵ A sigla TAV significa Trem de Alta Velocidade.

foi sempre mais equilibrada, causando curiosidade em muitas pessoas que se identificaram com essas ações.

Segundo o cientista político e estudioso da tática Black Bloc, Dupuis-Déri, existe um padrão de resposta típico da grande mídia na cobertura de manifestações com a participação de Black Blocs: no mesmo dia ou na manhã seguinte em que Black Blocs entraram em ação, os editores, colunistas e jornalistas em geral acusam os “arruaceiros” dos Black Blocs de “vandalismo”. Nos dias seguintes o tom das notícias parece ser mais neutro. Os jornalistas informam que quem está por trás das máscaras são os anarquistas, que utilizam armas (como coquetéis Molotov), escudos e capacetes para se defender. Em alguns casos citam grandes Black Blocs que entraram em ação no passado e frequentemente, para corroborar seus discursos, os jornalistas chamam “especialistas” como cientistas sociais, psicólogos, acadêmicos, policiais e porta-vozes de movimentos sociais institucionalizados, que logo se desassocia dos “vândalos”. Enfim, participantes de Black Blocs podem ser chamados a falar, dando algum espaço para que eles possam se defender e explicar por que agem daquela forma (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 20).

Esse comportamento pode ser observado, por exemplo, no jornal *Toronto Star* que, no dia seguinte ao G20 em Toronto (2010), publicou uma matéria com o título “Behind the Black Bloc: G20 Violence” (Por trás do Black Bloc: Violência no G20), associando diretamente o Black Bloc à violência, e um dia depois publicou outra sem fazer essa associação direta: “Who is the Black Bloc?” (Quem é o Black Bloc?) (apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 18).

Podemos confirmar essa postura investigando outros jornais que trataram do tema. No Brasil, durante a Revolta dos Governados, a revista *Carta Capital* fez uma enquete com seus leitores sobre o que eles achavam dos protestos:

O Black Bloc, forma de protesto antissistema, usa a depredação de bancos e fachadas de grandes empresas como meio de atuação. O que você acha? (1) Sou contra qualquer tipo de vandalismo, em qualquer hipótese. (2) No caso de determinadas empresas, desde que ninguém seja ferido, sou a favor” (apud DUPUIS-DÉRI, 2002, p. 19)

A maior parte deles (66%) se posicionou a favor das ações de Black Blocs e de manifestações com depredação de alvos políticos e econômicos.

Seguindo a mesma tendência de tentar informar quem está por trás das táticas, o site de notícias G1, do Grupo Globo, publicou a seguinte manchete: “Conheça a estratégia ‘Black Bloc’, que influencia protestos no Brasil”, no dia 12 de julho de 2013 e o jornal Folha de São Paulo chamou “especialistas” para comentar o assunto numa

notícia que levou o seguinte título: “Para especialistas, ideário ‘black bloc’ permanece ativo” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2002, p. 19).

Alvos econômicos e políticos

A princípio Black Blocs não atacam pequenas empresas independentes ou negócios locais, nem bibliotecas públicas ou centros comunitários, por exemplo, mas sim grandes corporações e multinacionais ou símbolos do Estado e do Capitalismo, e até mesmo outros símbolos de poder. Mas fora da mídia alternativa a mensagem da violência política continua sendo passada de forma equivocada, muitas vezes propositalmente.

Muitos jornalistas e críticos de Black Blocs em geral acusam-nos de ataque a pequenas empresas ou negócios locais, como foi o caso de Chris Hedges que, num artigo intitulado “The Cancer of Occupy” (O câncer do Occupy), publicado no site de notícias americano *Truthdig*, afirmou que: “grupos de manifestantes do Black Bloc quebraram, por exemplo, as janelas de um café local em novembro em Oakland e saquearam o estabelecimento” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 98).

Dias depois uma jornalista gráfica chamada Susie Cagle, explicou no site alternativo de notícias políticas *Truthout* que “O vandalismo no ‘café local’ que Hedges alega ter sido cometido por ativistas dos Black Blocs era na verdade uma janela quebrada de uma cadeia corporativa de cafés [...] e por uma pessoa que não estava usando máscara, não estava de preto” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 100).

Por outro lado, em um comunicado escrito por uma fração do Black Bloc que entrou em ação durante a Batalha de Seattle, esses ativistas listaram alguns dos alvos de corporações que foram atacados durante a manifestação e uma breve explicação de cada um deles.

Fidelity Investment (maior investidor na Occidental Petroleum, o carrasco da tribo Uwa na Colômbia);
Bank of America;
US Bancorp;
Key Bank and Washington Mutual Bank (um dos principais financiadores da repressão corporativa);
Old Navy;
Banana Republic and the GAP (como grupo Fisher, são estupradores da floresta do noroeste e exploram trabalho semi-escravo);
Nike Town e Levi’s (cujos caros produtos são fabricados em indústrias que utilizam trabalho semi-escravo);
Mc Donald’s (traficantes de fast-food que pagam salário de miséria e são responsáveis pela destruição de florestas tropicais para pasto e matança de animais);

Starbucks (traficantes de uma substância viciante cujos produtos são ceifados a um salário abaixo da miséria por agricultores que são forçados a destruir suas próprias florestas para o cultivo);
Warner Bros. (monopolistas da mídia);
Planet Hollywood (por serem Planet Hollywood) (LUDD, 2002, p. 59).

Como podemos ler, entre os alvos estão a Warner Bros, considerados “monopolistas da mídia” e Planet Hollywood, “por serem Planet Hollywood” (*apud* LUDD, 2002, p. 59), como informa a lista. Como já dissemos, as empresas de mídia são empresas corporativas que fazem parte da governança sociocultural, ditando, através da ideologia, valores culturais, estéticos, entre outros. Assim, as sedes de jornais corporativos e empresas de mídia assim como seus carros, vans, câmeras e todo o seu aparelhamento frequentemente são atacados pelos Black Blocs.

Meses antes da Batalha de Seattle, em junho de 1999, para marcar o primeiro dia de ações do movimento Ação Global dos Povos (AGP) e por ocasião de uma reunião do G-8 no Centro Financeiro de Londres, diversas manifestações ocorreram em mais de 40 países e 120 cidades. No Brasil, em Florianópolis, o relógio da Rede Globo, montado para comemorar os 500 anos de invasão e genocídio dos povos colonizados apareceu logo pela manhã com uma mancha vermelha simulando sangue, fazendo com que a figura do planeta, pintada no relógio, parecesse estar sangrando (LUDD, 2002, p. 28).

Consultando o sociólogo e ativista canadense Lesley J Wood, além de outros estudiosos atentos às ações diretas empreendida por esses manifestantes, Dupuis-Déri afirma que a mensagem que os Black blockers querem passar está contida no alvo que eles atacam, segundo o autor “o que torna esse tipo de ação inteligível é seu alvo”. O que, na maior parte das vezes, é propagandeado nos jornais corporativos de forma arbitrária como “vandalismo” e “violência sem causa”.

O rótulo de “anarquistas violentos” criado pela grande mídia

A associação indiscriminada em relação à anarquia fez com que todos que participaram ou participam de Black Blocs fossem considerados anarquistas. Geralmente essa generalização parte da grande mídia que associa erroneamente e sempre de forma sensacionalista o Black Bloc e o próprio anarquismo à violência e “irracionalidade destruidora”, rótulos superficiais baseados na imposição da governança sociocultural.

Como podemos ler no trecho a seguir, de uma notícia publicada no jornal *Toronto Star*, os participantes do Black Bloc que se formou durante as manifestações contra o

G20 em Toronto (2010) foram denominados anarquistas de maneira indiscriminada e vinculados à violência sem causa e “tumulto generalizado”.

(...) cerca de 100 anarquistas do Black Bloc com roupas pretas da cabeça aos pés, liderando uma multidão furiosa de cerca de 300 [...] destruindo fachadas de lojas e criando o tipo de tumulto generalizado *por que são conhecidos* em cúpulas de G8 e do G20 no mundo todo. (apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 18)

Nessa mesma ocasião diversos jornais também publicaram notícias sobre Black Blocs vinculando-os à ideia de violência, como o *National Post*, jornal canadense que noticiou os participantes de Black Blocs como “os anarquistas que podem ser a maior ameaça à segurança do G20” (apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 229).

A associação indiscriminada à violência, publicada pelos jornais da grande mídia, passa também pela publicação de falas e opiniões de outros profissionais que mantêm críticas a essa tática. Dessa forma, a crítica ou depreciação de policiais, políticos, intelectuais de direita ou da esquerda institucionalizada, acadêmicos ou porta-vozes de organizações progressistas, como também de manifestantes que não concordam com o uso da tática, são exibidas e corroboradas por jornalistas. Em julho de 2011, no contexto das mobilizações do movimento NO TAV, na Itália, o jornal *Corriere Della Sera* de Milão, deu voz a policiais que afirmaram: “havia cerca de trezentos Black Blocs vindos da Espanha, da França, da Alemanha e da Áustria” que tinham como objetivo único promover “violência máxima contra as autoridades”, além disso, os policiais ainda disseram que esses manifestantes não eram mais que “delinquentes e covardes (...) conhecidos pela polícia e que nada tinham a ver com a questão do Vale de Susa” (apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 24).

Outro jornal, desta vez o londrino *The Independent*, publicou a seguinte fala do comandante Bob Broadhurst, da Polícia Metropolitana de Londres: “Eu não os chamaria de manifestantes. Eles querem apenas praticar atividades criminosas” (apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 24), em mobilizações contra a Cúpula do G20 que ocorreram na cidade. Em outra situação, o porta-voz da polícia no distrito francês de Vaud, Jean-Claude Sauterel fez a seguinte declaração ao jornal *Le Figaro*: “Essas pessoas têm o único objetivo de destruir”, numa notícia que levou o título “Des casseurs sèment La terreur à Genève et Lausanne” (Bandidos semeiam terror em Genebra e Lausanne) (apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 24).

Em outra situação, o diretor da Sûreté du Québec (SQ, força policial da província do Quebec), Florent Gagné, afirmou ao jornal semanal francês *Courrier International*

estar preocupado com “os chamados grupos de ação direta. Eles são grupos violentos sem ideologia real. São vândalos, anarquistas” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2002, p. 24).

Essas críticas são publicadas em primeira mão nos jornais, mostrando como a governança sociocultural da grande mídia corrobora as críticas empreendidas pela Governança Penal, que nega o caráter político da tática Black Bloc. Nos casos a seguir, podemos ver também como a Governança Política e a Governança Sociocultural da Grande Mídia apóiam-se mutuamente, quando jornais da Grande Mídia dão espaço às opiniões e críticas de pessoas que ocupam altos cargos na máquina estatal.

No exemplo a seguir, um comentário no site do partido político de centro-esquerda do Canadá, o Novo Partido Democrático (NDP) convocava os progressistas a denunciarem “os bandidos do Black Bloc.” Além de afirmar que “Eles não estão lutando por justiça social, são criminosos buscando justificativas para serem criminosos [...] Um bandido é um bandido, independentemente da sua retórica” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 25). Tais comentários foram publicados no *Toronto Sun*, após as mobilizações contra o G20 que ocorreram em Toronto em 2010.

Em 2011, por ocasião de manifestações “antiausteridade”, ocorridas em Londres, a secretária de Estado para assuntos interinos do Reino Unido, Theresa May, afirmou ao jornal londrino *The Guardian*: “Quero condenar de maneira firme o comportamento irracional dos vândalos responsáveis pela violência”. Após manifestações contra a Cúpula do G20 em Toronto (2010), o então chefe das comunicações para o primeiro-ministro do Canadá, Dimitri Soudas, afirmou ao jornal *Vancouver Sun*: “os bandidos que estimulam a violência hoje não representam, de forma alguma, o estilo de vida canadense” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 25).

Se aproximando muito desse tipo de crítica, o primeiro-ministro do Canadá, Jean Chrétien, afirmou ao jornal *La Presse*, em 2001, após as manifestações ocorridas em Gênova, contra a Cúpula do G-8: “se os anarquistas querem destruir a democracia, nós não permitiremos” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 26).

Também em 2001, referindo-se às mesmas manifestações, Guy Verhofstadt, então primeiro-ministro da Bélgica e presidente da União Européia (EU) declarou “Excluo os vândalos”, à agência de notícias francesa *Agence France-Presse* (AFP), numa notícia intitulada “Verhofstadt et Prodi déplorent La mort d'unmanifestant à Gênes” (Verhofstadt e Prodi lamentam a morte de um manifestante em Gênova), e continuou: “Eles não exprimem uma opinião. Buscam apenas a violência, o que nada tem a ver com pessoas sem nenhuma crença política” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 25, 26).

Após as manifestações, Guy Verhofstadt exigiu que os líderes e porta-vozes de movimentos progressistas e organizações reformistas se posicionassem contra os “baderneiros”: “Quero ouvir os representantes de todos os movimentos e partidos democráticos, de todo o mundo, se dissociando dos baderneiros”. Anos depois, em junho de 2003, no contexto das manifestações contra a Cúpula do G8, desta vez em Évian, Dominique Von Burg, editor-chefe do jornal *La Tribune de Genève* repetiu essa recomendação chamando black blockers de “um bando de imbecis”. Ele afirmou: “Algumas centenas de baderneiros [...] conseguiram roubar a cena de um protesto pacífico importante [...] Como fizeram durante a manifestação, as forças de oposição *devem repudiar firmemente* todos aqueles cujos argumentos se resumem a pés de cabra e coquetéis Molotov” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 181, grifo do autor).

Esse tipo de recomendação foi repetido diversas vezes. Durante uma conferência de imprensa sobre a Cúpula das Américas do Quebec, Françoise David, porta-voz da Cúpula dos Povos, recomendou “não à violência” que estava sendo orquestrada por “um grupo muito pequeno” de “vândalos” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 181).

Negar o caráter político da tática Black Bloc

Em geral, jornalistas negam ou ignoram qualquer caráter político das ações diretas dos Black Blocs. Essa atitude se dá através da utilização de termos depreciativos, como “vândalos”, “arruaceiros”, “jovens irracionais”, etc. Os casos trazidos acima e os relatados a seguir ilustram bem essa atitude, como por exemplo, na manchete “A hora dos arruaceiros idiotas”, publicada no jornal *Berlin Kurier*, após os protestos do Primeiro de Maio de 2012 na Alemanha. Na notícia o jornalista afirmou que “Esses detestáveis fãs de caos [estão prontos] para tumultuar e destruir. Eles querem batalhar nas ruas a todo custo!” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 26, 27). Em outro caso, após as manifestações contra o G20 que ocorreram em Toronto (2010), no jornal *Toronto Sun* um colunista chamou um “especialista” para ajudar os leitores a distinguir “vândalos” de “verdadeiros manifestantes, com uma causa real e preocupações reais”:

Em um mundo ideal, os manifestantes caminham pacificamente, as pessoas explicariam sua ideia, fosse qual fosse, e todos ficariam bem [...] Como o especialista em segurança John Thompson do Instituto Mackenzie me falou antes da cúpula, 2% da multidão está lá pelo caos criminoso, *sem causa alguma*. (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 27)

Em outro jornal o mesmo John Thompson descreveu as pessoas que participavam de Black Blocs como “viciados em adrenalina [...] O que os ativistas de Black Bloc fazem é basicamente um esporte radical às custas do dinheiro público” (*apud* DUPUIS-

DÉRI, 2014, p 27).No mesmo artigo, o professor Peter St. John, professor da Universidade de Manitoba, especialista em “questões de segurança” alegou que “quando se começa a empregar violência, acaba-se entrando na categoria de organização terrorista” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p 27).

Em um exemplo peculiar, trazido no livro *Black Blocs*, o jornalista Louis-Gilles Francoeur, numa coluna sobre questões ambientais, ironizou “a difusão de roupas de camuflagem no vestuário” e associou livremente black blockers a alguns animais, no jornal canadense *Le Devoir*, dizendo que essa difusão faz com que “coelhos, guaxinins, raposas, perdizes e cervos se dispersem como membros do Black Bloc ao avistar um camburão” (*apud* DUPUIS-DÉRI, p. 20).

Outra prática comum, segundo Dupui-Déri, empregada com o intuito de esvaziar de qualquer caráter político a tática Black Bloc é descrever os participantes de Black Blocs como pessoas jovens. Essa atribuição geralmente vem acompanhada de alguma característica que pode variar. Em exemplos trazidos pelo autor, a *Agence France-Presse* (AFP) chamou os manifestantes de “muito jovens”, “jovens extremistas”, “jovens briguentos” e “jovens vândalos”.

A essas descrições seguem-se o mesmo tipo de narrativa que já trouxemos como exemplo, uma narrativa que associa os “jovens” que participam de Black Blocs à violência sem causa, irracionalidade ou manifestantes que tem como único objetivo serem violentos, sem nenhuma razão para isto, como foi noticiado nos canais da TV Francesa *TF1*, sobre as manifestações que ocorreram em Gênova, em 2001, contra uma reunião da Cúpula do G8: “o único objetivo dos famosos Black Blocs’ compostos por ‘anarquistas ultra violentos’ e outros ‘extremistas’ (‘com sede de violência e destruição’), era ‘globalizar seu ódio e sua violência’” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 28).

O autor traz ainda outra declaração cheia de clichês feita por jornalistas de uma revista francesa chamada *L’Express*. Na notícia, com o título “Black Blocks: lescasseurs de l’antimondialisation” (Black Blocks: os bandidos da anti-globalização), os jornalistas afirmam: “Seu discurso é sempre o do anarquismo. Eles exaltam o recurso à violência contra tudo o que representa uma forma de organização estatal (...) cada vez mais, jovens americanos um pouco perdidos” participam de Black Blocs e se envolvem em protestos de rua “mais para queimar e quebrar do que para protestar ou contestar” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 28).

A atitude de comparar ou até de dizer que conflitos esportivos entre torcidas é praticado por esses manifestantes ou o contrário, de que as ações diretas praticadas em

Black Blocs são realizadas por *hooligans*, que saem causando tumultos em jogos de futebol, também é um artifício usado para negar o caráter político da tática. Em 2011, ao falar sobre um conflito criado após a derrota da equipe de hóquei profissional de Vancouver (Canucks), o delegado de polícia Jim Chu afirmou ao jornal canadense *Globeand Mail* que quem estava por trás dos conflitos eram “criminosos, anarquistas e bandidos que vieram à cidade querendo destruição e confusão”. Os mesmos termos foram repetidos mais tarde pelo prefeito da cidade Gregor Robertson, que colocou a culpa do tumulto em “anarquistas e bandidos” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2002, p. 26). Segundo Dupuis-Déri, Jim Chu foi obrigado a voltar atrás e admitir na *CBC News* que os anarquistas não estavam envolvidos nos tumultos do jogo de hóquei.

Dar espaço a opiniões e falas de cidadãos comuns que reprovam o uso da força por parte dos manifestantes mais radicais também é um artifício muito usado pelos veículos da grande mídia. Notícias, opiniões e falas difamatórias pronunciadas por diversas pessoas podem ser encontradas tanto durante uma matéria como em campos específicos de um jornal, como áreas destinadas a leitores. Após as manifestações contra o G8 em Gênova (2001) um “simpatizante do movimento” falou à *AFP* que “Essas pessoas não têm ideias políticas. Não representam ninguém; são como *hooligans*”. Dois dias depois uma cidadã genovesa declarou ao mesmo veículo de notícias que os manifestantes não passavam de “vândalos radicais” sem “nenhum objetivo específico, mas só queriam destruir as coisas” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 28, 29).

Em outro jornal, no contexto de manifestações contra o G-8 na França (2003) um repórter corroborou a opinião de um ativista contrário ao Black Bloc em uma notícia no jornal *La Tribune de Genève*:

‘As únicas motivações deles são bagunça e vandalismo’, comentou ontem um sincero ativista alterglobalização, indignado pelos tumultos que roubaram o lugar da manifestação franco-suíça contra o G8. Ele também acrescentou em tom de fúria: ‘Eles não passam de uns idiotinhas que vêm para se divertir quebrando vitrines’ (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 29).

Porta-vozes de instituições social-democratas tradicionais também têm voz na grande mídia, tanto quanto os policiais ou políticos de centro e da direita. Segundo Dupuis-Déri, membros de partidos políticos e sindicatos, apesar de suas críticas à brutalidade policial e ao capitalismo, também tecem críticas aos ativistas que usam a força para se manifestar e aos Black Blocs em geral. Alguns exemplos são a declaração de Yvette Cooper, membro do Parlamento do Partido Trabalhista britânico, ao *BBC*

que, durante as mobilizações contra a Cúpula do G20, em março de 2011, condenou “centenas de idiotas irracionais [por se envolverem] em comportamentos criminosos da pior espécie”, ou Chris Hedges, intelectual e escritor progressista que fez a seguinte declaração sobre o Movimento Occupy (2011), ao site de notícias Americano *Truthdig*: “Os anarquistas do Black Bloc, que atuaram nas ruas de Oakland e outras cidades, são o câncer do movimento Occupy [...] Eles confundem atos de puro vandalismo e ceticismo repulsivo com revolução [...] Existe uma palavra para isso: ‘criminosos’” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 29)

Todas essas críticas ajudam a construir uma imagem distorcida e fictícia dos Black Blocs e seus participantes, que tira da ação coletiva empreendida por eles todo o seu sentido político e credibilidade, reduzindo-os à violência brutal e irracional de jovens rebeldes.

A alegação de que as ações dos Black Blocs são pura emoção ou instinto destrutivo também é uma maneira comum de tirar toda a racionalidade dessas ações, esvaziando qualquer o político presente nelas. Uma das maneiras mais comuns de depreciar esses ativistas é dizendo que suas ações não passam de emoção pura ou instinto destrutivo. Para Dupuis-Déri, ainda que as pessoas não concordem com os Black Blocs ou com as ideias e causas de seus participantes, taxar esses manifestantes de jovens apolíticos e irracionais beira a preguiça intelectual ou pode ser considerado mentira. Num exemplo trazido pelo autor, o editor do jornal *La Presse*, após algumas vitrines serem atacadas durante uma reunião da OMC em Montreal, em 2003, afirmou: “Vandalismo é o contrário do pensamento. A única coisa atuando ali é a sensação, o *prazer*” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 120).

Ainda que alguns manifestantes assumam sentir emoção durante as ações como, por exemplo, um manifestante europeu que admitiu: “As sensações mais fortes que já tive vieram em protestos” e outros que participaram das manifestações em Gênova em 2001, que afirmaram que “destruir tem que ser *divertido*” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 120, grifo do autor), reconhecer que existe emoção nessas ações não quer dizer que sejam irracionais ou que não tenham um sentido econômico e político.

Razão e emoção não são mutuamente excludentes: ambas podem gerar um desejo político que justifica a ação política. A ação política, seja ela violenta ou não, é gerada por uma vontade política que, por sua vez, é produto de um argumento ou de uma emoção, ou de uma mistura de ambos. Os poucos sociólogos e cientistas políticos que investigaram o papel das emoções na política observaram que tanto emoção como razão constroem o pensamento e a vontade políticos. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 122)

Em uma entrevista feita com um participante do Black Bloc que entrou em ação durante Batalha de Seattle, após ser perguntado sobre o significado daqueles protestos para o movimento como um todo, sua resposta mostra que o envolvimento emocional pode gerar uma energia capaz de impulsionar esses manifestantes:

(...) Na tarde em que o Estado de Emergência foi decretado, o centro da cidade havia sido totalmente alterado – parecia que uma revolução estava em andamento. Foi algo realmente forte. As pessoas voltaram para suas cidades totalmente cheias de energia para continuarem a luta.

Nós precisamos desses empurrões. Muitas vezes temos a impressão de que não há esperança de um futuro melhor. Isso mudou drasticamente para mim. Outra coisa foi que, conversando com as pessoas durante os dias seguintes, eu tive a impressão de que a maioria das pessoas que estavam lá eram ativistas novos e jovens. Isso pra mim é entusiasmante. Estou certo de que eles se sentiram totalmente fortalecidos pela experiência e farão o nosso movimento ser inteiramente mais vibrante. (*apud* LUDD, 2002, p. 69, 70)

Alguns jornais citam as falas de manifestantes, com relação a isso, tal como o *Toronto Star* que, nas manifestações contra a Cúpula do G8 em Toronto (2010), replicou a seguinte fala de um manifestantes: Isso não é violência. É vandalismo contra corporações violentas. Nós não machucamos ninguém. São elas, as corporações, que machucam as pessoas” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 133). No entanto, a maior parte dos jornais e jornalistas acabam por discordar ou esvaziar essas falas, como por exemplo Chris Hedges que, além de comparar os Black Blocs a “câncer” do movimento afirmou: “Classifico como violência a destruição de propriedade e o vandalismo, os insultos contra a polícia e os confrontos com a polícia. São atos muito claros de violência” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 134).

Postura relativa da Grande Mídia

Da mesma forma, a postura da grande mídia costuma ser relativa em relação ao uso da força. Condenar ou não o uso da força em manifestações e protestos de rua é um hábito que depende de *quem* está praticando essa violência. Segundo as pesquisas de Dupuis-Déri, quando a violência parte da polícia civil ou militar do país ou de países aliados, os jornais burgueses costumam ser bem tolerantes. Essa tolerância também pode ser observada em relação à manifestantes de outros países que lutam contra regimes ditatoriais, quando se trata de jovens enfrentando a polícia em Estados estrangeiros, geralmente esses jovens são elogiados por jornalistas liberais e políticos. Nesses casos, estes jornalistas demonstram simpatia e respeito. Como foi o caso, por exemplo, da queda do muro de Berlim, em 1989. Quando uma multidão de jovens bombardeou o Muro de Berlim com tiros de canhão e enfrentou os policiais do outro

lado, eles não foram retratados como “vândalos” ou “arruaceiros” nos jornais da grande mídia ocidental.

Por outro lado, quando se trata de policiais militares de Estados inimigos, jovens da periferia ou black blockers, esses jornalistas recriminam a violência das ações e ignoram qualquer propósito político presente nelas, através de “rótulos pejorativos”.

Enquanto por um lado os Black Blocs atraem a atenção das câmeras para a manifestação, por outro lado eles nunca são retratados de forma positiva na grande mídia. O autor chama a atenção para o fato de que se olharmos unicamente os jornais corporativos parece óbvio que o uso da força pelos Black Blocs durante manifestações prejudica a imagem pública do movimento como um todo.

A alegação de que Black Blocs não fazem parte do movimento

Uma postura bastante comum da grande mídia é alegação de que black blockers se infiltram em manifestações. Foi isso que aconteceu no contexto da greve estudantil no Quebec em 2012, durante as quais os principais meios de comunicação acusaram o Black Bloc de ter se infiltrado no movimento, no que um setor do Black Bloc rebateu em uma carta aberta que eles não estavam “cooptando” o movimento simplesmente porque *eles eram parte do movimento*:

Somos homens e mulheres. Somos estudantes. Somos trabalhadores. Somos desempregados. Estamos furiosos. Não estamos cooptando uma greve. Fazemos parte do movimento desde o começo, uma de suas facetas, junto com todos os outros [...] Não nos infiltramos em manifestações; ajudamos a organizá-las, fazemos com que elas nasçam. Não estamos sabotando a greve; somos parte integral dela, ajudamos a organizá-la, fazemos seu coração pulsar. (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 59).

A postura crítica de dizer que os Black Blocs não fazem parte do movimento é caracterizada comumente pela declaração de que o maior problema dessas ações é o fato de elas não permitirem que as autoridades, o público e as elites ouçam as mensagens legítimas de grupos e organizações progressistas que também vão às ruas se manifestar. Alguns exemplos podem ser encontrados em áreas destinadas ao leitor nos jornais, como seções intituladas “carta do leitor” ou “cartas ao editor”, esses comentários são enviados por leitores e trazem críticas que exemplificam esse pensamento. No *Journal de Montréal*, uma carta assinada por uma leitora, sobre a greve estudantil no Quebec em 2012, dizia o seguinte: “Os estudantes precisam acordar e entender que deixar que o Black Bloc e outros anarquistas ou vândalos mascarados se infiltrem nas suas fileiras não faz nada para promover sua causa” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 159).

Segundo Dupuis-Déri é comum jornalistas de grandes veículos de comunicação adotarem essa prática e darem espaço a esse tipo de “censura”. No jornal *Toronto Sun*, durante a Cúpula do G20 em Toronto (2010), um repórter escreveu: “manifestantes legítimos que agem dentro da lei e tentam fazer com que suas vozes sejam ouvidas de maneiras menos controversas podem achar que suas preocupações não serão ouvidas em meio ao caos” e em seguida o jornalista cita Ella Kokotsis, diretora de relações externas do grupo de pesquisa sobre o G8 e o G20 da Universidade de Toronto, que diz: “Quando esse tipo de coisa acontece, desvia a atenção de todo o mundo para as ruas e tira a atenção do que os líderes do G8 fazem” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 159).

Um jornalista da *Agence France-Presse* (AFP) citou o chanceler alemão Gerhard Schröder, em uma notícia sobre as manifestações contra a Cúpula do G8 em Gênova: “deve-se reconhecer que, em razão de centenas ou até milhares de manifestantes violentos, a causa das pessoas preocupadas com as conseqüências da globalização que se manifestaram pacificamente *perdeu todo o crédito*” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 159, grifo do autor). Outro repórter escreveu em um artigo no jornal *El Mundo* de Madri: “A antiglobalização não sobreviverá com credibilidade, a menos que rompa relações com esses vândalos infiltrados” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 160).

No contexto da manifestação de Primeiro de Maio de 2012, em Seattle, nas quais um Black Bloc quebrou vitrines da companhia Wells Fargo, do Starbucks e do prédio do Tribunal Federal, um blogueiro do site de notícias *Seattle Weekly* comentou que:

Os discursos organizados sobre brutalidade policial, imigração, justiça social e capitalismo não foram ouvidos pelo público que via e lia as reportagens da mídia de ontem e hoje: a maior parte da cobertura era composta por notícias aprofundadas sobre vitrines quebradas (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 160)

Esse comentário foi apoiado por um repórter do jornal *Los Angeles Times*, que algumas semanas depois afirmou: “As palhaçadas deles roubaram a cena de milhares de manifestantes pacíficos que podiam ter coisas sérias a dizer sobre a divisão cada vez maior entre ricos e pobres”, sem mencionar que coisas sérias seriam essas.

A ironia desta postura está no fato de que, segundo Dupuis-Déri, esses repórteres poderiam escolher em cobrir as “questões sérias” dos “manifestantes pacíficos”, dar mais espaço em suas matérias a essas questões e a esses manifestantes, mas eles preferem concentrar suas notícias na “violência” causada pelos “vândalos” que, com suas ações “desviam a atenção da mídia”.

Laurent Zecchini, repórter do jornal *Le Monde*, por exemplo, afirmou “obviamente, o perigo é que o fato de se estar junto aos vândalos obscurece a mensagem de uma ‘sociedade civil’ cujas preocupações legítimas estão mergulhadas na fúria dos confrontos” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 160, 161), sobre as manifestações contra a Cúpula da União Européia (UE), em Gutenberg, no ano de 2001.

Declarações de porta-vozes de movimentos reformistas fazem essa mesma crítica. C Hutchinson, um ativista de um grupo britânico chamado Drop the Debt (Anulem a Dívida) que declarou em um noticiário do canal de notícias *France 2*: “Não queremos que o movimento pare por causa da violência excessiva. Precisamos de manifestações pacíficas para podermos transmitir nossas mensagens”, ou o comentário do chefe da divisão francesa do Greenpeace, Bruno Rebelle, que afirmou “*nosso* trabalho perde crédito por causa dessa violência” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 161, grifo do autor).

Na verdade, os jornais e noticiários da grande mídia geralmente esvaziam todo caráter político de manifestações sociais, independente de serem pacíficas ou agregarem grupos que se manifestam através do uso da força. São poucos os casos em que os jornalistas, mesmo em manifestações pacíficas fizeram menção a qualquer significado político das manifestações.

Comumente os jornais utilizam o termo “*bom enfant*” (que significa *amigável*) para descrever estas manifestações, o que acaba por provar seu caráter inofensivo. Um jornalista, referindo-se à sede dos manifestantes na Cúpula do G8 em 2001, disse à *RFI* de Gênova que a atmosfera na sede era “amistosa”, e a primeira manifestação na cidade foi nomeada de “tecnodesfile” na reportagem seguinte.

Outros exemplos trazem expressões ainda mais festivas, como a reportagem do jornal parisiense *Libération*, na qual o jornalista se referiu às ações pacíficas adotadas em Nice, por ocasião de uma reunião da Cúpula da UE, como “folclore antiglobalização”, e ainda afirmou: “Os espanhóis trouxeram seus tambores, os catalães seus pífanos, e os galeses suas gaitas de fole” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 162). A manifestação foi descrita como um “acontecimento festivo”. Foram poucas as ocasiões em que o sentido político de manifestações sociais foi mencionado ou realmente levado a sério nos oligopólios de comunicação. “A verdade é que os meios de comunicação em massa adoram cobrir o espetáculo proporcionado por ‘baderneiros’ e, em geral, dão mais prioridade a uma manifestação ‘violenta’ do que a uma passeata calma e ‘amigável’”. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 162).

Uma experiência vivida pelo próprio Dupuis-Déri pode comprovar essa tendência. Ao ser convidado como analista pela rede jornalística francesa de Tv, a *RDI*, para cobrir manifestações alterglobalização, Dupuis-Déri alega que, em reuniões anteriores às manifestações, foi decidido que as câmeras e os veículos ficariam posicionadas em lugares com potencial de “vandalismo”, o que acabou desenvolvendo uma relação entre a cobertura da grande mídia das manifestações antiglobalização e as ações dos Black Blocs.

Para exemplificar, as passeatas realizadas em novembro de 2001 contra o FMI, o Banco Mundial e a Cúpula do G20 em Ottawa e, depois, em janeiro e fevereiro de 2002 contra o Fórum Econômico Mundial em Nova York foram chamadas de ‘não eventos’ por membros das equipes de que participei, exatamente por não terem gerado confusão suficiente para satisfazer determinado público. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 163)

Esses relatos e exemplos trazidos acima mostram que cenas de violência recebem mais atenção dos meios de comunicação de massa e são lucrativas para a grande mídia, por esse motivo as páginas dos principais jornais são ocupadas com notícias sobre os “vândalos” e os veículos de comunicação estão sempre atentos à presença de Black Blocs em manifestações.

Muitas pessoas condenam os Black Blocs e seus participantes através da crítica de que depreciam a imagem de todo o movimento, mas como visto em exemplos anteriores, essas críticas não levam em conta que os black blockers são parte do movimento, fazem parte das pessoas que reivindicam. Tais críticas costumam partir do pressuposto de que existe *um único* movimento e ignoram que milhares de pessoas vão às ruas protestar de diferentes maneiras.

Assim, parece uma postura equivocada retratar a manifestação de forma homogênea, assim como a opinião pública também não pode ser interpretada como uniforme. Essa visão equivocada de uma unanimidade que não existe implica que os Black Blocs sejam excluídos das manifestações e depreciados na grande mídia, que se esforça para unificar a opinião popular.

Segundo um participante do Reclaim The Streets (RTS)²⁶, uma vez que se pinta uma imagem pejorativa de manifestantes violentos e convence-se o restante do público de que os manifestantes violentos são perigosos, eles são separados do restante das pessoas e essas pessoas tornam-no também inimigo.

²⁶ O Reclaim The Streets é um grupo de ação direta que esteve presente em manifestações no início dos anos 2000. Esse grupo é conhecido por se manifestar através de “carnavais anticapitalistas”, segundo Dupuis-Déri. O RTS esteve presente em diversas manifestações em que Black Blocs também entraram em ação.

A classificação entre manifestantes pacíficos e violentos é propagandeada pela grande mídia que pratica o domínio ideológico da população e executada fisicamente por policiais durante os protestos. Para que isso funcione é preciso que haja um acordo invisível entre a governança penal e a grande mídia. Dessa forma, entende-se que se a polícia for violenta com os manifestantes, pode acontecer de todo o público se revoltar contra a polícia, as empresas, o sistema e todas as suas governanças. Mas, por outro lado, se a polícia deixar que os manifestantes quebrem tudo, a grande mídia vê um campo livre para pintar uma imagem pejorativa de “manifestantes violentos”. A partir daí, esses manifestantes podem ser condenados pelo público e isolados do restante da multidão. O ponto importante dos jornais da grande mídia, como alerta o Reclaim The Streets, é seu enorme alcance público (*apud* LUDD, 2002).

Tanto a sociedade civil como a opinião pública são heterogêneas, suas formas de pensar e agir não são iguais. Existem diversos grupos sociais com diferentes visões de mundo e de sociedade. Participantes de Black Blocs são parte dessa sociedade e também ajudam a formar a opinião pública, como afirma um participante do Black Bloc que se formou em Londres durante manifestações antiausteridade, rebatendo críticas de jornais corporativos: “Não estamos aqui tentando aterrorizar o público. Nós somos o público.” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 166, grifo do autor).

Para Dupuis-Déri, seria mais adequado falar em “*sociedades civis*” e “*opiniões públicas*”, uma vez que milhares de pessoas não se sentem representadas por organizações progressistas que participam desses movimentos e além disso existem muitas pessoas que acreditam positivamente na força política das ações empreendidas em Black Blocs, por isso consideram importantes essas ações.

De fato, essa não é a posição dos meios de comunicação de massa que generalizam a sociedade, homogeneizando os diversos pontos de vista e convicções existentes. Além de ignorarem que existem outros grupos de manifestantes, como os grupos contraculturas punk e hip-hop, entre tantas outras que debatem amplamente o assunto e as ações dos Black Blocs.

Na grande mídia, tanto jornalistas, como editores, na maior parte das vezes detratores dos Black Blocs, apresentam opiniões que generalizam o movimento. Mario Roy, editor do jornal *La Presse*, de Montreal, escreveu a seguinte declaração em 2003, após manifestações contra a OMC na cidade: “O vandalismo [...] é absolutamente estúpido e considerado assim por *toda* a população” (*apud* DUPUIS-DÉRI, p. 166, grifo do autor).

Da mesma forma, criou-se uma ideia única de democracia, a qual muitos jornais e membros de movimentos progressistas, políticos e diversos outros detratores dos Black Blocs e seus simpatizantes os acusam de não respeitar o processo democrático. Essa ideia parte de uma visão dominante que acredita que um movimento precisa ser homogêneo, unificado e “avançar em uma única direção determinada por líderes esclarecidos confortavelmente instalados na chefia de organizações (...) ‘responsáveis’, ‘democráticas’ e ‘representativas’ da ‘sociedade civil’ como um todo” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 174). Muitos líderes e membros de organizações progressistas acreditam ser bom se aliar aos líderes mundiais afim de conseguir concessões ou participação no poder.

Os Black Blocs, por outro lado não são e tampouco querem ser financiados pelo Estado, nem são pessoas com altos cargos em empresas, muito menos querem ser convidados a conversar com os líderes do G20 ou do Banco Mundial. Os participantes de Black Blocs, por outro lado declaram: “Não estamos buscando um lugar nas discussões entre os mestres do mundo; queremos que os mestres do mundo deixem de existir” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 174) ou, como bem afirmaram integrantes do Black Bloc canadense que se formou durante as negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA):

Os anarquistas são pobres, como o comum dos mortais (e como você!), enquanto os outros, todavia minoritários em número, são donos, eles dividem, possuem, controlam. E eles controlam principalmente o discurso midiático. Assim, nós o aconselhamos a não acreditar nesses jornais sem pesquisar: o espírito crítico certamente continua sendo um valor. Deve-se examinar por si mesmo para conhecer. (*apud* LUDD, 2002, p. 133)

Os participantes de Black Blocs entendem um movimento social como um agrupamento heterogêneo, no qual muitos grupos distintos participam, de maneira que a multidão não pode ser representada, uma vez que para isso seria preciso generalizar e simplificar toda a diversidade do movimento pela elite que o representa.

As afirmações que condenam a ação de Black Blocs em movimentos de rua trazem em si uma ideia contraditória que diz respeito à tentativa de ter controle sobre esses movimentos e sobre as pessoas que deles participam. Ter o controle da manifestação é algo que porta-vozes de movimentos da esquerda institucional intentam, por isso depreciam os Black Blocs, eles colocam a perder o plano de controlar a multidão. Nesse sentido chegam até mesmo a fazer acordos com a polícia, com líderes políticos e econômicos, os jornais dão palco a esse tipo de teatro. Em 2010, depois da Cúpula do G20 em Toronto, Sid Ryan, presidente da Ontario Federation of Labor (Federação do

Trabalho de Ontário) escreveu uma carta ao editor do jornal *Toronto Star* denunciando “ações covardes” de “*hooligans*” em manifestações organizadas por sindicatos e organizações da sociedade civil, denominadas People First:

Os organizadores do protesto, incluindo a Ontario Federation of Labor, trabalharam com diligência para garantir que nosso direito democrático ao agrupamento legal fosse respeitado [...] Para tanto, estabelecemos ligações com a Polícia de Toronto e cooperamos sempre. No dia, centenas de líderes voluntários facilitaram o que foi um evento extraordinariamente bem-sucedido, dada a tensão que havia invadido a cidade nos dias anteriores (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 184)

Em outro caso Laurent Moutinot, presidente do Conselho do Estado Suíço disse ao *La Tribune Genève* sobre as manifestações contra a Cúpula do G8 em Évian (2003): “Sobre a manifestação em si, é difícil culpar os organizadores [...] Eles obedeceram aos acordos que fizemos com eles. Mas foram confrontados por pessoas que usam esse tipo de evento para seus próprios fins egoístas. É um fenômeno parecido com o dos *hooligans*” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 187, grifo do autor).

Essa dinâmica faz com que manifestantes que não apoiam os Black Blocs se sintam no direito denunciar black blockers e simpatizantes, formando aquilo que uma fração do Black Bloc da “Batalha de Seattle” chamou de “Polícia da Paz”, para se referir aos manifestantes que vão às ruas com o intuito de fiscalizar o movimento e vigiar os manifestantes mais radicais para denunciá-los para a polícia. Exemplos dessa autodisciplina exercida pelos manifestantes (que certamente agrada a policiais e líderes políticos) são publicados em jornais da grande mídia, como foi o caso do primeiro-ministro canadense, Jean Chrétien que, após a *Marche des Peuples* (Marcha dos Povos) realizada durante a Cúpula das Américas em Quebec (2001), falou ao *Le Journal de Montréal*: “Gostaríamos de aproveitar essa oportunidade para agradecer a QFL²⁷, que tinha seus próprios seguranças” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 188). Outro jornal, desta vez a *AFP*, publicou a declaração de Robert Poeti, porta-voz da polícia: “Foi organizada por pessoas sérias. Foi impecável.”

Para Dupuis-Déri tanto o Estado como a grande mídia fazem parte de um aparato normalizador bem-desenvolvido pelo qual grupos de manifestantes têm que passar para serem ouvidos. Esse aparato consiste em políticas governamentais, canais de comunicação oficiais, concessões, critérios de inclusão (ou exclusão), entre outros. Os atores políticos progressistas, para terem vez nesse aparato, tentam ao máximo se dissociarem de manifestantes considerados “jovens baderneiros” e “anarquistas”.

²⁷ Quebec Federation of Labour (Federação dos Trabalhadores de Quebec).

Ned Ludd também trata do assunto ao falar sobre como os jornais da grande mídia contribuem para essa separação entre indivíduos que participam de Black Blocs e aqueles que não participam. O controle exercido sobre os manifestantes garante a “não-radicalização” e a disciplina das massas, mas este controle não vem só das forças repressoras do Estado, das polícias, dos aparelhos jurídico-repressivos, ele também é exercido historicamente de forma sutil e invisível, através de sindicatos verticalizados (hierárquicos) e partidos políticos de esquerda e jornais da grande mídia, com a tentativa de isolamento e condenação dos “radicais” em nome de uma “suposta imagem a ser preservada”, que na verdade é a ordem burguesa. Tudo isso “Como se a ‘revolução’ fosse ter uma bonita imagem na TV e nas publicações burguesas!” (LUDD, 2002, p. 15)

Após a reunião da Cúpula do G8 em Évian, Christophe Aguiton que estava no comando das relações com diversas organizações militantes e a polícia recebeu duas facas de presente do chefe de polícia por ter agido conforme as regras estabelecidas pelos policiais. A cerimônia foi transmitida na grande mídia que “deu ao chefe de polícia a chance de projetar uma imagem amigável diante das câmeras de Tv” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 187).

Associação com o terrorismo

Dessa maneira a grande mídia favorece aos líderes mundiais, chefes de polícia e líderes econômicos a oportunidade de construir uma imagem positiva de si mesmos em Tv aberta, às custas da depreciação dos Black Blocs. Enquanto isso, a imagem que se constrói desses grupos de ação direta é a imagem do “anarquista perigoso”, que se aproxima do terrorista, quando não verdadeiros terroristas.

Uma série de jornalistas alimentou a narrativa de que Black Blocs são grupos terroristas ou que essas ações podiam ser encaixadas na categoria de terrorismo, o que contribui para a construção de uma imagem dos Black Blocs, como ameaça ou “inimigo interno”.

Quando um Black Bloc apareceu no Egito, um artigo no jornal *Al Jazeera*, baseado em uma “fonte anônima”, afirmou que

esse grupo foi treinado em uma zona militar no Deserto de Neguev, e acredita-se que atue com a supervisão de oficiais ativos e aposentados do serviço secreto israelense e o auxílio de militares israelenses especialistas em segurança e psicologia. Segundo Ibrahim al Brawi, diretor do Centro de Estudos Palestinos no Cairo, o Black Bloc egípcio estava ligado a uma rede mundial de

organizações de direito humanos e empresas de segurança ocidentais, e tinham o objetivo de derrubar o regime. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 27)

Para Dupuis-Déri essas narrativas, apesar de parecerem fruto de cabeças paranóicas possuem um grande alcance público e contribuem na construção de uma imagem pejorativa dos Black Blocs. Esse tipo de difamação ajuda a intensificar a repressão policial e gera medo em relação a esses manifestantes, deixando-os à margem da sociedade, facilitando o enquadramento em leis antiterrorismo (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 27, 28).

Ludd relata que após as manifestações ocorridas em Londres, em junho de 1999, convocadas pelo movimento Ação Global dos Povos (AGP) o governo Tony Blair redefiniu a lei antiterrorismo, incluindo nela a “destruição de propriedade”, que passou a ser considerado ato terrorista, assim como “por em risco a vida de qualquer pessoa”, questão bastante vaga e subjetiva capaz de ser aplicada para condenar diversos grupos de ação direta. Tudo isso para incluir movimentos sociais que empregam esse tipo de ação em suas manifestações e proteger o capital e suas empresas (LUDD, 2002, p. 50, 51).

Segundo Dupuis-Déri os jornais frequentemente reproduzem rumores e críticas baseadas no senso comum fazendo menção a esse tipo de desqualificação. Em exemplos trazidos pelo autor isso pode ser facilmente percebido. Em 2002, antes do Fórum Econômico Mundial em Nova York, o jornal *New York Daily News* publicou que a polícia estava preocupada com a possível presença de Black Blocs nas manifestações. Segundo o autor, o mesmo “boato” pode ser encontrado no jornal *Calgary Herald*, algumas semanas antes da Cúpula do G8 em Kananaskis (2002): “Um relatório recém-obtido, preparado pelo Serviço de Inteligência de Segurança Canadense, diz ser provável que elementos de Black Blocs radicais que causaram tumulto em cúpulas internacionais anteriores se organizarem para a conferência” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 205-208).

Após a morte de Margaret Thatcher, o jornal *Mail Online* publicou a seguinte manchete sensacionalista: “Black Bloc: nome do sinistro grupo que planeja sabotar o funeral da baronesa Thatcher com a ‘reencarnação’ dos protestos contra a poll-tax²⁸” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 208). Manchetes como esta aumentam a imagem do “anarquista violento” e impactam diretamente na intensidade da repressão policial.

²⁸PollTax foi um imposto instituído no governo Margaret Thatcher em 1989, inicialmente na Escócia e no ano seguinte em todo o Reino Unido. O imposto serviria para custear os governos locais através de uma taxa única a ser cobrada por habitante, independente da renda ou capacidade econômica de cada pessoa.

Em 2010, dias após a Cúpula do G8 que aconteceu em Ontário, e próximo à do G20, o Joint Intelligence Group fez um relatório que foi postado no site da CBC/Radio-Canadá, identificando diversas ameaças daqueles que eles chamaram de “extremistas criminosos motivados por diversas ideologias radicais”, incluindo “variantes do anarquismo, anarcossindicalismo, niilismo, socialismo e/ou comunismo”. Segundo o relatório

A existência dessas ideologias e das invectivas proferidas por elas não é, em si, problemática (...) diferenças de opinião são intrínsecas a qualquer sistema democrático. O centro do problema, porém, é a evolução dessas diferenças filosóficas para a apologia à atividade criminosa [...] Considerando-se a alta visibilidade da filosofia política da anarquia nesse meio, é importante observar que os anarquistas buscam uma destruição da lei, da ordem e do governo como um precursor para a imposição da anarquia” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 208, 209)

Outro exemplo mais explícito aconteceu durante as manifestações contra a construção de Trens de Alta Velocidade (TAV) no Vale do Susa, na Itália (2011), quando o ministro do interior Roberto Maroni falou ao jornal *Corriere Della Serra* sobre a “violência de caráter terrorista”.

Para além dos Black Blocs, outro grupo que também foi acusado de terrorismo nas páginas dos jornais é o Reclaim The Streets (RTS). Segundo uma nota publicada por seus integrantes após as manifestações ocorridas no dia 1º de maio de 2000, Dia dos Trabalhadores e dia internacional de protestos e greves, diversos jornais corporativos utilizaram de adjetivos pejorativos para se referir ao grupo, entre os quais o termo “terroristas” foi usado pelo *Times*. Entre outros, o jornal *The Sun* chamou de “escória”, o *The Guardian* de “cautelosos incoerentes” pelo jornalista George Monbiot e “rudimentares herbívoros” por Hugo Young. “Porém, como sempre, a mídia não forneceu informações básicas sobre o RTS ou sobre a ação do MayDay de modo a possibilitar que as pessoas tirassem suas próprias conclusões sobre o RTS.” (*apud* LUDD, 2002, p. 94).

O mais irônico é que a ação empreendida pelo Reclaim The Streets foi a organização de uma “guerrilha de jardinagem”, na qual os ativistas plantaram “comida, flores e outras plantas” em terrenos baldios, praças e nos lugares disponíveis.

Essas aproximações entre as ações de manifestantes radicais e ações terroristas se tornaram ainda mais comuns após os ataques às torres gêmeas ocorridas em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos. Após os ataques, tanto governantes políticos como os veículos da grande mídia (incluindo governantes econômicos e os outros governantes socioculturais) têm forçado assimilações entre manifestantes e o

terrorismo. Um exemplo disso aconteceu quando o manifestante José Bové que não apoia o uso da força por parte de manifestantes radicais, inclusive os critica, foi acusado de estar “destruindo” um McDonald’s, pelo jornalista Max Clos, do jornal francês Le Fígaro: “Obviamente, isso não tem a mesma escala que os ataques a Nova York , mas ambas têm o mesmo espírito”, uma vez que as ações foram praticadas “sob o pretexto de combater a globalização” (apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 212).

Em outros casos a aproximação entre os Black Blocs e os ataques de 11 de setembro é ainda mais forçada. A citação a seguir foi tirada de uma matéria da revista *Figaro Magazine*, escrita por Alain Gérard Slama:

É difícil não fazer uma relação entre o ataque que acabou de abalar a Meca do capitalismo mundial e a intensificação dos movimentos antiglobalização [...] todos eles contestam o Estado democrático liberal [...] Por enquanto, os vândalos da extrema-esquerda dos Black Blocs [...] são apenas alguns milhares. Só os cegos podem se recusar a ver a rapidez com que a doença está se espalhando (apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 212)

Uma matéria da *BBC* sobre Black Blocs no Egito, no contexto de manifestações contra o governo da Irmandade Muçulmana em janeiro de 2013, afirmou o seguinte:

O canal de TV afiliado À Irmandade Muçulmana, Misr 25, relatou em 26 de janeiro que o Black Bloc era ‘parte de movimentos ditos revolucionários, como o anarquismo e os Socialistas Revolucionários [trotskistas egípcios]. Esses movimentos rejeitam a existência de qualquer sistema político, jurídico ou parlamentar. Eles pedem sociedades sem Estado. Para conseguir isso, adotam todas as formas de atos violentos e bárbaros, como assassinatos e incêndios. Esses grupos anarquistas de sabotagem não são grupos revolucionários. Na verdade, usam a revolução como justificativa para causar caos’ (apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 213)

Em meio a diversas manifestações ocorridas no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 os manifestantes e ativistas “antiglobalização” se tornaram, como assevera Ludd, “os inimigos número um” do governo norte-americano, de modo que o próprio FBI passou por um processo de *globalizaçãoe* diversos escritórios foram instalados ao redor do mundo, aumentando a rede de 43 escritórios já existentes fora do solo norte-americano. Um deles foi montado em Praga para se preparar para a reunião do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que aconteceu em 26 de setembro de 2000.

Os integrantes de Black Blocs entendem o papel exercido pela grande mídia nesse quadro. Em um texto publicado por participantes de Black Blocs, referindo-se aos protestos que aconteceriam em Quebec contra a Cúpula das Américas e durante negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), eles afirmam a intensidade da repressão exercida pelos jornais corporativos que “querem os culpados

entes mesmo do início dos eventos (...) São os anarquistas” (*apud* LUDD, 2002, p. 133). Os black blockers, atentos a isso afirmaram

Principalmente nos últimos dias podemos ler, na *Gazette* de Montreal, o seguinte título: os anarquistas se armam para o Encontro (tradução livre). Eis aí um título que diz muito sobre o ambiente no campo jornalístico. Tudo nos diz que a mídia de massa está nervosa, como a polícia e os serviços secretos com os quais ela colabora estreitamente, uma vez que ela tem um trabalho de desinformação a fazer, imediatamente e o mais eficazmente possível. Existe pressão afinal de contas! [...] O esforço da mídia consiste em denunciar aquilo que ainda não aconteceu, em nomear os ‘maus’ que estarão na origem do fenômeno violento e antidemocrático, para usar os termos do relatório da SCRS. Ocultando a fonte do problema: o capitalismo. Seus acionistas a obrigam. Sempre demagógica e ávida de informações, a imprensa, com seu sabor de atualidade espetacular, fala do Encontro sem parar de repetir a verborragia das forças policiais e de modo a tentar nos intimidar. É uma verdadeira operação psicológica (*apud* LUDD, 2002, p. 133).

Infiltração Policial

Se por um lado o uso de máscaras garante o anonimato dos participantes de Black Blocs, por outro os deixa vulneráveis no sentido de facilitar a infiltração de policiais ou “agentes provocadores”. Esses perfis podem agir violentamente incitando outros manifestantes a fim de manipulá-los e até mesmo incriminá-los, chamando a atenção da grande mídia, com o intuito de justificar uma ação policial mais truculenta.

Essa infiltração e manipulação faz com que os Black Blocs sejam apontados por muitos de seus detratores como grupos compostos por policiais ou manifestantes fascistas/nazistas, ou até mesmo que Black Blocs conspiram com a polícia.

O jornalista italiano Franco Fracassi escreveu um livro baseado em entrevistas de policiais aposentados, dando a entender que Black Blocs foram infiltrados por agentes do serviço secreto, sem que outras forças policiais fossem informadas disso e que esses grupos são financiados por multinacionais com o intuito de criar caos e tirar a visibilidade de demandas progressistas. Fracassi ainda sugere que a impunidade de participantes de Black Blocs seria uma prova de manipulação policial (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 195).

Em outro caso, após os protestos contra o G20 em Toronto (2010), o editor-sênior de uma revista progressista virtual (*rabble*), Murray Dobbin, escreveu que as forças policiais “sabem exatamente o que estão fazendo”:

(...) o fato óbvio é que elas estão sempre no controle. Era uma operação muito estratégica do começo ao fim. A decisão de permitir que o Black Bloc fizesse seu trabalho destruidor sem qualquer intervenção foi estratégica, pois a polícia e seus mestres políticos sabiam que a mídia representaria seu papel predeterminado e se concentraria na destruição de propriedade. A prisão em massa de 900 pessoas [no total, mais de 1.100] foi uma mensagem para aqueles que estavam dispostos

a tomar uma posição: ‘você poderia ser o próximo, e um registro criminal não é algo com que se brinca’. Não existe dúvida de que, em meio à multidão de pessoas que quebravam vitrines e queimavam carros, havia um número grande de agentes provocadores [...] Talvez, na próxima, os ativistas de verdade devessem cercar essas pessoas e impedi-las, já que a polícia se recusa a fazer isso. Eles são os inimigos da mudança social – devemos tratar todos como agentes provocadores e planejar para lidar com eles como tal. No processo, podemos pegar alguns policiais em flagrante (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 195).

Neste caso Dobbin incita outros manifestantes a atacar fisicamente os black blockers, atuando como uma “polícia da paz”.

Em outro episódio, policiais receberam ordens de proteger prédios do governo, durante a manifestação do movimento Occupy em Roma, em outubro de 2011. Ao verem a manifestação ficando cada vez mais violenta os policiais permaneceram parados, acatando as ordens de seus superiores. No dia seguinte, nas manchetes da primeira página do jornal *La Repubblica* estava escrito: “Black Bloc devasta Roma. Setenta feridos, entre eles dez oficiais. Viatura dos *carabinieri* incendiada. Atuação dos policiais contra manifestantes violentos é criticada” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 197).

Como podemos ver, existe também a incitação, por parte dos jornais corporativos, da teoria de que Black Blocs são constituídos por policiais infiltrados ou agentes provocadores.

Dando algum espaço para black blockers e simpatizantes

Por outro lado, seguindo o comportamento típico dos jornais, apontado por Dupuis-Déri no início do capítulo, alguns jornais também abrem espaço, ainda que pouco, para black blockers e os manifestantes simpatizantes a eles se explicarem ou expressar suas opiniões e pontos de vista, o que contribui para que as vozes de participantes de Black Blocs e simpatizantes tenham maior alcance. Um participante do Black Bloc que se formou em Londres (2011), por ocasião de manifestações “antiausteridade”, ocorridas após uma reunião da Cúpula do G20, afirmou ao jornal *The Guardian*: “Vimos muitos enfermeiros, trabalhadores da área de educação, tecnologia, desempregados, estudantes e assistente sociais no bloco”. No dia seguinte, outro manifestante declarou ao mesmo jornal:

Você teria uma surpresa incrível com as pessoas que usam as táticas do Black Bloc, em termos de idade, gênero, profissão. A mídia gosta de pintar um quadro de *hooligans* e bandidos, homens irracionais em fúria. Simplesmente não é verdade. Existem mulheres e provavelmente transgêneros também. Alguns dos

anarquistas assustadores trabalham em empregos de assistência social e saúde mental. Isso não vem da bandidagem. (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 59, grifo do autor)

Em outro caso, um jornalista do *Corriere della Serra* que cobria os protestos NO TAV na Itália em 2011, mencionou “uma senhora idosa” que disse o seguinte sobre o Black Blocs: “Eles podem ser anarquistas, mas a gente deve agradecer, porque eles estão fazendo alguma coisa por nós” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 97).

Essas declarações servem, segundo o autor, como ação de legitimação e também confrontam aquilo que, em geral a grande mídia costuma dizer sobre esses manifestantes. Tais afirmações revelam outra realidade em relação a eles, a partir delas conseguimos enxergar um perfil de manifestantes responsáveis e sensatos.

No site de notícia *Truthout*, que traz uma visão alternativa dos principais meios de comunicação, o jornalista J. A Myerson, também ativista, no contexto do movimento Occupy afirmou: “Vi Black Blocs desprendendo seus companheiros (tirando pessoas da custódia policial) sem ferir ninguém ou quebrar nada [...] Vi Black Blocs devolvendo bombas de gás lacrimogêneo de onde elas tinham caído para aliviar o sofrimento de manifestantes, crianças e idosos entre eles” (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 101).

Durante a greve estudantil no Quebec (2012), diversas pessoas relataram na internet situações em que black blockers protegeram ou resgataram manifestantes da brutalidade policial. Em um exemplo citado por Dupuis-Déri, um homem de 67 anos comentou no blog de um jornalista e político quebequense:

Ontem, minha mulher e eu fomos nos juntar aos jovens nas ruas. Um policial chamou minha esposa de velha caquética e fui brigar com ele, que então jogou spray de pimenta na minha cara. Um membro do Black Bloc veio me ajudar e passou um líquido nos meus olhos que aliviou a dor. Antes, eu tinha medo dos jovens Black blockers mascarados... Agora não mais. Tenho medo dos jovens oficiais mascarados da SPVM [força policial de Montreal]. (*apud* DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 101)

A importância desses relatos se dá pelo fato de desmistificarem e rebaterem as acusações e julgamentos baseados no senso comum, de que participantes de Black Blocs são jovens irresponsáveis sem nenhuma consciência política. Além de romperem com uma ideia muito comum de que seria impossível para esses ativistas participar de movimentos violentos e também contribuir solidariamente com pessoas exploradas e marginalizadas.

CAPÍTULO 3 – O Black Bloc na Revolta dos Governados de 2013 no Brasil através da Grande Mídia nacional

As manifestações populares de 2013 tinham como pauta central, naquele primeiro momento, a revogação do aumento de R\$ 0,20 centavos das tarifas do transporte público (trens, ônibus e metrô). Em São Paulo as manifestações começaram a ganhar a atenção dos jornais da grande mídia quando o Movimento Passe Livre (MPL/SP) obstruiu vias principais da cidade, como a Avenida Paulista, e a truculência característica da governança penal e das instituições estatais atingiu a todos que estavam no caminho da polícia militar, inclusive jornalistas, como bem nos lembra Wallace de Moraes

(...) São Paulo teve um papel fundamental na divulgação das manifestações para todo o Brasil, especialmente porque lá vários jornalistas que cobriam a passeata foram atacados brutalmente pela Polícia Militar (PM), fazendo com que os oligopólios de comunicação de massa veiculassem a violência policial com indignação (baseada meramente num corporativismo de classe) (MORAES, 2018a, p. 18)

Na cidade do Rio de Janeiro, as manifestações tiveram início pelas ações do Fórum de Lutas contra o aumento das passagens. O Fórum era composto por militantes independentes, autônomos, anarquistas, marxistas revolucionários e alguns partidos políticos da esquerda oficial, tendo assim uma composição diferente do Movimento Passe Livre de São Paulo, que chamou as manifestações nesta cidade e declarava-se um movimento autônomo, horizontal, independente e não partidário. Em Porto Alegre, foi o Bloco de Lutas pelo Transporte que se uniu para ir às ruas (FERREIRA, 2018, s/p).

Dessa forma, ainda que as manifestações tenham tido uma pauta central desde o início, a revogação do aumento das tarifas de transporte público, vale pontuar que os manifestantes não faziam parte de uma coletividade homogênea, mas sim do agrupamento de diferentes perspectivas.

Assim, não havia convergência entre os manifestantes na discussão de diversos pontos, segundo Moraes, que participou dos protestos no Rio de Janeiro, era comum haver uma tensão no interior do Fórum de Lutas, pela liderança e pela disputas dos signos do movimento. Uns defendiam a presença de bandeiras de partidos políticos, outros não, uns queriam carro de som nos protestos, outros não queriam se prender a um porta-voz, uns tinham líderes bem definidos, outros repugnavam a ideia de ter um “chefe” para guiá-los e defendiam que eles mesmos poderiam falar por si (MORAES, 2018a, p. 188).

Além desses grupos, durante as manifestações outros grupos ganharam destaque, como os coletivos midiativistas, (Coletivo Mídia Ninja, por exemplo), *Anonymous* além de outros grupos anarquistas, autonomistas, marxistas revolucionários, militantes de partidos políticos e milhares de outras pessoas que não participavam de nenhum desses grupos.

Portanto as manifestações foram empreendidas por diversas classes e grupos subalternos, ou seja, diversos grupos de governados se insurgiram em massa contra os governantes. Ainda assim, Maria da Glória Gohn afirma que ainda que não possamos declarar que as manifestações foram hegemonicamente anarquistas “temos de reconhecer que vários dos núcleos ou coletivos que organizaram as manifestações viam as redes sociais, se inspiraram mais nos ideias de autonomistas anarquistas, libertários, socialistas utópicos, etc. do que os da esquerda tradicional” (GOHN, 2017, p. 54).

Com o passar dos protestos as massas, demonstrando a insatisfação com o sistema representativo, começaram a questionar a centralidade dos movimentos pelos partidos da esquerda institucional que participavam dos protestos, como PT, PC do B, PSOL, PSTU e as centrais sindicais que tentaram tomar a liderança do movimento.

Segundo Andrey Ferreira as manifestações se dividiram em resistência pacífica, inicialmente, que se transformou em resistência ativa e ofensiva depois, com autodefesa e o uso da contra-violência, destruição de propriedade e ocupações.

Diversas táticas de ação direta foram empregadas pelos manifestantes, como a desobediência civil não letal e a tática Black Bloc, que assim começou a ser intitulada tanto pela grande mídia quanto pelos manifestantes no fim de junho e início de julho. Ações como incendiar ônibus de rua, pichação de estabelecimentos comerciais, ataque às vidraças de bancos e outros símbolos do capitalismo foram empreendidas pelos ativistas mais radicais que se organizavam de forma autônoma, horizontal, coletiva e independente nas ruas.

Entre as forças repressoras, estavam os governantes penais, políticos e socioculturais da grande mídia. A governança política, composta pelos partidos que estavam no poder nos três estados principais onde as manifestações aconteceram, PT, PSDB e PMDB, além do partido que estava à frente do governo federal, PT, criminalizou as manifestações num primeiro momento, depois defenderam apenas manifestações pacíficas.

Por parte da grande mídia, como veremos, houve um movimento de criminalização e desqualificação das manifestações e dos manifestantes, posteriormente a tentativa de

pautar e conduzir os protestos. Desde o princípio as notícias na grande mídia focavam em relatar confrontos entre manifestantes e policiais e os jornais frequentemente se referiram aos manifestantes como *vândalos*. A primeira menção ao termo Black Bloc nos jornais que investigamos apareceu no dia 3 de julho, antes disso os manifestantes radicais eram denominados nas páginas dos jornais como vândalos. Segundo o que podia ser lido nos jornais, os confrontos eram sempre causados pelos “vândalos”, a polícia apenas reagia. Depredação de patrimônio público e privado e congestionamento do trânsito também tinham foco central nesta narrativa, que pouco citava as causas políticas dos protestos, *quando* citavam.

Somente após uma enorme adesão popular aos protestos, que se deu por volta do dia 13 de junho, após as imagens da truculência policial circularem na internet, veiculadas em grande medida por redes de mídia alternativa (como o Mídia Ninja, por exemplo) e após a jornalista Giuliana Vallone, da Folha de São Paulo ter sido atingida no olho direito por uma bala de borracha, a grande mídia aceitou as manifestações e passou a publicar a violenta repressão policial. Como nas manifestações deste dia e dos dias posteriores muitos manifestantes e jornalistas foram agredidos e atingidos por balas de borracha, spray de pimenta e bombas de efeito moral, os jornais se viram no dever de criticar a violenta repressão policial. Uma atitude “baseada meramente num corporativismo de classe”, nas palavras de Wallace de Moraes.

Foi também neste momento que a maior parte da população aderiu às manifestações, deixando os jornais corporativos de massa sem alternativa que não aderir também. A enquete feita por José Luiz Datena, em seu programa Brasil Urgente, na TV Bandeirante, exibida no dia 13 de junho, é um exemplo que ilustra esse momento.

Na enquete de Datena, o telespectador em sua maioria, apoiou os protestos, mesmo com a flagrante tentativa de indução do apresentador para que as pessoas fossem contra²⁹. O apresentador em questão perguntou ao público se eram a favor de manifestação “com baderna”, segundo suas palavras. Em um telão ao seu lado, no palco do programa, eram exibidas cenas da revolta popular. Quando viu que a grande maioria dos telespectadores defendia a revolta e o ataque a símbolos do capitalismo, ele se viu obrigado a improvisar um discurso com tom mais neutro.

²⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eoPzlvxzTtM>>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

Nesse momento a grande mídia passou também a pautar as manifestações. Outro episódio específico chamou a atenção nesse sentido, o comentário feito por Arnaldo Jabor na TV Globo, no dia 12 de junho. Depois de depreciar os manifestantes chamando-os de “organização criminosa” com “imensa ignorância política” e uma “burrice misturada a um rancor sem rumo”, afirmar que os manifestantes eram de classe média e não precisavam dos R\$ 0,20 centavos e dizer que a causa pela qual os ativistas lutavam era uma “ausência de causas”, Jabor deu a sugestão para que os manifestantes lutassem pela Proposta de Ementa Constitucional 37 (PEC 37).

Uma semana após ter chamado os atos de “ignorância política” e dizer que os manifestantes ali presentes não valiam “nem 0,20 centavos” e eram um “bando de jovens mimados”, pediu desculpas e precisou reconhecer serem as manifestações por muito mais que R\$ 0,20 centavos³⁰, mas insistiu vigorosamente na causa da PEC 37. Segundo Isaías Moraes, o comentário feito por Arnaldo Jabor foi uma “violência cultural”, uma vez que tentou “deslegitimar a pauta das manifestações e a introduzir uma nova pauta” (MORAES, 2017, p. 186).

Nossa investigação começa com as primeiras notícias das manifestações nas páginas dos jornais, quando nem os ativistas mais radicais, os quais estamos chamando de black blockers e simpatizantes, nem a tática Black Bloc em si, estavam sendo assim denominados.

As primeiras passeatas foram noticiadas com foco no congestionamento do trânsito e caos no espaço urbano por onde os manifestantes passavam, como pode ser constatado nas manchetes publicadas ainda no primeiro momento, quando do início das manifestações, pelo jornal O Globo (no dia 8 de junho), “Grupo interdita ruas em novo dia de tensão em SP” (HERDY, 08/06/2013, O Globo, p. 8) e Estado de São Paulo (no dia 7 de junho), “Protesto contra alta de tarifa para o centro de SP” (RODRIGUES, Artur, et. al., 07/06/2013, Estado de São Paulo, p. 1) e “Protesto contra aumento do ônibus fecha Paulista e leva caos ao centro” (RODRIGUES, et. al., 07/06/2013, Estado de São Paulo, p. A12).

A reivindicação pela revogação do aumento da tarifa do transporte público, ainda que citada, não foi tema central na narrativa da imprensa corporativa, chegando a ser descredibilizada. O jornal O Globo, em uma de suas notícias, chegou a tratar como “utópica” a causa principal do Movimento Passe Livre, que chamou as manifestações:

³⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=du713TfZ_0g>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

A demanda principal do movimento, que surgiu em 2004, em Santa Catarina, a partir de uma bem sucedida campanha para reduzir a passagem do ônibus, é considerada utópica até mesmo para alguns de seus integrantes: transporte público gratuito para todos, partindo do pressuposto de que o direito ao transporte deveria estar equiparado a outros serviços básicos, como Educação e Saúde. (HERDY, 08/06/2013, O Globo, p. 8)

Na narrativa do jornal Folha de São Paulo a ocupação das ruas pelos manifestantes foi transmitida, no dia 8 de junho, da seguinte forma: “Manifestantes causam medo, param Marginal e picham ônibus” (BERGAMIM, G., 08/06/2013, Folha de São Paulo, p. A1). Nesta notícia podemos perceber que a prioridade é noticiar o trânsito congestionado: “No segundo dia de protesto contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo, ativistas fecharam vias importantes, e a cidade teve 226km de lentidão, terceiro maior índice do ano”.

A imprensa tratou a repressão policial desde o princípio das manifestações como reação ao “vandalismo” praticado pelos manifestantes e à ocupação de vias públicas pelos mesmos. Os confrontos entre os policiais e os manifestantes eram relatados nas manchetes das notícias como iniciado pelos manifestantes, como pode ficar evidente na seguinte manchete publicada no jornal O Globo (dia 11 de junho): “Manifestantes entram em confronto com PMs no Centro”, o texto da notícia, porém, revela que o confronto em si não foi iniciado pelos manifestantes (eles sim apenas reagiram), mas pela polícia: “manifestantes cercaram dois ônibus e o Batalhão de Choque usou dezenas de bombas de efeito moral e spray de pimenta para dispersar o protesto. Revoltados, alguns manifestantes queimaram cones em frente ao prédio do Tribunal de Justiça” (GALDO, 11/06/2013, O Globo, p. 10).

Manifestantes entram em confronto com PMs no Centro

Pelo menos 31 pessoas foram detidas. Protesto deu nó no trânsito

RAFAEL GALDO
rafael.galdo@oglobo.com.br

Um novo protesto contra o aumento das passagens de ônibus ontem à noite acabou em confronto entre manifestantes e policiais do Batalhão de Choque (BFCoque), que chegaram a usar balas de borracha contra as pessoas que protestavam. Cerca de 250 manifestantes fecharam algumas das principais vias do Centro, o que causou um grande congestionamento. Pelo menos 31

pessoas foram detidas. A Avenida Presidente Vargas, próxima à Central do Brasil, foi fechada mais de uma vez pelos manifestantes.

De acordo com testemunhas, a manifestação começou em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), na Avenida Primeiro de Março. Pelo menos duas explosões foram ouvidas. Cerca de 50 policiais militares do 5º BPM (Praça da Harmonia) acompanharam o ato público.

Às 20h, o protesto chegou a

fechar todas as faixas da pista lateral da Avenida Presidente Vargas, no sentido Condelária, na altura da Central do Brasil. Os manifestantes jogavam pedras em carros e em ônibus, que passavam na via. Houve correria, e o trânsito ficou bastante comprometido no entorno.

De acordo com o “BTV” da TV Globo, manifestantes cercaram dois ônibus e o Batalhão de Choque usou dezenas de bombas de efeito moral e spray de pimenta para dispersar o

protesto. Revoltados, alguns manifestantes queimaram cones de trânsito em frente ao prédio do Tribunal de Justiça.

Na semana passada, uma manifestação contra os aumentos das passagens do transporte em quatro capitais do país. No Rio, quatro pessoas, sendo dois estudantes e dois ambulantes, foram detidas durante a confusão na Avenida Presidente Vargas, na altura da Central do Brasil, em meio ao confronto. ■



Protesto. Manifestantes são imobilizados por PMs na Avenida Rio Branco

(O Globo, 11/06/2013, p. 10)

No mesmo jornal, outra notícia utiliza a mesma narrativa, também diante da ação policial (a notícia foi publicada no dia 14 de junho, após as manifestações do dia 13/06):

A tropa de choque da Polícia Militar acompanhou os protestos sem intervir durante a maior parte da passeata, permitindo, inclusive, que o trânsito fosse interrompido em vários trechos. Mas acabou reagindo no fim da manifestação. Em ações isoladas os policiais enfrentaram os manifestantes com balas de borrachas e bombas de gás lacrimogêneo. (ARAÚJO, et. al., 14/06/2013, O Globo, p. 6)

Igualmente, no jornal Estado de São Paulo um jornalista relatou que “Manifestantes contra tarifa de ônibus entraram em confronto com a PM pelo 2º dia; estação do metrô foi depredada” (PAES, B., et. al. 08/06/2013, Estado de São Paulo, p. A1). No texto, a notícia publicada no dia 8 de junho revela, como no jornal O Globo, que a iniciativa do confronto partiu da polícia enquanto os manifestantes protestavam: “Cerca de cinco mil pessoas bloquearam a Marginal do Pinheiros, sentido Castelo Branco, por 30 minutos. Às 19 horas, o congestionamento chegou a 226 Km, terceiro pior do ano. A Tropa de Choque usou bombas de efeito moral e balas de borracha para conter a multidão, que respondeu atirando pedras.”

No Folha de São Paulo, notícias com as mesmas informações dos dois anteriores foram publicadas. Na capa do dia 7 de junho o jornal trouxe uma notícia com o seguinte título “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP”, na página C1, o jornalista alega que os manifestantes entraram em confronto com a Polícia Militar, interditaram vias e provocaram cenas de vandalismo no centro de São Paulo. Para reagir “A PM utilizou balas de borracha e gás para tentar conter a depredação; houve 15 detidos e 3 feridos” (RODRIGUES, et. al., 07/06/2013, Folha de São Paulo, p. C1).

Igualmente, no dia 12 de junho o Folha de São Paulo trouxe a seguinte manchete em sua capa: “No mais violento protesto contra o aumento da tarifa do transporte público, manifestantes voltaram a entrar em conflito com a polícia na região central de São Paulo.” (MONTEIRO, 12/06/2013, Folha de São Paulo, p. A1). Dessa forma, as notícias eram publicadas como forma de justificar e, até certo ponto, exaltar a ação policial, bem como os próprios policiais.

Uma notícia publicada no jornal Estado de São Paulo, no dia 13 de junho, traz a perspectiva de policiais feridos durante as manifestações: “ ‘Mantive controle para não atirar’: Seis PMs ficaram feridos no protesto de terça”, no texto o jornalista afirmou: “Foi a missão mais difícil para muitos policiais militares. A manifestação do Movimento Passe Livre (MPL) de anteontem se espalhou pelo centro e acabou encurralando alguns PMs. Eles contam ter sido alvo de paus, pedras, garrafas, skates e

até fogos de artifício.” (RODRIGUES, 13/06/2013, Estado de São Paulo, p. A24).

Violência

'MANTIVE CONTROLE PARA NÃO ATIRAR'

Seis PMs ficaram feridos no protesto de terça

Artur Rodrigues

Foi a missão mais difícil para muitos policiais militares. A manifestação do Movimento Passe Livre (MPL) de ontem se espalhou pelo centro e acabou encerrando alguns PMs. Eles contam ter sido alvo de paus, pedras, garrafas, skates e até fogos de artifício. Enquanto alguns policiais tinham bombas de efeito moral e projéteis de borracha, outros portavam só cassetetes para dispersar os manifestantes. Em um condão de isolamento da Polícia Militar na Praça da Sé, o soldado Wilma Correa Campos, de 28 anos, afirmou que era alvo fácil e acabou a noite com um braço engessado. “De onde a gente estava, não tinha onde se esconder. Começaram a jogar pedras e uma me acertou no pulso: tive uma fratura”, diz ela. “Ontem, estava bem inchado, senti muita dor.”

Wilma e outros cinco PMs feridos no protesto foram visitados na manhã de ontem pelo governador do Estado em exercício, Guilherme Afif Domingos (PSD), e pelo secretário estadual da Segurança Pública, Fernando Grella Vicim. De seu lado, manifestantes também acusam a polícia de truculência e contabilizam pelo menos 30 feridos no protesto de ontem. A PM nega os abusos.

O cabo Edison Silva Rinalho, de 45 anos, estava no Parque Dom Pedro quando milhares de manifestantes chegaram de repente. “Jogaram pau, pedra, garrafa. Uma long neck me acertou no rosto”, conta, com esparadrapo na face.

O capitão Rogério Lemos Toledo, de 42 anos, diz que presenciou o uso de fogos de artifício contra os policiais. “Eles viam uma tarefa difícil. Para alguns minutos, ele se via completamente cercado e chegou a tirar a pistola do coldre. “Tive de manter o controle para não atirar contra os manifestantes, que eram milhares. Foi questão de segundos, surgiram mais de mil pessoas. “Quando eu tentava impedir uma pichação, levei várias pedradas na cabeça, fiquei zozzo e cal”, conta, com o colete manchado de sangue.

Fogos de fumaça também atingiram alguns policiais. “Colocaram fogo em lixo e fumaça tóxica estava muito forte”, lembra o soldado Josiane de Souza Testa, de 26 anos. “Comecei a passar mal, como se fosse desmaiar, e depois vomitei muito”, conta.

Josiane também é estudante, pega quatro ônibus por dia e entende a causa do protesto. “Todos usamos transporte público. Desde que não usem a violência, todos podem se manifestar. Mas houve gente que se aproveitou para agredir.”



Dia seguinte. Policiais militares tiveram pulso quebrado, ferimentos na cabeça e no rosto e intoxicação por fumaça

(Estado de S. Paulo, 13/06/2013, p. A24)

Mesmo após o aparecimento de jornalistas da Folha de São Paulo feridos pela truculência policial enquanto trabalhavam cobrindo a manifestação, o jornal narrou a repressão da polícia como reação, no dia 14 de junho: “Polícia *reage* com violência a protesto e SP vive noite de caos” (POLÍCIA *reage* com violência a protesto e SP vive noite de caos, 14/06/2013, Folha de São Paulo, p. 1). Na mesma página o jornal noticia: “Jornalistas da Folha levam tiros da PM; sete são atingidos”.

O jornal Estado de São Paulo, nesse mesmo dia, admitiu a repressão policial para com os manifestantes como ação deliberada da polícia, mas podemos notar a separação feita pelo jornal entre manifestações pacíficas e violentas:

O embate começou quando a Tropa de Choque jogou uma bomba de efeito moral na aglomeração de manifestantes que saíam da Praça Roosevelt para a Rua da Consolação. Até então, o clima da marcha de quase 10 mil pessoas era pacífico, desde a saída do Teatro Municipal, por volta das 18h20. Os manifestantes gritavam cantos contra a violência (MANSO, Bruno, RIBEIRO, Bruno, ZANCHETTA, Diego, 14/06/2013, Estado de São Paulo, p. A1).

O mesmo jornal começou, nesse período, a expor em suas páginas opiniões de internautas criticando a ação policial durante os protestos: “Minha opinião mudou após a violência da PM. A polícia mostrou-se incapaz de lidar com manifestações políticas, duras, mas legítimas, numa democracia”; “Dá pra ser pior que isso ou vamos esperar mortes?”. Uma coluna de opinião publicada na mesma página revela que, mesmo reconhecendo a violência policial, a narrativa permanece depreciando a imagem dos manifestantes: “‘baderneiro’ vira ‘mocinho’ com reação desproporcional”. No texto a

cientista política Monika Dowbor, afirma que a reação desproporcional da polícia faz com que “baderneiros” virem “mocinhos” e sejam “vistos como os que lutam por uma cidade justa” (DOWBOR, 15/06/2013, Estado de São Paulo, p. A16).

A mesma mudança pode ser observada no jornal O Globo, que no dia 15 de junho noticiou a ação policial da seguinte forma: “Nas redes os flagrantes da violência policial em São Paulo”, no texto abaixo da desta chamada, a narrativa acrescenta: “Vídeos revelam uso da força e suspeita de dano forjado a carro da PM” (NAS redes os flagrantes da violência policial em São Paulo, 15/06/2013, O Globo, p. 5). Numa outra notícia o jornal anuncia: “Conselho quer frear uso de armas não letais no Brasil - País não disciplina a utilização desse tipo de armamento, capaz de causar ferimentos graves” (CARVALHO, C., OTÁVIO, C., 16/06/2013, O Globo, p. 7). A notícia se refere à proibição de armas não letais utilizadas por policiais durante as manifestações, devido ao uso errôneo e exagerado destas armas.

Quanto ao ataque a símbolos do capitalismo e do Estado, a grande mídia narrou como vandalismo e depredação de patrimônio privado ou público, justificando a repressão policial e as prisões que se seguiram. Como dissemos anteriormente, aqueles manifestantes que depredavam patrimônio público ou privado continuaram sendo taxados de vândalos nas páginas dos jornais. A eles era justificável a repressão policial na narrativa da imprensa.

O jornal Folha de São Paulo noticiou na capa do dia 7 de junho: “(...) manifestantes interditaram vias como a Avenida Paulista e protagonizaram cenas de vandalismo, como a depredação de estações [de metrô] (...)” (BERGAMIM, G., GERAQUE, E., 07/06/2013, Folha de São Paulo, p. A1). Seguindo a mesma narrativa o jornal Estado de São Paulo lançou, no mesmo dia, o editorial “Puro vandalismo”, onde fica clara a posição do jornal no que diz respeito à ação dos manifestantes:

Não passou de um festival de vandalismo a manifestação de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem, que na quinta feira paralisou importantes vias da capital paulista, entre 18 e 21 horas.

Esse é mais um dia que vai entrar para a já longa lista daquele em que a maior cidade do país ficou refém de bandos de irresponsáveis, travestidos de manifestantes. Apesar de há muito o atrevimento desses grupos não ser uma novidade para os paulistanos, dessa vez a população teve motivos para se assustar mais do que por ocasião de outros protestos, por causa da sua fúria destrutiva.

(...) Encapuzados, os integrantes dos grupos mais violentos puseram fogo em sacos de lixo no meio dessas vias, para interromper o trânsito e aterrorizar os passantes (PURO Vandalismo, 07/06/2013, Estado de São Paulo, p. A3).

Mais a frente no texto, o editor sugeriu que não seria possível entrar em acordo com os manifestantes e que, por serem radicais eles estavam na rua com o único intuito de gerar violência:

Para tentar entender esse protesto, é preciso levar em conta as muitas coisas que estão por trás dele. Uma delas é o fato de o Movimento Passe Livre ser pura e simplesmente contra qualquer tarifa, ou, se se preferir, a favor de uma tarifa zero. Ele não se opõe ao aumento da tarifa de R\$ 3 para R\$ 3,20, mas a ela própria. Ou seja, não há acordo possível e, como seus militantes são radicais, qualquer manifestação que promovam só pode acabar em violência (PURO Vandalismo, 07/06/2013, Estado de São Paulo, p. A3).

Além disso, encorajou a polícia ao recrudescimento na repressão aos ativistas:

As autoridades da área de segurança pública, já sabendo disso, deveriam ter determinado à polícia que agisse, desde o início do protesto, com mais rigor.” “Deve-se levar em conta ainda que a capital paulista está pagando o preço da falta de firmeza das autoridades – ao longo das últimas décadas – diante de manifestações selvagens como a de quinta feira.

(...)

Para não ficar mal com os chamados movimento sociais, por razões políticas, as autoridades tem tolerado os seus desmandos. Agora mesmo, o prefeito Fernando Haddad, em vez de condenar o vandalismo promovido pelo Movimento Passe Livre, se apressou a informar que está aberto ao diálogo. Vai discutir com esse bando de vândalos a tarifa zero? (PURO Vandalismo, 07/06/2013, Estado de São Paulo, p. A3).

Com a mesma narrativa o Jornal O Globo publicou uma notícia de capa, no dia 12 de junho, com o título: “A marcha da insensatez” (COSTA, Ana C., GOULART, G., 12/06/2013, O Globo, p. 1), referindo-se aos manifestantes que “deixaram um rastro de vandalismo” e “provocaram danos ao patrimônio histórico”. Muito longe de questionar o porquê dessas ações ou cogitar um sentido político a elas, os jornalistas esvaziaram qualquer significado presente na propaganda pelo fato e nas ações diretas empreendidas pelos ativistas, taxando-os de forma simples e superficial de *vândalos*. Outra publicação no mesmo jornal leva o título “Vandalismo sem causa” e reafirma:

A manifestação que reuniu ativistas de movimentos sociais e militantes políticos, na noite de segunda-feira, deixou um rastro de vandalismo no centro do Rio. Lixeiras e até monumentos históricos tombados foram danificados durante o protesto durante o protesto contra o aumento das passagens de ônibus da cidade. (...) A ação dos vândalos também não poupou a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Com tinta, pichadores escreveram palavras de ordem contra o prefeito Eduardo Paes e ainda desenharam o símbolo da anarquia em pedras centenárias da fachada do templo.

(...)

As marcas das depredações feitas por manifestantes também estavam visíveis ontem ao longo da Rua Primeiro de Março e da Avenida Presidente Vargas. A fachada do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) também teve uma vidraça quebrada a pedradas e a parede pichada por vândalos. Paredes de prédios comerciais, bancas de jornais e pontos de ônibus também foram danificados. O jornalista Carlos Moreira, que trabalha numa banca da Primeiro de Março, disse que nunca viu um protesto tão violento, com tantos vândalos e confusões (COSTA, Ana C., GOULART, G. 12/06/2013, O Globo, p. 10).

Mesmo alguns manifestantes tendo afirmado que o ataque às igrejas, por exemplo, foi uma reação à intensa violência policial neste dia, o título da notícia permaneceu

como “Violência sem causa”. Muito pelo contrário, a violência policial era utilizada como justificativa para o ataque ao patrimônio público e privado, como indica a manchete do jornal Folha de São Paulo (do dia 13 de junho): “Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo”, no texto fica explícito: “A polícia Militar diz que será mais dura na repressão a atos de vandalismo e que não relevará nem casos isolados. A Tropa de Choque seguirá a manifestação.” (GOVERNO de SP diz que será mais duro contra vandalismo, 13/07/2013, Folha de São Paulo, p. 1).

Uma opinião editorial publicada no jornal O Globo, no dia 13 de junho, faz coro às anteriores:

“REGIME DAS liberdades, a democracia tem anticorpos legais para se proteger de efeitos indesejáveis das próprias liberdades.
TODA VEZ que alguém, algum corpo rompe regras instituídas de convivência, o Estado precisa usar o monopólio da força.
OS VÂNDALOS e anarquistas que tem atuado na série de manifestações no Rio e em São Paulo, com depredações e danos ao patrimônio cultural e histórico da cidade, precisam conhecer esses limites usuais da democracia (LIMITES, 13/06/2013, O Globo, p. 3).

A modificação do discurso dos jornais corporativos começou a aparecer de forma mais intensa após a manifestação do dia 17 de junho, quando a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) foi tomada pelos manifestantes. Quando relatos da violenta repressão policial nas manifestações anteriores, em especial na manifestação do dia 13 de junho, circularam pela internet, a população começou a aderir aos protestos, os oligopólios de comunicação modificaram seu discurso e o ato de ocupar as ruas passou a ser narrado nos jornais da grande mídia como sinônimo de atitude por parte do povo.

Segundo Wallace de Moraes, a manifestação do dia 17 de junho no Rio de Janeiro teve um número de participantes expressivo em relação às anteriores, estima-se que foram às ruas entre quatrocentas e seiscentas mil pessoas. Neste dia a Rede Globo transmitiu ao vivo as manifestações, deixando de transmitir suas novelas.

A passeata saiu da Candelária em direção à Cinelândia. Os militantes de partidos políticos da esquerda institucional e os nacionalistas pararam na Cinelândia, enquanto os grupos revolucionários junto com estudantes e outros manifestantes que não participavam de nenhum grupo continuaram em direção à Assembleia Legislativa.

Entre dez e vinte mil pessoas ocuparam as escadarias da Alerj com o intuito de invadi-la e destruí-la. Indignados, os manifestantes enfrentaram e expulsaram policiais, enquanto outros quebraram bancos e colocaram fogo em carros no entorno da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, alguns deles foram atingidos com munição de ferro pelos policiais, segundo o relato de Moraes. Tudo foi filmado tanto pelos

coletivos midiativistas quanto pela grande mídia (nesse momento os jornalistas da grande mídia estavam disfarçados nas manifestações, para não serem rechaçados).

Segundo Moraes, a PM demorou para entrar em ação com o intuito de que os jornalistas filmassem tudo para pintar uma imagem de criminosos nos manifestantes e para justificar o “despotismo desproporcional” posterior, vindo da polícia (MORAES, 2018a, p. 202).

Outra característica desta manifestação foi a presença de manifestantes que rechaçaram partidos políticos. Os partidos, desde as manifestações anteriores, já vinham tendo uma atitude de centralização das manifestações ao trazer para os protestos carros de som cantando palavras de ordem.

Segundo Moraes, as manifestações deste dia foram taxadas pela esquerda oficial como manifestações de direita e até mesmo fascistas, devido a manifestantes hostis a bandeiras de partidos políticos que apareceram nos protestos e ao grito de “sem partido” entoado por muitos. Neste dia as palavras de ordem mais cantadas eram nacionalistas em apoio à seleção brasileira³¹: “Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”. Além disso, pautas como a PEC 37, gastos com a copa, contra a corrupção e pedindo dinheiro para saúde e educação, que também eram pautas da esquerda oficial, inclusive (MORAES, 2018a, p. 203)

Após a “tomada da Alerj” os manifestantes, entre eles indígenas da Aldeia Maracanã fizeram uma grande fogueira em frente à Assembléia Legislativa e dançaram a sua volta. Ao mesmo tempo começou uma roda de capoeira, Moraes alega que tratou-se de uma grande festa popular “extremamente politizada, insurgente, genuinamente brasileira contra tudo e todos do poder, das governanças” (MORAES, 2018a, P. 206).

Após esta manifestação a grande mídia passou a defender fortemente a legitimidade de manifestações “pacíficas” e continuou investindo em causas pelas quais os manifestantes deveriam lutar, numa tentativa de guiar e pautar a revolta popular. Por outro lado, passaram a criminalizar os manifestantes radicais.

³¹A Copa das Confederações aconteceu entre 15 e 30 de junho. No início do mês de julho podemos perceber uma intensa cobertura e notícias com o tema da copa do mundo. Como que se os jornais da grande mídia quisessem unir toda a população brasileira em torno do futebol, forçando uma unanimidade entre os manifestantes que não existia e separando ou excluindo dela todos aqueles que não eram pacíficos, todos aqueles que se manifestavam através do uso da força. Isso pode ficar evidente na fala do presidente da Fifa Joseph Blatter, publicada numa notícia sobre o assunto no jornal Estadão: “O futebol serve para conectar as pessoas. Nunca dá para satisfazer a todos, então nós tentamos satisfazer o máximo de pessoas possível.” (apud Estado de S. Paulo, 02/07/2013, p. D1) Se referindo aos protestos e à copa do mundo.

Isaías Moraes (2017) delimitou de forma elucidativa os dois grupos aos quais os manifestantes foram encaixados pela grande mídia após a manifestação do dia 17 de junho:

a cobertura da grande mídia brasileira categorizou os manifestantes em dois grupos distintos: a) os pacíficos defensores da democracia; b) os vândalos e propagadores do caos. Em um processo de generalização e de violência cultural, os principais meios de comunicação intensificaram o apoio às manifestações realizadas pelo primeiro grupo, os supostos ‘defensores da democracia’ (MORAES, 2017, p. 189).

Dessa forma os jornais continuaram utilizando o termo “vândalo” para se referir aos manifestantes que não aceitavam uma manifestação “pacífica”, incapaz de modificar as estruturas capitalistas, imperialistas, patriarcais e colonialistas que regem a sociedade moderna colonial. Além disso, a legitimação das manifestações pacíficas, na narrativa dos jornais, passa pela ideia de uma democracia baseada no sistema capitalista e estatal, como iremos perceber durante a análise.

No jornal Estado de São Paulo, no dia 18 de junho, opiniões positivas sobre os protestos, retiradas de redes sociais, foram publicadas: “Ficamos muito tempo em silêncio. As manifestações eram a faísca que estávamos precisando para extravasar tantas insatisfações.”; “Nunca me senti tão importante por andar de ônibus. Obrigada a todos que estão apoiando o Movimento Passe Livre.”; “E aí, Haddad, vamos revogar o aumento da passagem e começar o debate?” (*apud* Metrópole, 18/06/2013, Estado de São Paulo, p. A11). A manchete desta página não citou o congestionamento do trânsito como acontecia no primeiro momento: “Protestos reúnem 230 mil em 12 capitais e governantes viram alvo” (PROTESTOS reúnem 230 mil em 12 capitais e governantes viram alvo, 18/06/2013, Estado de São Paulo, p. A11).

A mudança de viés também é notória no jornal O Globo. A substituição de títulos nas páginas que traziam notícias sobre as manifestações é um exemplo da transformação na narrativa do jornal. Títulos como “Patrimônio Atacado” (Rio, 12/06/2013, O Globo, p. 10) e “Tensão Urbana” (País, 13/06/2013, O Globo, p. 3), publicados respectivamente nos dias 12 e 13 de junho, foram substituídos por “Um país que se mexe” (País, 18/06/2013, O Globo, p. 4) ou “O Brasil nas Ruas” (País, 19/06/2013, O Globo, p. 12) nos dias 18 e 19 de junho. A mudança também ficou evidente pois o jornal começou a dar mais foco nas características do movimento e nas reivindicações dos manifestantes:

“Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais – Redução do preço das tarifas de ônibus é mais importante bandeira do movimento, que reúne principalmente jovens e é marcado pela

ausência de partidos na organização; atos foram pacíficos na maior parte das cidades. Para Dilma manifestações são legítimas (O BRASIL nas ruas, 18/06/2013, O Globo, p. 1).

A grande adesão popular aos protestos provocou uma multiplicação de causas e reivindicações entre os manifestantes. Na distinção entre pacíficos e violentos, os manifestantes considerados “pacíficos”, puderam ter suas reivindicações tratadas como legítimas nas páginas dos jornais (uma vez que os próprios jornais começaram a *fabricar* pautas e introduzi-las nas ruas, como foi o caso da PEC 37 citado acima), enquanto aqueles considerados “violentos” permaneceram sendo taxados de “vândalos”, a eles era justificável a repressão policial. Notícias como “A maioria das manifestações [que ocorreram em todo o Brasil no dia anterior] foi pacífica, mas houve vandalismo contra sedes do poder.” (MILHARES vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios, 18/06/2013, Folha de São Paulo, p. 1) e “Em mais um dia de protesto, São Paulo se divide entre paz e atos de vandalismo” (SCRIVANO, 19/06/2013, O Globo, p. 9) se tornaram comuns.

Numa notícia no jornal Folha de São Paulo, no dia 19 de junho, a distinção entre manifestantes “pacíficos” e “violentos” foi inserida na narrativa como a distinção entre quem merecia apanhar da polícia e quem não merecia. Com o título “Ato em SP tem ataque á prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir” a notícia dizia:

“Sem conseguir entrar [na prefeitura de São Paulo], os manifestantes incendiaram uma van da TV Record e passaram a depredar bancos e saquear dezenas de lojas de roupas, jóias e eletrodomésticos. O Theatro Municipal, onde acontecia um espetáculo, foi cercado e pichado.

A PM demorou cerca de três horas para agir. Segundo a Secretaria da Segurança, *isso aconteceu para evitar que pessoas sem relação com os atos de vandalismo fossem feridas.* (ATO em SP tem ataque á prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir, 19/06/2013, Folha de São Paulo, p. C1).

Assim, aqueles manifestantes que depredavam patrimônio público ou privado continuaram sendo taxados de vândalos e poderiam ser “feridos” pela polícia nas páginas dos jornais.

Uma notícia do jornal Folha de São Paulo mostra como o protesto considerado “pacífico” na narrativa utilizada pela imprensa era admissível, enquanto que protestos “não-pacíficos” eram considerados motivo para truculência policial: “Tropa de Choque não será acionada caso protesto às 17h seja pacífico, diz secretário da segurança Fernando Grella” (GOVERNO de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje, 17/06/2013, Folha de São Paulo, p. 1).

O jornal O Globo publicou, no dia 18 de junho, uma notícia com o título “Violência no fim de um protesto pacífico”, na qual o jornalista referiu-se aos manifestantes que depredaram carros da polícia militar como vândalos também de forma taxativa:

A manifestação se transformou em confronto quando participantes tentaram invadir o prédio da Assembléia Legislativa (Alerj), na rua Primeiro de Março. Um veículo de passeio, estacionado na Rua São José, foi incendiado por vândalos, e outros três carros – um da PM – foram depredados. (...) O vandalismo se estendeu pelas ruas próximas, onde lojas e agências bancárias tiveram vidros destruídos. (...) Quando os vândalos perceberam que havia cerca de dez PMs nos fundos da Alerj, na Rua Dom Manoel, com motos e patrulhas, foram para o local. (...) (VIOLÊNCIA no fim de um protesto pacífico, 18/06/2013, O Globo, p. 5).

Em outra notícia no mesmo jornal, no dia 18 de junho, com o título “escalada de violência”, houve uma separação entre “vândalos” e “manifestantes”, os manifestantes que estavam depredando patrimônio público ou privado foram chamados de “vândalos”, enquanto que os que não depredavam foram denominados apenas como “manifestantes”:

Numa das mais graves demonstrações de vandalismo do dia, grupos munidos de pedras, cones e garrafas quebraram vidros do Itamaraty em Brasília (...). A PM também tentou, em Vitória, dispersar os radicais que se aglomeraram em frente ao Tribunal de Justiça. Não impediu que, por volta das 20h um pequeno grupo soltasse rojões contra o prédio, em Vitória. Vidraças foram destruídas e um pequeno incêndio foi iniciado. Houve confronto entre manifestantes e vândalos (ESCALADA de violência, 18/06/2013, O Globo, p. 3).

Após a revogação do aumento das tarifas de transportes públicos os atos continuaram a acontecer. Os jornais permaneceram taxando a depredação do patrimônio público de vandalismo, como acontece no texto desta notícia publicada na capa do jornal Folha de São Paulo:

Mesmo depois da redução das tarifas de transporte público pelo país, mais de 1 milhão de pessoas voltaram a ocupar as ruas em cerca de cem cidades. No 14º dia de manifestações, cenas de violência e vandalismo foram registradas em 13 das 25 capitais que tiveram protestos. Houve novos confrontos entre manifestantes e a polícia, ataques a prédios públicos e depredações (PROTESTOS violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião, 21/06/2013, Folha de São Paulo, p. A1).

Julho e os Black Blocs na grande mídia

Passando ao mês de julho de 2013, os jornais já possuíam uma narrativa de divisão dos manifestantes e das manifestações bem evidente. Nesse sentido, havia uma legitimação das manifestações pacíficas e conseqüentemente, uma deslegitimação das não pacíficas, como podemos observar numa notícia do jornal O Globo, no dia 1º, na qual a manifestação pacífica é considerada demonstração de cidadania:

Em paz. Centenas de moradores da Rocinha e do Vidigal marcham pacificamente pela avenida Niemeyer, na terça-feira. Eles foram até o Leblon e pararam na rua

onde mora o governador Sérgio Cabral. Pediram saneamento, educação e *deram um show de cidadania* (EM paz, 01/07/2013, O Globo, p. 2).

Os jornais continuaram alimentando pautas para serem reivindicadas nas ruas: “No foco dos protestos, máquina administrativa federal consome R\$ 611 bilhões por ano”. A notícia acima é mais uma a engrossar a agenda da anticorrupção, esta também fabricada pela grande mídia, com o intuito de atingir o governo federal (CASTRO, 01/06/2013, O Globo, p. 3).

Na página 6 do mesmo jornal, uma notícia com o título “Manhã de paz e noite de confusão na Tijuca”, referindo-se à manifestação que ocorreu no dia anterior (30 de junho), também mostra a classificação entre manifestantes pacíficos e violentos. Os manifestantes violentos continuaram sendo tratados como vândalos: “Manifestação que começou pacífica teve ação de grupo isolado de vândalos contra PMs” (Oliveira, et. al., 01/06/2013, O Globo, p. 6).

Já o jornal Estado de São Paulo noticiou a manifestação do dia 30 de junho da seguinte forma:

As manifestações ocorridas ontem no entorno do estádio do Maracanã foram marcadas por fortes diferenças. Pela manhã, em passeata de 5 mil pessoas pautada pelo bom humor, havia poucos mascarados, pessoas levavam bandeiras de partido sem serem hostilizadas e as reivindicações eram claras: contra a privatização do estádio. E na festa de encerramento do torneio antes de a bola rolar, dois voluntários que participavam da cerimônia estenderam uma faixa contra a privatização do Maracanã.

No fim da tarde, o clima era outro: não havia bandeira de partidos, muitos estavam encapuzados, vestidos de preto e havia animosidade contra a imprensa. Pouco antes do início do jogo, um grupo jogou pedras, garrafas e coquetéis molotov contra a polícia, provocando o confronto. (...) (GOMES, et. al., 01/07/2013, Estado de São Paulo, p. D3)

Segundo Wallace de Moraes, para o dia 30 de junho foram marcados dois atos, um no período da manhã e outro no período da tarde/noite. Os grupos revolucionários e movimentos populares tentariam chegar até o Maracanã, onde estaria ocorrendo o jogo da final da Copa das Confederações, que estava marcado para o final da tarde, na intenção de tomar a atenção da mídia internacional para a revolta popular contra os governantes (políticos, econômicos, penais) brasileiros. Já os líderes dos partidos políticos e sindicatos, que compõem a esquerda institucional, marcaram seu ato para o período da manhã, dividindo o movimento e defendendo um ato ordeiro e inofensivo. Moraes ainda ressalta que a grande mídia “saudou o ato da manhã como dentro da ordem e pacífico, simultaneamente apontou o ato da noite como da desordem e dos vândalos”. A atitude da esquerda institucional acabou por “rachar” a manifestação popular e facilitar estereótipos punitivos (MORAES, 2018a, p. 236), o que podemos comprovar com a notícia acima publicada no jornal O Globo.

Como podemos observar, no início e meados do mês de junho o termo Black Bloc não apareceu nas páginas dos jornais corporativos. Apenas no final do mês a tática começou a ser anunciada na grande mídia. A princípio os jornais focaram no congestionamento do trânsito, caos urbano, destruição de propriedades corporativas e condenação dos ativistas radicais, sem mencionar com grandes destaques o fundamento político das manifestações, apenas algumas notícias mencionaram o sentido político da luta pela revogação do aumento das tarifas do transporte público.

Segundo Moraes, o dia 20 de junho marca primeira vez que o Black Bloc entrou em ação (na cidade do Rio de Janeiro), mas foi na manifestação do dia 30 de junho que o grupo se consolidou (MORAES, 2018a, p. 264). Veremos como a grande mídia os noticiou.

Nos jornais que investigamos³², apenas no dia 3 de julho foi feita a primeira menção aos Black Blocs. A notícia intitulada “PM: vândalos usariam bombas mais potentes no Maracanã” saiu no jornal O Globo e identificava como Black Bloc o grupo que estaria produzindo coquetéis molotov modificados nos protestos “contra policiais e prédios públicos”:

Um grupo, que se intitula ‘Black Blocs’, inspirado em um movimento anarquista europeu, está sendo investigado pela polícia por participação em quebra-quebras durante as manifestações e também por usar coquetéis molotov mais potentes. Eles estariam produzindo os artefatos – usados contra policiais e prédios públicos – com substâncias que facilitam a aderência ao corpo e a superfícies, de forma a aumentar o potencial de queimaduras ou incêndios com a detonação. De acordo com investigações do setor de inteligência das polícias, um dos artefato [sic] modificados chegou a ser atirado em um policial nas ações violentas do último domingo no entorno do Maracanã, durante a final da Copa das Confederações.

A polícia já recolheu para a análise as imagens de câmeras de prédios particulares e comerciais que ficam nas proximidades do estádio para tentar identificar os *vândalos*. (...) (COSTA, 03/07/2013, O Globo, p. 10).

O jornal taxou rapidamente os participantes de Black Blocs de vândalos, como vinha fazendo anteriormente com os ativistas radicais.

Vale lembrar dois pontos importantes nesse momento das manifestações, o primeiro é que já haviam casos de policiais infiltrados nos protestos. Tais policiais infiltravam-se entre os manifestantes, vestidos de preto ou com roupas comuns e jogavam pedras e outros objetos contra a polícia tentando fazer parecer que eram os

³² É importante ressaltar que o termo *Black Bloc* já havia aparecido antes do dia 3 de julho em outros meios de comunicação de massa, por exemplo na matéria da revista Veja do dia 23 de junho intitulada “Anarquistas: os organizadores do caos nas passeatas”, na qual o jornalista Leonardo Coutinho cita o Black Bloc, taxando-os de forma incisiva, como nos outros jornais, de “vândalos”. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/anarquistas-os-organizadores-do-caos-nas-passeatas/>>. Acesso em 06 mar. 2022.

manifestantes que haviam feito isso. Um desses casos foi noticiado no jornal O Globo, inclusive, no qual policiais atacaram carros da PM e tentaram incriminar os manifestantes³³. Outro ponto deve ser ressaltado, a tática Black Bloc é uma tática de ação direta que tem como alvo símbolos do capitalismo e do Estado, dessa forma os participantes de Black Blocs, à princípio, não atacam pessoas e nem mesmo negócios locais, mas sim corporações, empresas capitalistas e símbolos do poder políticos, como pudemos observar no segundo capítulo desta pesquisa.

A descrição dos Black Blocs pela grande mídia

Black Blocs e seus participantes foram descritos sempre com termos como “grupo responsável pelo quebra-quebra”, “grupo que causa animosidades durante o protesto”, “marginais travestidos de manifestantes”, “jovens irresponsáveis”, “vândalos”, além de outros termos dessa natureza.

Numa notícia, publicada no dia 12 de julho, no jornal O Globo, intitulada “No Centro, vândalos e policiais se enfrentam com violência”, os Black Blocs foram descritos da seguinte maneira: “Com roupas pretas e máscaras para garantir o anonimato, esse grupo tem levado para os atos um clima de animosidade, explorado nas redes sociais, em que prega a ‘desobediência civil’ e a violência como resposta à truculência policial.” (NO Centro, vândalos e policiais se enfrentam com violência, 12/07/2013, O Globo, p. 6).

No mesmo jornal, outra descrição dos Black Blocs, durante a manifestação que ocorreu na noite anterior no Centro do Rio de Janeiro, foi feita no sentido de descredibilizar o grupo:

O prenúncio do que aconteceria ao final era um clima de estranhamento entre sindicalistas e um grupo de jovens, com rostos cobertos com máscaras ou camisas. Eram os black blocs, de inspiração anarquista, que seriam ligados a grupos homônimos de Europa e EUA. Quando os manifestantes cantavam o Hino Nacional, eles reagiam com xingamentos e ameaças. *Alguns fumavam maconha*” (BERTOLUCCI, et. al., 12/07/2013, O Globo, p. 5).

No dia 14 de julho, no jornal O Globo, numa notícia com título “Black Blocs: violência como tática e referências confusas”, o jornalista Sérgio Ramalho traçou um perfil de participantes dos Black Blocs a partir de consultas em redes sociais, mas sem dar voz a nenhum deles. O recorte de classe e faixa etária feita pelo jornalista pode ser percebido a partir das seguintes afirmações: “São jovens, a maioria tem menos de 25

³³ NAS redes, os flagrantes da violência policial em São Paulo: Vídeos revelam uso da força e suspeita de dano forjado a carro da PM. 2013, País, p. 5.

anos, frequentam universidades e escolas secundárias.” e mais à frente, alegando ter consultado as redes sociais de um dos manifestantes, escreveu: “Há ainda foto do universitário, enfiado numa camisa de gola pólo Ralph Lauren, bebendo chope no principado de Mônaco.” (RAMALHO, 14/07/2013, O Globo, p. 7).

Além disso, o desenho de um black blocker jogando uma garrafa, com roupas pretas, máscara no rosto e mochila nas costas, ilustra a notícia. Várias legendas explicam, na visão do jornalista, as características do manifestante. Na primeira delas podemos ler: “Jovens, a maioria com menos de 25 anos. São *hostis* com os demais manifestantes.”

Black Blocs: a violência como tática e referências confusas

Acusados por confrontos citam Mao Tse Tung e curtem desenho animado

SÉRGIO RAMALHO
sergio.ramalh@oglobo.com.br

Elas são centenas — nas manifestações da última quinta-feira foram estimados em mais de 300 — e vêm de diferentes bairros do Rio e de cidades da Região Metropolitana. São jovens, a maioria tem menos de 25 anos, frequentam universidades e escolas secundárias. Os rostos inicialmente estão ocultos. São os integrantes do autodenominado Black Blocs, grupo geralmente apontado como estopim dos confrontos em manifestações iniciadas de forma pacífica.

Por trás das máscaras, ocupam e tomam pontos, uma microclima de referências, muitas delas contraditórias, ditam o comportamento do grupo, majoritariamente formado por homens. Entre eles, não há uma liderança estabelecida. Comunicam-se por meio das redes sociais. Mantêm perfis no Facebook e no Twitter, nos quais descrevem a participação nas manifestações.

Um relato publicado poucas horas após os confrontos com a PM nas cercanias do Cinecláudia, na última quinta-feira, o grupo se ergue responsável pelo início do conflito: por volta das 18h, quando uma caixa carregada de esportivos molineros foi encontrada na esquina das avenidas Rio Branco com Almeida Ramos. No texto, escrito em bom português, o grupo diz



Violência Manifestantes quebraram vidros e ocuparam a Assembleia

Assembleia capixaba é alvo de vandalismo

Sede do Legislativo do ES é depredada durante ocupação, que acabou ontem

Ruiuso Daxer*
ruisuso@globo.com.br

então. Cerca de 70 manifestantes desocuparam na tarde de ontem a sede da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em Vitória. O grupo entrou no prédio desde o último dia 2, quando os deputados estaduais suspenderam a sessão em que discutiam um decreto legislativo proposto o fim do pedágio na Terceira Ponte — principal ligação entre a capital capixaba e a cidade de Vila Velha. A ocupação começou na penúltima da Casa, mas depois se deslocou para outras salas. Os manifestantes quebraram vidros, jogaram computadores no chão e pilharam vários móveis.

A Assembleia chegou a entrar na Justiça com um pedido de

CARACTERÍSTICAS DO GRUPO



- Jovens,** a maioria com menos de 25 anos. São hostis com os demais manifestantes.
- Máscaras** Ocasionalmente, usam máscaras, capuzes, moletins, viço e água.
- Roupas escuras** Usam camisas amarradas, legas e até máscaras com fitas justificadas.
- Calçados** Usam, em geral, sapatos de couro. Há quem use sapatos de madeira.
- Mochilas** Ocasionalmente, usam mochilas, capuzes, moletins, viço e água.
- Capuzes** Usam, em geral, sapatos de couro. Há quem use sapatos de madeira.
- Respa** Usam, em geral, sapatos de couro. Há quem use sapatos de madeira.

que o material foi detido por "homens caracterizados no vídeo estilo P2 (o serviço reservado da PM). Todos mais velhos, aparentando mais de 40 anos e em cima de suas vigas de madeira". A PM, por sua vez, nega e diz que o material foi encontrado por sindicalistas, que alertaram os policiais.

Na prática, a síncrona de "grupo de choque dos protestos" adotada pelo grupo cai por terra durante as passeatas. Os Black Blocs não se integram aos demais manifestantes. Por

(O Globo, 14/06/2013, p. 7)

Dessa forma, os participantes de Black Blocs tiveram suas ações resumidas a “hostilidade com os demais manifestantes”, “jovens que fumam maconha”, além do habitual “vândalos”.

A tentativa de esvaziamento político das ações também pode ser observada na qualificação de “jovens de classe média alta”, seguindo a mesma retórica de Arnaldo Jabor, quando disse que os manifestantes eram “jovens mimados” que “não valem nem R\$ 0, 20 centavos”. Outro exemplo dessa atitude também pode ser observada no jornal

Folha de São Paulo, que caracterizou os Black Blocs como formado por jovens de classe média alta, como se não tivessem motivos para estarem indignados:

De inspiração arcopunk [sic] e origem na classe operária, o movimento Black Bloc brasileiro tem como membros universitários de classe média alta. O grupo atuou em manifestações em São Paulo e no Rio e defende que depredar patrimônio público e privado não é crime, mas forma de protesto. (BLACK BLOC Brasil atrai estudantes de classe média alta, 13/07/2013, Folha de São Paulo, p. 1)

Voltando à matéria escrita por Sérgio Ramalho, do O Globo, outro artifício que o jornalista usou no sentido de desacreditar os ativistas e manipular o leitor foi o discurso de que Black Blocs tem “referências confusas”: “Por trás das máscaras, capuzes e roupas pretas, uma miscelânea de referências, muitas delas contraditórias, ditam o comportamento do grupo, majoritariamente formado por homens.”. Mais à frente o jornalista ainda afirma:

Nem mesmo um grupo autodenominado anarquista escapou da hostilidade dos Black Blocs. Uma contradição. Na página deles no Facebook, uma frase do ativista anarquista italiano Errico Malatesta (1853-1932) é usada como referência. A análise das timelines dos integrantes do grupo revela uma miscelânea de referências (...) (RAMALHO, 14/07/2013, O Globo, p. 7)

O jornalista Sérgio Ramalho ainda fez referência a uma caixa preta com coquetéis molotov encontrada por manifestantes em uma esquina no Centro do Rio de Janeiro, na manifestação do dia 11 de julho. Mesmo depois de alguns participantes do Black Bloc que entrou em ação neste dia terem desmentido que foram eles os responsáveis pela caixa e declarado que, na verdade, isso foi obra de policiais infiltrados, o jornalista trouxe a afirmação da polícia como última palavra: “A PM, por sua vez, nega e diz que o material foi encontrado por sindicalistas, que alertaram os policiais” (RAMALHO, 14/06/2013, O Globo, p. 7).

O Folha de São Paulo noticiou da mesma forma o Black Bloc que entrou em ação na noite anterior, numa chamada de notícia que acusava black blockers de terem atacado policiais, sem motivo aparente. Com o título “No Rio, grupo de mascarados ataca polícia com pedras”, os jornalistas responsáveis pela notícia afirmam que “Cerca de 250 pessoas, vestidas de preto e usando máscaras, atacaram policiais com paus, pedras e coquetéis molotov em ato no Rio que, segundo a PM, reuniu 10 mil.” (MONTEIRO, et. al, 12/07/2013, Folha de São Paulo, p. A1).

Em outra notícia no mesmo jornal, os Black Blocs foram descritos como os responsáveis pela violência e confronto com PMs: “No Rio, as cenas de violência vistas em junho se repetiram, com confronto entre PMs e anarquistas adeptos da filosofia ‘black bloc’, que prega a destruição de símbolos capitalistas” (SINDICATOS

fazem manifestações em todo o país, mas adesão é baixa, 12/07/2013, Folha de São Paulo, p. C1).

No mesmo jornal, outra notícia descreveu de forma mais extensa os Black Blocs, mas ainda sem dar espaço a nenhum dos ativistas, num texto intitulado “Filosofia ‘black bloc’ prega desobediência”:

O ‘black bloc’ (‘bloco negro’) não é um grupo específico de manifestantes, mas sim uma forma violenta de agir adotada por manifestantes anarquistas.

A tática ‘black bloc’, anticapitalista, consiste em ‘causar danos materiais às instituições opressivas’.

Na prática: depredar estabelecimentos privados – agências bancárias entre eles – e pichar paredes, como ocorreu ontem.

Participantes de ações do tipo se vestem de preto e usam máscaras, de forma a não ser identificados e se misturar à multidão.

A intenção é pregar a desobediência civil. Um vídeo em inglês na internet diz que o objetivo dos adeptos da tática ‘black bloc’ não é protestar, mas agir para mostrar por meio da força que ‘a polícia e o Estado não têm tanto poder quanto tentam nos convencer’.

Essa postura de subverter o poder e a lei não significa, segundo o vídeo, que seus membros não sejam éticos, humanitários e que não se preocupem com o próximo.

Em São Paulo, o grupo demonstrou ter planejado sua participação nas manifestações: além de levar faixas e cartazes contra a mídia, também portavam um computador e um projetor, usados para exibir imagens em fachadas de prédios.

Após protesto na zonal sul, participantes do ‘black bloc’ paulistano fizeram uma reunião espontânea e sem líderes, para discutir a possibilidade de um encontro fora das manifestações (FILOSOFIA ‘black bloc’ prega desobediência, 12/07/2013, Folha de São Paulo, p. C6).

Como podemos observar, o discurso dos jornais foi de que o confronto entre manifestantes e policiais começou após integrantes de centrais sindicais descobrirem uma caixa de coquetéis molotov com um grupo de black blocs, tendo sido este o “estopim” para que o tumulto se instaurasse numa manifestação que até então estava “pacífica”.

Segundo Wallace de Moraes, na manifestação do dia 11 de julho (à qual esta matéria se refere), foram os sindicalistas e líderes de partidos políticos da esquerda institucional que abandonaram o Black Bloc, deixando-o andar na frente do movimento enquanto permaneciam parados para facilitar o trabalho da polícia no cerco aos ativistas do Black Bloc. Apenas os indígenas da Aldeia Maracanã que estavam no ato e alguns governados também presentes se juntaram a eles afim de livrá-los do isolamento (MORAES, 2018a, p. 241). Mas o que podemos perceber com a narrativa do autor, que esteve presente no protesto, é como os jornais corporativos distorceram os fatos colocando os black blockers como hostis, violentos e “confusos”.

A manifestação do dia 11 de julho, que aconteceu após a final da Copa das Confederações, foi um momento de descentralização das manifestações. Isso se deu

pelo fato de muitos partidos políticos de esquerda oficial promover reuniões internas e alianças entre grupos políticos.

Como era de se esperar, a esquerda oficial juntou-se aos partidos da base do governo e até com as centrais que nunca sequer se declararam de esquerda, como a Força Sindical e outras menores. Assim, os blocos se formaram. O maior de todos foi o composto por todas as centrais sindicais e conseqüentemente pelos partidos que as dirigiam: PT, PMDB, PC do B, PDT, PSOL, PSTU. Chamemos esse bloco de ‘chapa branca’. Um outro bloco foi formado pelos setores mais à esquerda do PSOL, sobretudo da sua base estudantil mais crítica ao oficialismo, porém igualmente presa à estrutura eleitoreira. Um terceiro setor foi composto por diversos pequenos grupos revolucionários de orientações anarquistas, conselhistas, maoístas e autonomistas em geral (MORAES, 2018a, p. 239)

Dessa forma, podemos notar uma enorme divisão de grupos que se formaram, dividindo o movimento, de modo a enfraquecê-lo. Ainda segundo o autor, que participou do protesto, as centrais sindicais tentaram isolar os revolucionários ao deixá-los andar na frente dos demais manifestantes que, em dado momento, pararam para se distanciar do Black Bloc, composto principalmente por jovens da periferia. Após alguns instantes um policial infiltrado “começou a quebrar garrafas ao lado do Black Bloc”, dando início ao confronto com os policiais. O episódio em questão é mais um que revela a aliança entre manifestantes da esquerda oficial e de movimentos progressistas com a governança penal e política.

Alegação de que Black Blocs são grupos infiltrados e defesa de manifestações pacíficas

A acusação de que Black Blocs são infiltrados nos protestos, que seus participantes não fazem parte do movimento, apareceu frequentemente nas páginas dos jornais, juntamente com a defesa de manifestações pacíficas e a condenação da violência por parte dos ativistas radicais. Essas críticas acabam por fortalecer a ideia de que apenas as forças estatais podem e devem ter monopólio da violência. Foi exatamente o que a jornalista Dora Kramer, defendeu em um artigo de opinião, escrito para o jornal Estado de S. Paulo, publicado no dia 19 de julho, quando alegou, entre outras coisas, que

O uso legítimo da força é prerrogativa do Estado e, quando dirigido dentro da lei a quem promove a desordem, não pode ser visto com desaprovação (...). De outro modo, a continuar assim, o cidadão que exige tratamento decente acabará acuado e temeroso. O risco é de as manifestações perderem respaldo da sociedade (KRAMER, 19/07/2013, Estado de São Paulo, p. A6).

Da mesma forma, no editorial do dia 5 de julho, no jornal Estado de São Paulo, o editor defende que as forças estatais precisam “controlar” as manifestações para que elas se mantenham democráticas. Para isso ele sugere que o Estado determine um lugar

específico para que as manifestações aconteçam, descartando a possibilidade da Avenida Paulista como se protestos de rua fossem um evento festivo:

Controlar, é importante deixar claro, não significa cercar a liberdade de manifestação dos cidadãos. Controlar as manifestações populares, partindo do princípio de que o direito de um cidadão termina quando começa o de outro e de que as leis existem para ser respeitadas, significa, para o Estado, em primeiro lugar, tentar harmonizar interesses em conflito e, quando for necessário, usar a força para impedir absurdos inaceitáveis (...).

O Estado tem a obrigação, como ocorre em países democráticos, de fazer cumprir regras claras sobre, por exemplo, os locais onde as manifestações públicas podem ou não podem ser realizadas – o que, aliás, depende sempre de conhecimento e autorização prévios por parte das autoridades. E o princípio que deve orientar esse entendimento é o do interesse público.

A Avenida paulista, em São Paulo, é um exemplo óbvio de local onde o bom senso recomenda que passeatas e outras manifestações que obstruam o trânsito não devem ser autorizadas (...). Como os agitadores, os radicais e os simplesmente desocupados nunca perdem a oportunidade de tirar proveito de eventos dessa natureza, a ordem pública, que interessa a todos, acaba seriamente prejudicada. (...) (AS ruas e a lei, 05/07/2013, Estado de São Paulo, p. A3)

No Jornal O Globo, do dia 13 de julho, uma notícia referente às manifestações chamadas pelas centrais sindicais no Rio de Janeiro no dia 11 de julho, apesar de trazer a fala do professor universitário do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (IFCS/UFRJ), Manuel Sanches, explicando que a violência vinda dos Black Blocs são engendradas por motivos políticos, uma vez que consideram o Estado opressor, o jornalista afirma que “De acordo com a polícia, no entanto, as ações violentas são sempre desencadeadas por um grupo infiltrado entre os manifestantes pacíficos”. Mais à frente, o jornalista transmite a fala do presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, que afirmou:

Sou radicalmente contra a violência. Movimentos pacíficos têm o poder e vigor de pressionar os governos. Essa violência tem aparecido de forma proposital, são grupos organizados. Isso desperta um pavor nas pessoas. Nunca vimos lojas e bancos fecharem, colocarem tapumes. Nem os anarquistas fariam isso, eles sempre mostraram a cara (*apud* FERNANDES, L., RAMALHO, S., 13/07/2013, O Globo, p. 4).

Essas afirmações mostram o quanto porta vozes de movimentos da esquerda institucional estão inseridos no sistema estatal ao acreditar que “movimentos pacíficos” tem capacidade para “pressionar os governos” e alcançar resultados que realmente favoreçam a população.

Para o ativista Fabrício Ramos que não teve voz na grande mídia, mas relatou sua visão dos protestos ao documentário “A partir de agora”, do cineasta Carlos Pronzato, o ataque a alvos econômicos e políticos foi essencial na luta contra o aumento tarifário, uma vez que foram as depredações que pressionaram os governos para a revogação da tarifa:

E o que eles chamaram de vandalismo é o que resultou, inclusive, na vitória do Movimento Passe Livre com a redução da tarifa em São Paulo, porque se não houvesse aquele problema todo, então é complexo a situação, porque se não houvesse um problema realmente que atingisse a cidade, que atingisse o governo, e a única forma de isso ocorrer foi as depredações ou um descontrole mesmo daqueles manifestantes, uma manifestação meramente ordeira, pacífica não iria resultar em pressões reais ao governo (*apud* PRONZATO, 2014, 79min).

Além de demonstrar não conhecer grupos anarquistas, a atitude do presidente da CUT-RJ mostra que existe um acordo entre esses movimentos e os governos, para Dupuis-Déri, isso faz parte de um desejo por parte desses porta-vozes de projetar uma imagem responsável de si mesmos na grande mídia, com o intuito de atingir alguma posição de poder (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 182).

Na mesma notícia os jornalistas Sérgio Ramalho e Letícia Fernandes publicaram uma declaração do então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, condenando a violência dos manifestantes que, segundo ele, vai contra o sentido de democracia: “Não é assim que se faz oposição, não é atacando palácios, é debatendo. Essa oposição que veio para cá ontem (quinta-feira) não respeita o jogo democrático, o debate, o diálogo.” (*apud* FERNANDES, L., RAMALHO, S., 13/07/2013, O Globo, p. 4).

Outro porta-voz, desta vez da Anistia Internacional, Átila Roque, seguiu a mesma narrativa e também chamou os black blockers de “vândalos infiltrados no protesto pacífico” durante a manifestação do dia 11 de julho (MUITOS PMs estavam sem etiquetas nas fardas, 13/07/2013, O Globo, p. 4), numa notícia que criticava a falta de identificação dos policiais no dia da manifestação, mesmo criticando a repressão policial.

O jornalista Sérgio Ramalho, na notícia em que descreve um participante de Black Bloc a partir de consultas em redes sociais, no jornal O Globo, fez coro às narrativas anteriores ao dizer que Black Blocs não fazem parte dos protestos, e seus participantes “não se integram aos demais”:

Na prática, a alcunha de ‘tropa de choque dos protestos’ adotada pelo grupo cai por terra durante as passeatas. Os Black Blocs não se integram aos demais manifestantes. Por diversas vezes durante o ato das centrais sindicais [ocorrido no dia 11/07], integrantes do grupo hostilizaram sindicalistas, estudantes e populares. Usando megafones, xingaram os sindicalistas que pediam aos participantes do ato que não usassem máscaras e, sobretudo, não insultassem os PMs, que, até então, apenas acompanhavam a passeata (RAMALHO, 14/07/2013, O Globo, p. 7).

Essas declarações parecem não levar em consideração o fato de que manifestações sociais são compostas por diversos grupos, não são homogêneas, compostas apenas por um único grupo ideológico de manifestantes que devem empregar uma única tática de

luta, assim como outros manifestantes sindicalistas e da esquerda institucional tentam dominar ou controlar movimento popular.

Dessa forma, a acusação de Black Blocs não são parte do movimento, mas infiltrados, foi feita tanto por parte dos próprios jornalistas e governantes políticos, quanto por parte de manifestantes da esquerda institucional, como sindicalistas e membros de partidos políticos de esquerda. Segundo a jornalista Bárbara Santos, o Black Bloc *invadiu* um protesto pacífico: “Protesto acaba em depredação nas ruas de SP: Integrantes dos Black Blocks invadem passeata pacífica em apoio ao Rio, destroem 13 bancos e queimam veículo da Rede Record” (SANTOS, 27/07/2013, Estado de São Paulo, p. A18).

Na notícia, publicada no Estado de S. Paulo, no dia 27 de julho, podemos perceber o quanto alguns manifestantes e também jornalistas entendem a manifestação como um movimento fechado e homogêneo, que só pode acontecer se controlado por um líder ou um grupo de líderes. Os ditos líderes da esquerda institucional tentaram até mesmo controlar as reivindicações, alegando que somente uma pauta poderia ser reivindicada no protesto, a cassação do mandato de Sérgio Cabral, como se retirar somente um governador do poder fosse acabar com toda a opressão causada pela governança política. Quando o Black Bloc pediu “Fora Alckmin” (fazendo referência a Geraldo Alckmin, na época governador de São Paulo), provou que não era possível controlar os manifestantes:

Uma passeata pacífica de 300 pessoas na Avenida Paulista em apoio aos protestos cariocas [contra o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral] se transformou em uma marcha de depredação. Ao menos 12 integrantes dos Black Blocks tomaram a liderança do ato, depredaram 13 agências bancárias e queimaram um veículo da Rede Record. Uma faixa contra o governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), foi aberta. (...)Os Black Blocks queriam até estender uma faixa escrita ‘Fora Alckmin’, mas foram impedidos por organizadores. ‘Agora é a vez do Cabral’, respondeu um deles (SANTOS, 27/07/2013, Estado de São Paulo, p. A18).

Na mesma página, uma fotografia de manifestantes em frente a uma faixa escrita “Vaza Cabral”, saiu com a seguinte legenda: “Em apoio ao Rio. Protesto paulistano contra o governador Sérgio Cabral começou no vão do Masp e teve *infiltração* de anarquistas” (SANTOS, 27/07/2013, Estado de São Paulo, p. A18).

A versão de que ativistas radicais não fazem parte dos protestos, mas são infiltrados com o objetivo de tumultuar manifestações ordeiras e pacíficas para gerar pânico também foi propagada pelos jornais devido a visita do Papa ao Brasil, que aconteceria entre os dias 22 e 28 de julho. No dia 6 de julho, antes da chegada do Papa, o jornal

Folha de São Paulo, publicou uma notícia revelando o medo do governo de que “manifestantes radicais” possam se “infiltrar” nos protestos para gerar pânico:

No Rio, os órgãos de inteligência detectaram que grupos radicais e traficantes se infiltrariam entre os manifestantes para criar pânico.

Além da preocupação dos responsáveis em evitar que isso aconteça, o receio ainda maior é que, caso haja algum problema, o papa fique em uma situação de risco (MARTINS, 06/07/2013, Folha de São Paulo, p. A10).

O editor do jornal Folha de São Paulo, posteriormente (no dia 18 de julho) referindo-se à protestos que poderiam acontecer durante a visita do Papa ao país, defendeu que “Protestar não é pecado. Desde que sem violência, manifestações durante a visita do papa precisam ser tratadas como um fenômeno que faz parte da democracia” e, referindo-se à uma declaração dada pelo Vaticano quanto a “ameaça” de protestos, o editor afirmou:

Parece prevalecer na declaração e nas atitudes do Vaticano, ainda assim, a percepção de que manifestantes, no exercício pacífico de seu direito, não representam ameaça nem podem ser confundidos com criminosos.

Essa é uma lição que as autoridades brasileiras, perdidas entre o abuso da força contra protestos não violentos e a omissão diante de atos de vandalismo, ainda precisam assimilar (PROTESTAR não é pecado, 18/07/2013, Folha de São Paulo, p. A2).

A preparação para proteger o Papa foi um assunto constante nos jornais. No dia 19 de julho, na capa do jornal Folha de São Paulo, uma notícia com o título “exército barrará mascarados em área onde papa celebrará missas” (EXÉRCITO barrará mascarados em área onde papa celebrará missa, 19/07/2013, Folha de São Paulo, p. A1) mostra o quanto o governo estava se armando contra a população.

Engrossando essas narrativas de depreciação dos Black Blocs e seus participantes, o jornalista Ruy Castro, num artigo de opinião intitulado “Más companhias” pintou blackblockers da seguinte forma, no jornal Folha de São Paulo, no dia 19 de julho:

A composição social desses grupos radicais também é um mistério. Fala-se nos ‘Black Blocs’, mais notáveis pelos capuzes, máscaras e roupas pretas e armamento pesado. Mas há também anarquistas, representantes do tráfico desarticulado pelas UPPs, ex-trocadores de vans tiradas das ruas, vadios avulsos e talvez adeptos de um ou outro político.

Não é o tipo de gente com quem os meninos das manifestações deveriam socializar (CASTRO, 19/07/2013, Folha de São Paulo, p. A2).

No mesmo jornal, outro artigo de opinião intitulado “Improvisação, aventura e caos”, escrito por Bertrand de Orleans e Bragança, trouxe uma visão conservadora dos manifestantes mais radicais ao acusá-los de despotismo:

Iludindo incautos, [grupos revolucionários]visam uma democracia direta das ruas, pela qual minorias de ativistas radicais *imponham* à sociedade e às autoridades (acuadas ou coniventes) um difuso *despotismo*, contrário á propriedade privada, destruidor da família, propugnador de estilos de vida alternativos e com notas crescentes de militância anticristã. Movimentos como o Occupy Wall Street ou os chamados Indignados na Espanha são disso exemplos recentes (BRAGANÇA, 19/07/2013, Folha de São Paulo, p. A3).

A defesa de manifestações pacíficas também é feita através da publicação de mensagens enviadas aos jornais, pelos leitores. Interessante notar como a seção do jornal dedicada a publicar cartas de leitores é praticamente unânime, todos defendem manifestações pacíficas, a prisão dos “vândalos e arruaceiros” e alguns defendem ainda que black blockers são infiltrados e não, parte dos manifestantes.

Um leitor do O Globo escreveu: “Fica claro que a minoria baderneira que promoveu o vandalismo no Leblon e em Ipanema [na manifestação no bairro do Leblon, ocorrida no dia 17 de julho, em frente a casa do então governador Sérgio Cabral] é formada por pessoas ligadas a movimentos contrários aos dos manifestantes, que de forma pacífica demonstraram que não se simpatizam com o *modus operandi* de governar do sr. Sérgio Cabral (...)” (*apud* MANIFESTAÇÃO e vandalismo, 17/07/2013, O Globo, p. 17).

No jornal Folha de S. Paulo, no dia 20 de julho, outro leitor declarou: “Aproveitando a onda de ‘protestos’, alguns bandidos oportunistas depredam tudo o que vêm pela frente, fazendo com que algumas pessoas acreditem ser coisa normal dos movimentos o caos estabelecido” (*apud* PROTESTOS, 20/07/2013, Folha de São Paulo, p A3).

A alegação de que black blockers têm o único objetivo de destruição

Como vimos no capítulo anterior ao tratar da grande mídia internacional, a alegação de que os participantes de Black Blocs são jovens com o único desejo de quebrar e destruir tudo o que vêm pela frente é comum entre jornalistas. Nos jornais nacionais que investigamos, essa tendência também pode ser observada.

No dia 16 de julho, um dos editores do jornal O Globo afirmou que esses manifestantes aproveitam as passeatas para praticar atos de vandalismo e chega a incentivar a polícia a se preparar melhor para a repressão:

VISÍVEIS AGORA no Brasil devido à volta das manifestações de rua, grupos radicais violentos desafiam as polícias, há muito tempo, em várias cidades do mundo. Costumam aproveitar passeatas e concentrações para promover vandalismos. HÁ TÉCNICAS já desenvolvidas, na área de segurança pública, de administração do problema, sem danos colaterais que ponham o cidadão comum em risco.
É HORA de as PMs brasileiras se adestrarem (MANUAL, 16/07/2013, O Globo, p. 6).

No dia 17 de julho, numa entrevista à jornalista Ana Cláudia Costa, o comandante da PM do Rio de Janeiro Erir Costa Filho, mesmo assumindo que a PM exagerou na repressão às manifestações, ao ser perguntado sobre como o comandante enxergava os

“manifestantes envolvidos em atos de vandalismo”, ele respondeu que “Existe um grupo que vai [na manifestação] para fazer arruaça, com roupas pretas e rostos cobertos. A Polícia Civil já está investigando a atuação deles” (COSTA, 17/07/2013, O Globo, p. 6).

No mesmo dia, uma manifestação no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, bairro onde residia o então governador do Estado, Sérgio Cabral, black blockers quebraram as vitrines da loja de roupas de grife Toulon. Nos dias seguintes os jornais colocaram a polícia como vítima e os Black Blocs como infiltrados no movimento até então pacífico, esforçando-se para criminalizá-los.

O jornalista Marcelo Carnaval, no dia 19 de julho, em um artigo intitulado “Black Blocs e a baderna premeditada”, publicado no O Globo por ocasião dos protestos em frente à casa de Sérgio Cabral, no bairro do Leblon, alegou que os black blockers “Deram duas voltas pelo bairro [Leblon], pois, na primeira, não conseguiram criar um clima de animosidade suficientemente grande para começar a baderna. Na segunda, atingiram seu objetivo.” (CARNAVAL, 19/07/2013, O Globo, p. 11).

Carnaval alega que os atos de vandalismo foram iniciados pelos black blockers, a polícia apenas reagiu:

O arremesso de uma bomba de fabricação caseira foi o estopim que faltava para a polícia enviar uma chuva de bombas de gás lacrimogêneo em direção ao grupo e aos manifestantes que estavam atrás. Ato que transformou como mágica grande parte do grupo em arruaceiros, contradizendo tudo o que cantaram no caminho. Uma violência sem a participação da polícia (CARNAVAL, 19/07/2013, O Globo, p. 11).

No Estado de S. Paulo, uma manifestante fez a seguinte afirmação, que foi transmitida na notícia intitulada “Na Avenida Rebouças, clima de medo e perplexidade”: “Apesar de não serem todos os manifestantes que fazem quebra-quebra, é ruim ver a burrice de quem age com violência” (*apud* P. S., 31/07/2013, Estado de São Paulo, p. A12). Quando transmitidas em jornais de massa, falas como esta, têm um grande alcance e um peso considerável na opinião pública.

Como dissemos anteriormente, a acusação dos manifestantes revolucionários, dos black blockers e simpatizantes também foi feita, nos jornais corporativos, através da exibição de mensagens enviadas por leitores que corroboravam com a repressão desses manifestantes e com as concepções dos governantes socioculturais de vandalismo e violência sem causa: “O que fizeram no Rio foi vandalismo puro! Depredar patrimônio de quem quer que seja não se justifica. Contra o que estavam protestando mesmo? Ficou em segundo plano, porque a mídia mostrou somente o vandalismo.” (*apud* REAÇÃO

aos vândalos, 20/07/2013, O Globo, p. 19). Opiniões baseadas no senso comum, como as afirmações presentes nesta mensagem, enviada por uma mulher ao jornal O Globo, no dia 20 de julho, expõe esses clichês em poucas palavras.

Outra leitora tentou depreciar o Black Bloc com o seguinte comentário:

Não é com violência que se constrói um país. Não é com quebra-quebra que nossas mazelas serão destruídas (...). Não são mascarados do bem. São pessoas que escondem o rosto porque sabem o que estão fazendo. (...) Afinal, não podemos ficar atrás das grades, enquanto vândalos ficam nas ruas destruindo os sonhos de uma manifestação branca, com o único objetivo: paz. (*apud* MANIFESTAÇÃO e vandalismo, 19/07/2013, O Globo, p. 17).

Em outra mensagem um leitor chegou a desconfiar do porquê a polícia *deixou* que os manifestantes quebrassem a loja da Toulon no Leblon, para ele “os atos de vandalismo são de pessoas preparadas e treinadas”. Outro leitor, ao acusar black blockers de infiltração nas manifestações, afirmou que “As cenas lamentáveis de baderna de quarta-feira corroboram o que já estava claro: existe um movimento infiltrado nos protestos, que vai às ruas com o objetivo de promover a desordem e provocar a polícia” (*apud* MANIFESTAÇÃO e vandalismo, 19/07/2013, O Globo, p. 17). No Estado de São Paulo, uma das mensagens dizia que “esse quebra-quebra é uma demonstração de que para baderneiros qualquer lugar é lugar” (*apud* E a baderna continua, 29/07/2013, Estado de São Paulo, p. A2).

A aproximação de manifestantes radicais e black blockers a grupos fascistas e nazistas também foi uma forma de depreciação propagada nos jornais. No dia 18 de julho, a jornalista Vera Araújo, no jornal O Globo, chamou o professor da UFRJ Paulo Baía para explicar o fenômeno Black Bloc. Baía trouxe uma narrativa em que aproximava Black Blocs de skinheads, segundo o professor da UFRJ, as ações mais violentas nas manifestações podem ser praticadas por três grupos de pessoas: os que seguem uma política ideológica, formada por anarquistas, trotkistas, leninistas e partidos de oposição; o grupo de natureza sociocultural, que inclui os funkeiros, skinheads e Black Blocs, punks e torcidas organizadas; o terceiro grupo é composto por pessoas ligadas ao crime, como traficantes, milicianos e bandidos comuns.

A primeira linha é formada por anarquistas, trotkistas, leninistas, partidos de oposição que acreditam na violência como meio de revolução. A outra faixa tem funkeiros, skinheads e Black Bloc, que se tornaram visíveis com as manifestações, além dos punks e das torcidas organizadas. Por último, temos os bandos com vínculos com facções criminosas, como traficantes, milicianos e bandidos comuns – explicou Baía (ARAÚJO, 18/07/2013, O Globo, p. 9).

Na seção destinada a publicar mensagens dos leitores, um leitor escreveu: “Aliens? Ninjas? Nazistas? Vendedores de Telexfree? (...) Há organizações internacionais estimulando o vandalismo” (*apud* Dos Leitores, 20/07/2013, O Globo, p. 19). A

opinião enviada por um leitor, publicada no jornal O Globo do dia 20 julho, traz um clichê muito repetido inclusive por porta-vozes de movimentos da esquerda.

Outro leitor foi ainda mais incisivo: “O aspecto predatório de uma minoria de anarquistas vândalos infiltrados estrategicamente no tecido de manifestações autênticas e ordeiras retrata o sintoma patológico de psicopatas orquestrados através da manipulação maquiavélica de traficantes, delinquentes, criminosos soltos ou evadidos de presídios, fascistas e extremistas doentios, que como um câncer atuam em poucas células com grande poder de estrago (...)” (*apud* Dos Leitores, 20/07/2013, O Globo, p. 19).

No mesmo tom, Felipe Santa Cruz, presidente da OAB/RJ alegou que as ações empreendidas pelos Black Blocs beiravam o fascismo. Para o advogado, o protesto começou “legítimo” e depois “desdordou para uma manifestação com traços de fascismo”. A acusação foi reportada no jornal Estado de São Paulo, no dia 19 de julho, após os protestos no Leblon. Essa acusação está embasada na ideia de que só seriam legítimos protestos e ações pacíficas e que os ativistas que empreendem ações violentas são, automaticamente, taxados de fascistas (THOMÉ, C., TOSTA, W. 19/07/2013, Estado de São Paulo, p. A17).

Um leitor do jornal O Globo, teve a seguinte mensagem publicada no jornal do dia 20 de julho:

Por que o comando da PM não deu ordem para combater o vandalismo praticado no Leblon e nem em Ipanema? Era tarefa fácil: bastaria os soldados seguirem os cinegrafistas, que filmaram tranqüila e detalhadamente os bandidos quebrando tudo o que viam pela frente, e saqueando o que podiam. A total ausência do estado fez com que a população do Rio assistisse, perplexa, aos atos de furto, roubo, destruição de propriedade, sem que os criminosos fossem imediatamente impedidos e presos. Nós, cidadãos cariocas, ficamos com a sensação de que o estado não consegue minimamente nos proteger. A quem interessa esse estado de anarquismo? (*apud* Dos Leitores, 20/07/2013, O Globo, p. 19).

No mesmo jornal, numa notícia com o título “Os entraves legais para punir ação de vândalos: Depredação é crime mais leve; quadrilha é difícil de caracterizar” os jornalistas trazem falas da chefe da Polícia Civil, Martha Rocha, e tentam encaixar os manifestantes numa lei que possa puni-los e prende-los os sem que seja fácil (devido a fianças acessíveis) retirá-los da cadeia (BARRETO, D., BOTTARI, E., 20/07/2013, O Globo, p. 16).

Comparar Black Blocs a skinheads foi uma difamação muito usada por jornalistas, um editor do Estado de São Paulo, por exemplo, além de acusar os Black Blocs de infiltração nos movimentos alegou que “Nenhum deles – sejam os autoproclamados anarquistas como os Black Blocks, os skinheads, os funqueiros ou os simples bandidos

– esconde sua clara adesão aos atos violentos para atingir os objetivos tão vagos que a violência em si parece satisfazê-los.” (A BAGUNÇA vai se instalando, 30/07/2013, Estado de São Paulo, p. A3). O editor chegou a igualar os black blockers ao fascismo, alegando que os dois grupos possuem o único objetivo de serem violentos.

De forma igualmente esdrúxula, ele inclui no mesmo grupo, os funqueiros, como se gostar de um estilo musical deixasse as pessoas automaticamente violentas. Considerando que o funk é um estilo musical predominante nas favelas e que seus compositores são majoritariamente negros (e oprimidos violentamente pelas governanças institucionais), não podemos deixar de pontuar o racismo contido neste editorial.

A questão da legitimidade e da não-legitimidade de manifestantes

A questão da legitimidade das manifestações foi discutida diversas vezes nos jornais corporativos que, como já dissemos anteriormente, começaram a defender que manifestações legítimas, eram apenas as pacíficas. Ao noticiar as manifestações do dia 11 de julho, numa notíciado jornal O Globo, a jornalista Leticia Fernandes disse que um grupo de “cerca de cem pessoas, muitas com os rostos encobertos, vindas do protestos do Centro, se juntou aos manifestantes, e o clima ficou mais tenso.” Apesar de neste momento o jornal já estar assumindo a violência policial, uma atitude que se deu apenas devido apoio corporativista a jornalistas da grande mídia que foram agredidos e à extensa crítica popular à truculência policial, o jornal deu espaço e voz ao governador Sérgio Cabral, quando transmitiu a nota publicada no site oficial do governo, condenando black blockers e simpatizantes:

O vandalismo não será tolerado no Estado do Rio de Janeiro. Grupos que vão para as ruas com o objetivo claro de gerar o pânico e destruir o patrimônio público e privado tentam se aproveitar das recentes manifestações legítimas de milhares de jovens desejosos de participar e aperfeiçoar a democracia conquistada com muita luta pelo povo brasileiro (*apud* FERNANDES, 11/07/2013, O Globo, p. 6).

Nesse caso, podemos constatar não apenas o esvaziamento do sentido político das ações diretas como também a ideia de que existe apenas um tipo de democracia, a democracia do Estado e do capital, e apenas um tipo de manifestantes que podem ser considerados legítimos, aqueles que respeitam o Estado e o capital. Ao perceber que um grupo não age assim, sua ação é descredibilizada e seus corpos merecem apanhar. Um detalhe interessante é que nada foi dito, por parte do governo, sobre os policiais

que além de jogar gás lacrimogêneo e atirar balas de borracha em uma casa de saúde, tentaram invadi-la à força no encalço de manifestantes.

Outro exemplo disso foi o texto publicado no dia 19 de julho, pelo jornalista Luiz Garcia, editor chefe do O Globo, que evidencia a maneira como a discussão foi trazida nos jornais:

É indiscutível que, por mais justa que fosse a causa, a rapaziada caiu na bagunça. Talvez seja mais correto dizer que, no meio de uma manifestação legítima e em boa causa, havia grupos que perderam o controle, se é que já não saíram de casa sem ele. E seu comportamento obviamente prejudicou a visão da opinião pública sobre um protesto absolutamente legítimo. Não é fácil, para os legítimos líderes dos eventos, evitar que isso aconteça – mas devem ter essa preocupação, evitá-lo tanto quanto possível (...) É dever e interesse dos manifestantes legítimos fazerem o possível para não serem confundidos com baderneiros, amadores e profissionais (GARCIA, 19/07/2013, O GLOBO, p. 19).

Quando a loja da Toulon e outras lojas foram depredadas no Leblon, no dia 18 de julho, bairro do então governador do Estado Sérgio Cabral, os moradores reclamaram e não entenderam o porquê dos atos. Sem compreender os símbolos do capitalismo e as opressões sofridas diariamente pelo povo, uma moradora do Leblon afirmou “Acho complicado as pessoas destruírem lojas que não têm nada a ver com o governo”.

Intitular as ações diretas como vandalismo, mesmo depois de mais de um mês de manifestações sociais e o próprio reconhecimento do emprego da tática Black Bloc nas ruas e dos seus alvos econômicos e políticos, pode ser entendido como uma posição política dos jornais. No jornal O Globo, por exemplo, um mapa intitulado “O caminho do vandalismo”, foi publicado no dia 19 de julho, mostrando os alvos atacados pelos manifestantes. Nesse momento, as pessoas que tiveram voz no jornal (apenas moradores do Leblon e manifestantes contrários à tática Black Bloc) não entenderam os alvos atacados, no entanto a maior parte deles eram bancos e lojas de grife, símbolos do capitalismo e da opressão social daqueles que pouco recebem dentro do sistema capitalista.

DESORDEM URBANA



Alvo. Casos de vidro em frente a agência bancária na Av. Atlântica do Pólo.



Estilhaços. Mulher fotografa carros à portaria do prédio Leblon Office Tower



Depredação. Diretor da Touran, Mario Gobello conversa com policiais

Destruição muda paisagem de ruas do Leblon

(O Globo, 19/07/2013, p. 10)

As imagens de manifestantes quebrando vidraças de bancos foram continuamente repetidas nas páginas dos jornais, tanto os jornais impressos, quanto os televisivos, induzindo os leitores e telespectadores a condenar os manifestantes. Segundo Wallace de Moraes, referindo-se a cobertura do grupo Globo desta manifestação

As imagens como foram postas pareciam crimes hediondos, equiparavam-se a homicídios dolosos, a atrocidades contra a humanidade. As vidraças quase que se equivaleram a crianças indefesas sendo destroçadas, decapitadas a sangue frio por carrascos vestidos de preto. Argumentavam que eram ‘vândalos, fascistas, autoritários, violentos, covardes’ por terem atacado nada mais que vidros e manequins. É importante lembrar que os insurgentes jamais fizeram uso de arma de fogo ou algo equivalente (MORAES, 2018a, p. 250, 251).

No mesmo dia a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) soltaram uma nota de repúdio divulgada no jornal Estado de São Paulo sobre o ataque sede da Rede Globo no Leblon e ao carro de reportagem do SBT:

“Esses atos de vandalismo são incompatíveis com o legítimo direito á manifestação, e refletem o caráter autoritário de quem os pratica. A violência contra veículos de comunicação é também contra a liberdade de expressão e a democracia. Em última análise, busca atingir o direito dos cidadãos de serem livremente informados” (apud THOMÉ, C., TOSTA, W., 19/07/2013, Estado de São Paulo, p. A17).

A declaração de uma integrante do Movimento Passe Livre sobre o ataque a alvos econômicos e políticos, colhida pelo cineasta Carlos Pronzato, no documentário “A partir de Agora”, também se faz oportuna neste momento. Segundo a manifestante

(...) a imprensa começou a fazer aquele recorte dos vândalos e dos pacíficos, o movimento não compra isso daí não, a gente acha que vândalo é o Estado. Se tem um vândalo, esse vândalo é o Estado. Então se o cara saqueia um saco de arroz ali, saqueia uma televisão de plasma, seja lá o que for, não sei, se o cara vai lá e arreventa tudo porque não agüenta mais ser tratado que nem sardinha num

ônibus lotado, ter que tirar dinheiro do arroz, feijão pra pagar ônibus, esse vandalismo é o primeiro, ele só ta respondendo de forma digna. E aí a gente aponta que a preocupação da imprensa foi muito mais se queimou ou não queimou a lixeira do que se bateu ou não bateu no manifestante. Então, pra imprensa [é] tranqüilo depredar pessoas, agora, depredar coisas não pode. A gente tem sido depredado cotidianamente há muitos anos, acho que desde sempre né?! Desde que existe poder, desde que existe uma classe que ta no poder, a gente é sempre depredado fisicamente. Agora, não pode quebrar um vidro, não pode quebrar uma lixeira (*apud* PRONZATO, 2014, 79min.).

A partir da manifestação deste dia - ocorrido no bairro da zona sul do Rio de Janeiro (bairro nobre da cidade), num protesto contra Sérgio Cabral, que três anos depois (2016) foi preso acusado de inúmeros atos de corrupção, como desvio de verba pública, lavagem de dinheiro e organização criminosa, além de outros – o então governador do Rio de Janeiro, juntamente com a Polícia Militar e a OAB/RJ criaram uma Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV), com poderes de acesso ao sigilo de manifestantes, através de linhas telefônicas, por exemplo.

A declaração do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral foi publicada no jornal Estado de São Paulo (no dia 19 de julho), onde a fala do governador teve espaço. Sua declaração evidencia que o único sentido de democracia entendida por ele é aquela que concebe o Estado e a proteção ao patrimônio capitalista dos ricos como legítimos:

‘Os atos de vandalismo na madrugada de ontem no Leblon e em Ipanema são uma afronta ao Estado Democrático de Direito (...) O governo reitera a sua posição de garantir, por meio das forças de Segurança Pública, não só o direito à livre manifestação, como também o de ir e vir e a proteção do patrimônio público e privado.’ (*apud* TOSTA, W., GOMES, M. 19/07/2013, Estado de São Paulo, p. A17)

Nesse momento, podemos perceber também uma cobrança cada vez maior dos jornalistas, editores e até mesmo leitores no sentido de intensificar da repressão policial. Muitos sugerem que a polícia se especialize para não punir “manifestantes legítimos” enquanto os “vândalos” e “bandidos” quebram tudo. Outros propõem ainda que a polícia se especialize em distinguir os manifestantes “legítimos” daqueles que “não são legítimos”.

No jornal O Globo opiniões editoriais incentivando a punição dos black blockers foram publicadas no dia 19 de julho: “Não se trata de uma crise qualquer. Esta onda de violência precisa ser enfrentada com a atuação da Justiça e do Ministério Público próximos das polícias”, segundo o editor “O avanço desta violência requer um profundo exercício de reflexão das autoridades, assim como da sociedade, para que democracia não passe a ser entendida como sinônimo de insegurança e anarquia – que

não é. (A SEGURANÇA pública em xeque, 19/07/2013, O Globo, p. 18), e mais à frente o mesmo editor afirma:

É inconcebível que pessoas disfarçadas de ‘manifestantes’, com vestimentas já características e inseparáveis mochilas, continuem a transitar em liberdade na área de passeatas, apenas à espera do momento de atacar. E não importa a sua motivação – se a delinqüência da política regional, do crime organizado ou de delirantes organizações ideológicas (A SEGURANÇA pública em xeque, 19/07/2013, O Globo, p. 18).

No entanto parecia ser concebível para os editores do jornal que o pedreiro Amarildo Dias de Souza, morador na favela da Rocinha no Rio de Janeiro, tenha desaparecido após ser abordado por policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha no dia 14 de julho. Amarildo foi torturado e morto por um comandante da PM. Seu corpo nunca apareceu. Nas páginas dos jornais apenas algumas menções ao seu desaparecimento foram feitas. Nenhuma comissão especial de investigação foi criada pelo governador do estado para a investigação do seu desaparecimento. A Polícia Militar do Estado permaneceu com seu sigilo resguardado, com a proteção da governança política.

No dia 20 de julho, no jornal O Globo, uma leitora, após apoiar protestos pacíficos, chamando-os de legítimos por respeitarem a “ordem, o patrimônio e a individualidade de cada cidadão”, afirmou sobre os black blockers: “Estes delinqüentes sempre usam capuz ou cobrem seus rostos, na tentativa de não serem identificados. Estes não são os manifestantes dos protestos; são marginais ou gente paga pra desestabilizar o governo, ou desvirtuar o foco dos protestos legítimos.” (REAÇÃO aos vândalos, 20/07/2013, O Globo, p. 19).

As opiniões foram publicadas após a manifestação ocorrida no Leblon, na noite do dia 17 de julho. Precisamos pontuar que nenhum comentário foi feito no jornal sobre a violência dos governos e do capitalismo nas periferias e comunidades onde moram aqueles que vão trabalhar no Leblon. Nesse sentido, achamos necessário reportar o depoimento de uma ex vendedora da loja Toulon (atacada pelos manifestantes no ato do dia 17 de julho). O depoimento não apareceu nos jornais corporativos, mas sim na rede social Facebook:

“DEPOIMENTO DE UMA EX VENDEDORA DA TOULON (Por AluanaGuilarducci)

Eu tô vendo um monte de gente incomodado com o quebra-quebra na Toulon. Sei que é polêmico o que eu vou dizer, mas eu, como ex vendedora de loja, que trabalhava de 12/14h por dia em dias de grande movimento, sem ganhar hora extra, sem salário fixo, sem descanso no fds, tendo que chegar cedo pra limpar loja, tendo a bolsa e o corpo revistado ao sair, obrigada a bater meta, sob ameaça de ser mandada embora constantemente se não fosse rentável, tratada como

produto da loja, obrigada a estar impecável, com as unhas e cabelos feitos no padrão da empresa (nada mais violentador pra mim do que ouvir que eu era um produto tb), vou ser bem franca, se eu trabalhasse ali EU ADORARIA VER A LOJA ARDER. Acho que eu acordava às 6h da manhã sonhando com isso todos os dias enquanto eu trabalhava em loja. Imagino que muitos vendedores de loja de Ipanema hj acordaram pensando “Droga! Pq não foi a minha loja?!” (apud MORAES, 2018a, p. 252).

Infiltração Policial

Além dos casos de infiltração policial já descritos acima (como na manifestação do dia onze de julho, por exemplo), outros ainda chamaram a atenção. No protesto ocorrido no dia 22 de julho, no Rio de Janeiro, por ocasião da visita do Papa Francisco ao Brasil e seu encontro com a então presidente do Brasil Dilma Roussef e o governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, ainda que alguns policiais infiltrados na manifestação tenham sido reconhecidos e colocados pra fora do protesto, outros permaneceram e lançaram coquetéis molotov na direção de outros policiais, como mostra um vídeo do feito pelo coletivo midiativista Mídia Ninja³⁴. Segundo Wallace de Moraes, neste dia até mesmo balas de verdade (e não apenas as de borracha) foram ouvidas antes de chegar a notícia de três manifestantes feridos por arma de fogo e diversas prisões, inclusive de integrantes do Mídia Ninja.

Nos jornais da grande mídia a narrativa foi escrita de modo a fazer acreditar que o confronto teria começado pelos próprios manifestantes. Não há menção a armas de fogo, nem à forma como os manifestantes foram brutalmente presos pela polícia³⁵. No dia 23 de julho o jornal O Globo noticiou que “O tumulto começou sob as ordens de um manifestante com o rosto encoberto” após um telefonema, sem mencionar que na verdade se tratava de um policial infiltrado:

O tumulto começou sob as ordens de um manifestante com o rosto encoberto. Assim que foi anunciada a saída do Papa do Palácio Guanabara, o mascarado recebeu um telefonema e ordenou que um grupo de mais de 20 jovens colocassem máscaras e toucas ninjas e atacassem. O grupo arremessou garrafas d’água, coquetéis molotov e pedras contra os policiais militares. Um manifestante teria sido detido com 20 coquetéis molotov. Uma das bombas chegou a cair num posto de gasolina, gerando pânico entre os funcionários e clientes, que ajudaram a apagar um foco de incêndio (...) a PM culpou os Black Blocs pelo início da confusão (AMORIM, et. al., 23/07/2013, O Globo, p.3).

Na capa do jornal, uma notícia também não menciona os policiais infiltrados, mas dá a entender que Black Blocs, esses sim infiltrados num protesto pacífico e “legítimo”

³⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=xK9ZdV1Ao-4&t=43s>

³⁵ Com destaque para o manifestante Bruno Telles que foi imobilizado e tomou choque elétrico no coração, antes de ser arrastado pelos policiais até o carro de polícia. Vários vídeos, no entanto, mostram que Bruno Telles sequer portava algum objeto que pudesse lhe incriminar. Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=xK9ZdV1Ao-4&t=5s>>. Acesso em 8 mar. 2022.

começou o confronto com os policiais: “um grupo de baderneiros infiltrados num protesto nas imediações do palácio [Guanabara] entrou em confronto com a polícia e o Batalhão de Choque (...)” (E na frente do Guanabara, 2/07/2013, O Globo, p. 1).

Apenas no dia seguinte, 24 de julho, o jornal O Globo cogitou a possibilidade de os atos de depredação terem sido engendrados por policiais infiltrados, isso após inúmeros vídeos evidenciarem o fato. Segundo os jornalistas Chico Otávio, Cristina Tardáguila e Vera Araújo

O ministério público vai investigar vídeos divulgados ontem nas redes sociais, em que supostos policiais do serviço reservado (P-2) da PM aparecem infiltrados no protesto feito em Laranjeiras, na segunda-feira, durante a recepção ao Papa Francisco. Ao longo do dia uma série de vídeos circulou na internet, mostrando homens fortes, com cortes de cabelo do tipo militar, transitando com facilidade pelas barreiras policiais (ARAÚJO, et. al., 24/07/2013, O Globo, p. 8).

Ainda assim, numa seção editorial de título “Opinião”, ao lado da notícia supracitada, o jornal instigou a prisão de manifestantes e fechou os olhos para a violência penal, estatal e jurídica:

A DENÚNCIA feita pelo Ministério Público contra Gabriel Campos Pessoa de Mello e Arthur dos Anjos Nunes, por uso de explosivos, formação de quadrilha e incitação ao crime, é uma bem-vinda reação do Estado, em nome da sociedade, a ações violentas cometidas em manifestações de rua.

PRECISA SE repetir quantas vezes forem necessárias para reafirmar os limites legais ao direito à liberdade de expressão.

OS DOIS, segundo o MP, participaram de manifestações em junho, em frente à Alerj e à Prefeitura.

COM a instalação da comissão especial formada por representantes do MP e polícias, espera-se que as denúncias à Justiça contra vândalos tramitem de forma mais rápida (AGILIDADE, 24/07/2013, O Globo, p. 8).

A tentativa de reger a manifestação e o incentivo à punição e criminalização dos Black Blocs

A tentativa de reger os manifestantes ou pelo menos de tentar controlá-los não está presente apenas nos protestos internacionais, como mencionaram Dupuis-Déri e Ned Ludd, no capítulo anterior. Durante a Revolta dos Governados de 2013 no Brasil, a tentativa de reger os demais manifestantes pode ser constatada principalmente por parte de manifestantes da esquerda institucional, como sindicalistas e membros de partidos políticos progressistas. Nos jornais corporativos esses porta-vozes de movimentos institucionais tiveram suas “exigências” de manifestação pacífica publicadas em diversas notícias.

As centrais sindicais começaram a se reunir para traçar regras à manifestação que estava marcada para ocorrer no dia 11 de julho, já na primeira semana do mês. No dia 2 de julho, o Estadão, ao noticiar uma dessas reuniões transmitiu a declaração do

Deputado Federal e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (PTB), conhecido como Paulinho da Força, que assegurou garantir “para as autoridades que será uma manifestação pacífica. Não haverá quebra-quebra nem desordem” (DANTAS, 02/07/2013, Estado de São Paulo, p. A15).

Paulo Pereira da Silva também teve sua posição transmitida no jornal Folha de São Paulo, que publicou a fala do Presidente da Força Sindical, “As manifestações têm comandos, serão pacíficas e organizadas”. A tentativa de ter o comando dos manifestantes e da manifestação é nitidamente percebida na fala de Paulinho da Força (*apud* SINDICATOS já escolhem vias que devem parar, 02/07/2013, Folha de São Paulo, p. B4).

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, também teve sua declaração divulgada no Estadão: “Os dirigentes sindicais e os militantes vão impedir qualquer pessoa que queira se aproveitar para fazer vandalismo. Somos contra a violência”. Mais à frente o mesmo ainda reafirmou: “Não queremos caos, queremos um dia de reflexão, queremos construir políticas públicas que atendam aos trabalhadores” (DANTAS, 02/07/2013, Estado de São Paulo, p. A15).

Ricardo Patah reafirmou sua posição no dia 11 de julho, no mesmo jornal, Estadão, “Nossa ideia é não ter violência nem caos. Queremos levar a voz dos trabalhadores para a rua.” (*apud* RIBEIRO, et. al., 11/07/2013, Estado de São Paulo, p. A10). Mais à frente o jornalista reitera que:

Segundo Patah, os trabalhadores foram orientados a fotografar qualquer ato de vandalismo e enviar as imagens por e-mail para as centrais sindicais. A medida faz parte do acordo firmado entre os sindicatos e a Secretaria Estadual da Segurança Pública. As partes combinaram de colocar, em cada um dos 35 pontos, uma liderança sindical e um oficial da PM (RIBEIRO, et. al., 11/07/2013, Estado de São Paulo, p. A10).

Segundo Moraes (2018a) os porta vozes das centrais sindicais pagaram, com dinheiro do trabalhador, carros de som que guiarão o restante das pessoas dizendo palavras de ordem, além de pagarem seguranças para assegurar a integridade da burocracia sindical e garantir que a manifestação não atrapalharia o trânsito das rodovias. Assim, além de tentar ter o domínio dos manifestantes, as centrais sindicais mostraram sua aliança com as forças repressoras (MORAES, 2018a, p. 239).

Após as referidas manifestações, uma notícia publicada no jornal O Globo, revela um “clima de estranhamento” dos manifestantes sindicalistas em relação ao Black Bloc (BERTOLUCCI, RAMALHO, FERNANDES, 12/07/2013, O Globo, p. 5). A própria presidente da República, Dilma Roussef, declarou considerar que “qualquer

manifestação onde haja interrupção de rodovias e atos de violência deve ser condenada (...)” (*apud* CENTRAIS fazem protesto em todo o País, mas sem adesão em massa, 12/07/2013, Estado de São Paulo, p. A4).

As centrais sindicais adotaram a tática de isolar os manifestantes mais radicais para facilitar a reprimenda policial. Como dito anteriormente, policiais infiltrados no Black Bloc iniciaram o confronto ao atirar imitações de coquetéis molotov na própria polícia. Os líderes das centrais sindicais, além disso, denunciaram manifestantes radicais para a PM durante os atos e colocaram o hino nacional pra tocar no carro de som o que, segundo Moraes, serviu para abafar as bombas e os tiros de bala de borracha lançados pela polícia.

O diretor executivo da Anistia Internacional, Átila Roque foi outro que criticou a ação policial, não pela violenta repressão aos manifestantes, mas pela dificuldade da polícia em prende-los, crítica publicada do Estadão, no dia 19 de julho. Segundo Roque “causa estranhamento” a dificuldade da polícia em “mapear, identificar e conter” grupos violentos (THOMÉ, C., TOSTA, W., 19/07/2013, Estado de São Paulo, p. A17).

Para anunciar a formação da Comissão Espacial de Investigação de Atos de vandalismo em manifestações públicas (CEIV), os jornalistas Diego Barreto, Elenilce Bottari e Gustavo Goulart escreveram uma notícia intitulada “Reação aos vândalos”, na qual anunciam a formação da referida comissão que segundo os jornalistas foi criada para “para investigar a ação de vândalos que têm se *infiltrado* nas manifestações.” Na notícia, tanto líderes jurídicos, militares e porta-vozes de movimentos progressistas tem suas falas publicadas no jornal. Os únicos que não tem são os manifestantes radicais, dentre eles, os participantes de Black Blocs. Segundo os jornalistas

O foco será identificar os suspeitos de incitar depredações e estabelecer a relação entre os grupos responsáveis pelo vandalismo. Eles serão indiciados por formação de quadrilha, crime mais grave e inafiançável, evitando o atual ‘prende e solta’.

- É importante centralizar as informações sobre algumas organizações, muitas ligadas a grupos internacionais, para evitar que elas continuem a incitar a violência e atos de vandalismo – disse Marfan [Marfan Vieira, procurador-geral de justiça].

Entre os grupos que serão investigados estão os Black Blocs, que afirmam ter inspiração num movimento anarquista da Europa (BARRETO, et. al., 19/07/2013, O Globo, p. 8).

Importante ressaltar que tal comissão incentiva manifestantes a denunciar ou entregar para a polícia outros manifestantes, facilitando uma “caça às bruxas” dentro dos protestos.

Nos jornais, diversas mensagens enviadas por leitores cobrando melhor eficácia da polícia foram publicadas. Estas mensagens contribuem para criar um clima no qual manifestantes pacíficos acham justo e correto denunciar manifestantes radicais. Um leitor do O Globo cobrou da polícia militar mais “rigor (...) contra vagabundos e arruaceiros que depredaram patrimônio e roubaram lojas”, para ele “Não existe meio-termo e sim o termo 1 (vigiar e proteger o pacifista) e o termo 2 (usar gases, bombas e balas, para eliminar de vez essa corja de vagabundos e ladrões, e prender os que sobraem sem direito a qualquer recurso ou habeas corpus)” (*apud* MANIFESTAÇÃO e vandalismo, 19/07/2013, O Globo, p. 17).

Outro ainda defendeu que manifestações pacíficas são legítimas, porém

(...) a participação de bandos armados com os mais diversos instrumentos de ataque e mascarados, que sempre aparecem para cometer atos de vandalismo contra instituições públicas e propriedades privadas, deveria ser reprimida pelos agentes de segurança. Muito me espanta que os mesmos conseguem praticar seus crimes sem que nada lhes aconteça. Depredação diante dos olhos de qualquer pessoa não é flagrante criminoso? Por que a polícia não os leva presos? A quem interessa a participação desses bandidos? (*apud* MANIFESTAÇÃO e vandalismo, 19/07/2013, O Globo, p. 17).

Um terceiro afirmou que “chegou a hora de tirar estes baderneiros das ruas. Perderam o foco e a razão. Não será assim que mudaremos o nosso país, nosso estado e a nossa cidade para melhor”. Outro leitor escreveu: “apoio as manifestações pacíficas. Fazem parte do direito dos cidadãos. Repudio, como qualquer pessoa de bem, as escaramuças orquestradas por quem quer que seja (...)” (*apud* MANIFESTAÇÃO e vandalismo, 19/07/2013, O Globo, p. 17).

No jornal Estado de S. Paulo, outros ainda, incentivaram uma ação policial mais dura contra black blockers. Tudo isso foi publicado no jornal. Nesse sentido, mensagens como “Já passou da hora das autoridades tomarem as providências cabíveis” e:

E até quando suportaremos impunemente os constantes malfeitos? A justiça e a polícia tem de agir exemplarmente para desestimular a crescente impunidade. É preciso dar um basta. Pelo que aconteceu na Avenida Paulista, que tal um contingente maior da polícia ficar de sobreaviso para fazer um arrastão circundando os quarteirões vizinhos e vir fechando a roda, pegar todos os malfeitores, aprisioná-los, dificultar a soltura, fichá-los e fazê-los indenizar por todos os danos? (*apud* FÓRUM dos leitores, 12/07/2013, Estado de São Paulo, p. A2)

Neste caso acima, o leitor ainda dá sugestões à polícia. Outro leitor segue a mesma narrativa, ao dizer: “Lamentável a alegação da Polícia Militar (PM) de que só age após sinais de violência nas manifestações de rua em São Paulo. Com um pouco de bom senso, bastaria postar-se ao longo das calçadas, impedindo, assim, saques e

depredações” (*apud* FÓRUM dos leitores, 12/07/2013, Estado de São Paulo, p. A2). E ainda outro que afirmou:

Não se compreende uma atuação tão pífia e inoperante da polícia contra a manifestação dos chamados Black Blocs, facilmente identificáveis pelo uso de máscaras e capuzes. Como pode um pequeno bando de anarquistas agir com tanta liberdade, depredando e destruindo tudo o que vê pela frente? (...) Na realidade, não estava nada difícil prender todos os vândalos, deixá-los na cadeia por pelo menos uma semana e somente libertá-los depois de ressarcirem os prejuízos causados. Sr. Governador, manifestação pacífica, sim, vandalismo, não! (*apud* FÓRUM dos leitores, 12/07/2013, Estado de São Paulo, p. A2).

No dia 20 de julho, no jornal Folha de São Paulo um editorial intitulado “Excessos e limites” questionou a ação policial diante de manifestantes radicais:

Tais atos de violência, praticados por pessoas muitas vezes ocultas sob máscaras e capuzes, não podem passar em branco. Num país em que vigora o Estado de Direito, as autoridades e a polícia têm o dever de assegurar a liberdade de manifestação pacífica, mas igualmente de fazer respeitar os limites impostos pela lei.

É inaceitável que forças de segurança mantidas pelo contribuinte simplesmente se mostrem incapazes de cumprir essa missão.

(...)

É constrangedor que o secretário de Segurança de um Estado com a importância do Rio de Janeiro declare que seus homens não sabem como se comportar nessas ocasiões. A quem deve recorrer, então, o proprietário de uma loja depredada ante os olhos da polícia? À segurança privada? Às milícias? (EXCESSOS e Limites, 20/07/2013, Folha de São Paulo, p. A2).

A jornalista Dora Kramer, num artigo de opinião já citado acima, também incentivou a criminalização dos manifestantes radicais, além de acusá-los de não permitirem que as reivindicações dos “manifestantes pacíficos” fossem ouvidas:

Fato é que não dá mais para se olhar com condescendência o vandalismo que toma conta das manifestações de rua e criminalizar a ação da polícia. Ressalte-se a natureza pacífica dos protestos contra o descaso do poder público, mas não se ignore o caráter belicoso das arruaças que já não podem ser atribuídas a um ‘pequeno grupo de vândalos’.

Uma termina desqualificando a outra. As depredações geram repulsa e medo na população que vê a expressão de suas demandas degenerarem em arrastões de violência. Isso é crime comum e como tal precisa ser combatido (...) (KRAMER, 19/07/2013, O Globo, p. A6).

No dia 29 de julho, no jornal Folha de São Paulo, um leitor enviou uma mensagem que foi publicada na seção “Painel do Leitor” do jornal supracitado. Na mensagem o leitor sugere que os black blockers “deveriam ser imediatamente detidos, pois a presença da máscara já é prova robusta de que não se trata de manifestação legal. É início de conduta ilegal contra a segurança pública, até pelo fato de impedir a identificação” (PAINEL do Leitor, 29/07/2013, Folha de São Paulo, p. A3). A área destinada a publicação de mensagens de leitores, como dissemos anteriormente, também é utilizada pelos jornais como forma de domínio ideológico. As mensagens escolhidas pelos editores para serem publicadas podem exprimir opiniões de maneira mais escancarada, sem a falsa obrigação de uma linguagem neutra.

Como vimos, a violência policial foi tratada desde o início apenas como reação, gerando um ar de justificativa para a repressão aos manifestantes. A atitude policial durante a Revolta dos Governados foi uma demonstração de como age o braço armado do Estado para controlar e punir os governados quando questionam e se revoltam contra o *establishment*. A forma como o jornal noticiou, desde os editoriais justificando a violência policial ao dizer que foi apenas um revide, dos artigos de opinião e das mensagens enviadas pelos leitores incentivando uma repressão mais dura, tudo isso denuncia o quanto a grande mídia corroborou com as opressões implementadas pelas governanças política e penal e quanto esses jornais tiveram um importante papel de legitimar a criminalização dos ativistas radicais, manifestantes revolucionários e dos Black Blocs.

CONCLUSÃO

Historicamente os meios de comunicação de massa nacionais cresceram juntamente com o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. Os pequenos jornais sumiram ou foram comprados por aqueles que se transformaram em grandes empresas capitalistas, moldadas pelos princípios da colonialidade, justificando e mantendo os projetos coloniais, imperiais e patriarcais de poder. Seus discursos se tornaram hegemônicos a partir da concentração dos veículos de comunicação e dos diferentes suportes nas mãos de poucos empresários.

Assim, os grandes grupos de comunicação, ainda que não tenham surgido durante o processo do colonialismo, se ergueram a partir do desenvolvimento do mercado capitalista brasileiro, empregando um *modus operandi* hierárquico, capitalista, estadolátrico e opressor, capaz de assassinar saberes populares e não estadolátricos.

Como vimos na cobertura da Revolta dos Governados de 2013 no Brasil, com os jornais nacionais e na cobertura de diversas revoltas populares em outros países, com jornais internacionais, a narrativa utilizada para noticiar manifestantes radicais deixa nítida essa tendência.

A Grande Mídia é uma instituição com poder de influenciar ideologicamente o que uma grande parcela das pessoas consome. Para Nelson Werneck Sodré, quem controla a grande mídia não precisa de golpes militares. Através do convencimento ideológico esta Governança Sociocultural busca construir um consenso da população, levando-a a acatar e aceitar suas demandas. Noam Chomsky também trata do assunto ao dissertar sobre os efeitos da propaganda. Segundo o autor, os programas de Tv operam para domesticar o “rebanho desorientado”, afim de “evitar qualquer desvio que vá além de uma forma vazia de democracia”. Dessa forma, os oligopólios de comunicação trabalham para distrair o povo para que não saiam por aí “urrrando e pisoteando tudo”, porque se as pessoas começarem a pensar, ameaçam o poder instituído. Assim, é necessário distrair e marginalizar através de programas de TV (CHOMSKY, 2019, p. 28)

Assim, os oligopólios de comunicação de massa e mesmo os grandes grupos jornalísticos que não aglomeram diferentes meios de comunicação conseguem se colocar como um “quarto poder” com capacidade para interferir até mesmo nos rumos de grandes manifestações sociais.

Desde a “Batalha de Seattle” em 1999 os Black Blocs ocupam espaço considerável na cobertura de manifestações sociais, nunca passaram despercebidos nas páginas dos jornais corporativos e nas telas de TV da grande mídia. Como apontou Dupuis-Déri, a partir de uma experiência vivida pelo próprio autor, ao cobrir protestos de rua juntamente com uma equipe de TV, os meios de comunicação se preocuparam em posicionar câmeras em lugares onde possivelmente Black Blocs entrariam em ação. Em sua pesquisa o autor assevera que as cenas de violência aparecem mais na grande mídia, pois dão mais audiência, por isso jornalistas estão sempre mais atentos a essas cenas. Nos jornais nacionais diversos leitores apontaram essa característica ao enviar mensagens reclamando que os jornais mostravam só os “vândalos”.

A ironia aparece quando percebemos que esses repórteres poderiam filmar e noticiar apenas os manifestantes pacíficos, dando ênfase às suas pautas, uma vez que as ações violentas, na sua narrativa, fazem com que as reivindicações dos manifestantes pacíficos não sejam ouvidas. Mas as notícias sobre Black Blocs e manifestantes radicais aparecem sempre com mais destaque.

Nos jornais nacionais fotografias de vidraças de bancos quebradas, de ataque a outros alvos econômicos, como o ataque à loja de roupas de grife Toulon, num bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro foram publicadas incessantemente nas páginas dos jornais, bem como declarações de porta-vozes de movimentos progressistas, moradores do bairro do Leblon e até mesmo as declarações do então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

Reclamar de depredações e dizer que elas tiram a atenção das reivindicações de movimentos progressistas foi outra semelhança na narrativa dos jornais nacionais e internacionais. Dois dias depois do ataque à loja de roupas de grife Toulon, a jornalista Dora Kramer escreveu no Estado de São Paulo que as ações de um “pequeno grupo de vândalos” acabam desqualificando as manifestações pacíficas e gerando “repulsa e medo na população que vê a expressão de suas demandas degenerarem em arrastões de violência” (KRAMER, 2013, Política, p. A6). Além dela, diversos outros jornalistas, líderes das centrais sindicais, porta-vozes de movimentos supostamente progressistas condenaram black blockers por invasão ou infiltração em manifestações pacíficas. Uma depreciação unânime também nas seções destinadas a publicação de cartas de leitores.

Propagandas de grandes empresas capitalistas, como bancos, concessionárias, redes de hotelaria e empresas produtoras de artigos de consumo em geral sustentam os jornais corporativos e determinam a dependência entre esses jornais e as empresas,

acusando o forte teor comercial que envolve os veículos da grande mídia. Assim, o ataque a símbolos políticos e principalmente econômicos, principais alvos dos black blockers, são fortemente recriminados nesses meios de comunicação que promovem intensamente o desejo ao consumo.

Por isso, definir manifestantes radicais como vândalos de forma rasa e superficial foi uma constante, esvaziar o sentido político de suas ações também. Tanto a mídia internacional quanto a mídia nacional empregaram este recurso sem estudar a fundo a tática Black Bloc. Na mídia internacional o julgamento foi feito utilizando-se quase os mesmos termos, “vândalos”, “jovens irresponsáveis”, “jovens com o único objetivo de destruir tudo”.

Assim, a defesa de manifestações pacíficas foi feita através da depreciação dos ativistas radicais por meio de diversas declarações. Nesse sentido pudemos ler afirmações que aproximavam os manifestantes de terroristas e incentivavam punições, prisões e leis mais rígidas que não permitissem aos “vândalos” sair após pagar fiança.

Essas críticas não vêm acompanhadas de uma sugestão ou ideia do que exatamente as ações dos Black Blocs ofuscam. Também não questionam se as reivindicações dos manifestantes pacíficos teriam sido ouvidas, caso os Black Blocs não tivessem sido formados. Nesse sentido, Dupuis-Déri traz um questionamento relevante: como “alguns poucos black blockers têm o poder – quebrando algumas vitrines – de desviar a atenção dos líderes do G8 de questões importantes sobre a globalização?”. Esses questionamentos não são sequer levantados por aqueles que depreciam os Black Blocs.

O padrão típico de postura da grande mídia levantado por Dupuis-Déri no início do capítulo dois, também pode ser comprovado nos jornais nacionais. A condenação dos manifestantes radicais foi a primeira atitude dos jornais, culpá-los pelo congestionamento do trânsito, pelo caos urbano e até mesmo pela reação da polícia foi uma constante. Suas reivindicações foram desqualificadas e suas ações resumidas a vandalismo de jovens irresponsáveis.

Passados os primeiros momentos e a adesão dos protestos pela população, esses manifestantes foram *analisados* nos jornais. Visitas a sites e redes sociais foram o suficiente para os jornalistas traçarem um perfil dos black blockers e chamarem especialistas e acadêmicos que rapidamente colocaram eles no mesmo grupo dos skinheads, por terem como único objetivo (segundo suas declarações) a violência e destruição de propriedade.

Porta-vozes de movimentos progressistas, líderes de partidos políticos e de centrais

sindicais fizeram as mesmas afirmações e se desassociaram dos ativistas radicais, acordando inclusive com as autoridades policiais a denúncia deste ativistas, formando uma verdadeira *polícia da paz*, como trazido por Dupuis-Déri e Ned Ludd. Essa atitude ficou nítida quando, na manifestação do dia onze de julho, os líderes das centrais sindicais acordaram com as autoridades que “os trabalhadores foram orientados a fotografar qualquer atos de vandalismo e enviar as imagens por e-mail para as centrais sindicais”, como foi anunciado no jornal no Estadão pelo presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah. Os jornais deram voz e espaço a estes manifestantes, condenando os Black Blocs e seus participantes.

Para os manifestantes era preciso tomar vias públicas para conseguir chamar a atenção das pessoas e dos governantes, daí o bordão tão utilizado nos protestos “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar” e “Desculpe o transtorno, estamos mudando o país”. A ocupação das ruas também era um objetivo, a retomada da cidade pelo povo que, ocupando as ruas modificava diretamente seus fluxos e usos, como explica o Movimento Passe Livre. Nos jornais, a ocupação das ruas recebeu foco pelo congestionamento do trânsito, “vandalismo”, “violência” e caos por parte dos manifestantes. Após uma grande aderência popular aos protestos, os jornais analisados passaram a noticiar a ocupação das ruas pelos manifestantes como sinônimo de atitude por parte do povo.

Na narrativa dos jornais nacionais, a prioridade em noticiar o trânsito congestionado, notada inicialmente nas notícias, caos urbano e depredação de patrimônio é uma forma de apagamento ou esvaziamento das causas reivindicadas. Além de tentar tirar o foco das manifestações os jornais nacionais promoveram e motivaram o epistemicídio dos saberes e formas de reivindicação populares. Quando enfim reconheceram as manifestações, novamente mostraram seu racismo epistêmico ao promover e incentivar o apagamento dos saberes e formas de se manifestar populares ao fabricar pautas a serem reivindicadas nas ruas e usar os manifestantes para exigirem causas genéricas.

Segundo Dupuis-Déri, a polícia exagera a ameaça que os manifestantes representam para justificar a repressão policial, quando as informações corretas aparecem a atenção do público em relação ao assunto já se dissipou e os jornalistas não mostram interesse pelo assunto. O autor também afirma que o fato de os jornalistas só noticiarem superficialmente as manifestações, acabam publicando e propagando notícias equivocadas, como foi o exemplo do manifestantes Carlo Giuliani que morreu

durante uma manifestação que ocorreu por ocasião da Cúpula do G8 em Gênova, em 2001. O manifestante foi morto pela polícia e a imprensa, na época noticiou que foi ‘a primeira morte na história de um manifestante antiglobalização’, numa notícia do France 2 (21 de julho de 2001). Foi noticiado dessa forma, segundo Dupuis-Déri, porque a imprensa não conhece a fundo a realidade:

Em Londres em 2009, durante a Cúpula do G20, um transeunte morreu de ataque cardíaco depois de ser golpeado por um policial. No início dos anos 2000, o World Development Movement, em seu estudo sobre manifestações realizadas em países em desenvolvimento especificamente para denunciar as decisões tomadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, concluiu que dezenas de pessoas haviam sido mortas pela polícia ou pelas forças armadas e que os feridos ou presos chegaram aos milhares. [...] Em fevereiro de 2001, quatro pessoas, incluindo uma de 14 anos de idade, foram mortas na Amazônia Equatorial quando o exército dispersou uma manifestação de um povo indígena envolvido numa campanha contra um plano de restauração elaborado pelo FMI (segundo o qual 50% do orçamento nacional seria destinado ao pagamento da dívida do país). E, na Argentina em 2001, cerca de 30 manifestantes foram mortos durante uma onda de protestos contra a crise econômica e financeira do país. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 220)

Como podemos ver, as forças policiais podem ser mais letais do que os manifestantes, mas a grande mídia não noticia esses fatos. No entanto, ao tratar da violenta repressão policial, os jornais nacionais noticiaram-na como reação aos manifestantes. Mas a ação policial foi sentida mesmo antes das primeiras depredações. Os manifestantes em São Paulo já reclamavam da truculenta represaria policial ainda nos primeiros protestos, caracterizados por passeatas e ocupações de importantes vias da cidade. No Rio de Janeiro, a desocupação da *Aldeia Marakaña* em março de 2013, antes do estopim das passagens, já estava sendo denunciada nas redes sociais, sobretudo pela forte repressão policial. Este episódio fez emergir uma consciência coletiva por parte do povo sobre a necessidade de uma tática de resistência e autodefesa nas ruas.

Somente após relatos de truculência policial circularem nas redes sociais, as manifestações ganharem âmbito nacional e jornalistas serem agredidos pela polícia e presos enquanto trabalhavam, os jornais começaram então a reconhecer timidamente a violência policial, mas ainda assim permaneceram tratando os policiais como vítimas, ainda que os manifestantes tenham relatado uma desmedida violência por parte da governança penal desde as primeiras manifestações.

As narrativas em torno das manifestações de junho de 2013 revelam o quanto aqueles acontecimentos tiveram interpretações e significados distintos para os diferentes atores em ação. A narrativa dos oligopólios de comunicação esteve sempre

criminalizando os Black Blocs.

Numa perspectiva anarquista a polícia nada mais é do que uma parte do Estado, uma governança a qual as autoridades estatais e econômicas podem recorrer para colocar os rebeldes que não querem seguir suas leis, nas rédeas. Todo militarismo é uma ferramenta do Estado que pode e será utilizada contra os “setores ‘perigosos’, não obedientes, ou insubordinados, dos governados” ou contra grupos minoritários, diante de qualquer situação que ameace o poder do Estado ou que simplesmente seja necessário subjugar pessoas para a manutenção do *status quo* (MORAES, 2018). No contexto das manifestações de 2013, quando os governados se revoltaram, o braço armado do Estado seguiu sua cartilha autoritária a mando dos governantes.

Já a depredação ao patrimônio público ou privado foi interpretado, nas páginas dos três jornais analisados, em uníssono, como vandalismo e, assim como a ocupação das ruas, justificativa para a repressão policial. Na voz dos manifestantes, depredar bancos, prédios públicos, carros ou prédios de emissoras de televisão era uma atitude política e simbolizava a rejeição às instituições do poder e da elite.

Enquanto nas páginas dos jornais a depredação era noticiada como violência sem causa, ato irresponsável ou vandalismo desprovido de qualquer engajamento político, na perspectiva anarquista a depredação é entendida como uma tática e a mensagem está no alvo. A tática Black Bloc possui sentido político, é uma forma de ação direta, “uma forma de se comportar nos protestos de rua” a partir da qual os manifestantes ganham visibilidade oferecendo uma crítica radical ao sistema. Depredar propriedades corporativas ou atacar a polícia, representante do Estado, é uma forma de mostrar ao “público” que nem o Estado nem a propriedade privada são *sagrados*, intocáveis (DUPUIS-DÉRI, 2007). Ao atacar fisicamente as estruturas do poder a tática Black Bloc balança os alicerces da certeza de que é impossível viver numa sociedade sem Estado ou sem capitalismo.

Para além dos black blockers a Revolta dos Governados de 2013 no Brasil foi um momento importante para os vários setores do proletariado, uma vez que contribuiu grandemente para que trabalhadores de diversas categorias se fortalecessem coletivamente. Assim, o desenvolvimento e fortalecimento da luta coletiva gerou resultados que não podemos deixar de pontuar, como a Greve Negra dos Garis de 2014, ocorrida no Rio de Janeiro e as ocupações em diversas escolas em 2015 e 2016, por estudantes da rede pública.

Para Selmo Nascimento (2018), que trata da greve dos garis, chamada por ele de

greve negra dos garis, uma vez que trata-se de uma categoria profissional majoritariamente negra, “o levante de 2013 contribuiu de maneira decisiva para o desenvolvimento das forças coletivas da classe trabalhadora, permitindo que na sua experiência como sujeito coletivo e histórico a auto-organização e a ação direta se tornassem parte das suas formas de organização” (DA SILVA, 2018, p. 95).

Assim, os milhares de manifestantes que foram às ruas em 2013 eram de diversas ideologias, mas, ainda que os anarquistas fossem em número pequeno no início, pode-se dizer que suas ideologias influenciaram fortemente tanto os movimentos sociais que chamaram as manifestações, quanto o ciclo de greves e movimentos sociais que irromperam após o levante, através dos valores de horizontalidade, igualdade e liberdade, autonomia, ação direta e autogoverno.

Através da comparação entre a narrativa da imprensa nacional e internacional sobre a tática Black Bloc e os ativistas que dela participaram pode-se concluir que a imprensa empenhou-se em criminalizar os manifestantes em 2013. Ademais, fez isso sem focar as causas das manifestações. Assim, justificou a truculência policial, vitimizando a polícia, e incentivou a criação de leis mais duras para deter esses ativistas. Em contrapartida a esta narrativa, o relato dos manifestantes traz uma reflexão acerca das opressões que a população sofre cotidianamente por parte do Estado e dos governantes, além de oferecer uma perspectiva alternativa à dos veículos tradicionais de comunicação.

Bibliografia

A BAGUNÇA vai se instalando. **Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130730-43750-nac-3-edi-a3-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

A SEGURANÇA pública em risco. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130719>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

AGILIDADE. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130724>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

AMORIM, Claudia, et. al. Mais um confronto no Palácio Guanabara. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130723>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

AMORIM, Silvia, CASTRO, Juliana, HERDY, Thiago. Risco de novos confrontos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130613>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

ARAÚJO, Vera, et. al. Suspeita de fogo amigo. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130724>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

ARAÚJO, Vera, GOULART, Gustavo. No Rio, protesto termina com ataque ao Palácio Tiradentes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130614>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

ARAÚJO, Vera. Entre manifestantes há até criminosos, afirma sociólogo. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130719>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

AS ruas e a lei. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 jul. de 2013. Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130705-43725-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em 05 mar. de 2022.

ATAQUE à prefeitura e saques a lojas marcam novo protesto em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de jun. de 2013. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19530&anchor=5878121&origem=busca&originURL=&pd=9ffff13014ddd84313cd146a7d1bd53e>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

ATO em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de jun. de 2013. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19530&anchor=5878105&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

ATO em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de jun. de 2013. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19530&anchor=5878105&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

BAKUNIN, M. **O princípio do Estado e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2008.

BAKUNIN, M. **Textos escolhidos**: seleção e notas de Daniel Guérin. Porto Alegre: L&PM, 1980.

BALMANT, Cimara, et al. Protestos reúnem 230 mil em 12 capitais e governantes viram alvo. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de jun. de 2013. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130618-43708-nac-11-cid-a11-not>>. Acesso em: 4 dez. de 2020.

BARRETO, Diego, BOTTARI, Elenilce, GOULART, Gustavo. Reação aos Vândalos. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130719>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

BARRETO, Diego, BOTTARI, Elenilce. Os entraves legais para punir ação de vândalos. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130720>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. **Usos & Abusos da**

História Oral. AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.p.219-232

BERGAMIM, Giba, GERAQUE, Eduardo. Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19518&anchor=5876307&origem=busca&originURL=>>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

BERGAMIM, Giba. Manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19519&anchor=5876493&origem=busca&originURL=>>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

BERTOLUCCI, et. al. Dia de protesto e muita confusão no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130712>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

BERTOLUCCI, Rodrigo, RAMALHO, Sérgio, FERNANDES, Letícia. Dia de protesto e muita confusão no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130712>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

BLACK BLOC Brasil atrai estudantes de classe média alta. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 13 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19554&anchor=5882310&origem=busca&originURL=&pd=a39eff3a5402b68c35455d4dcc71fb24>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

BLOCH, M. Comparação. In: __. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 111-118.

BLOCH, M. Para uma História Comparada das Sociedades Europeias. In: __. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150.

BORGES, Waleska. Destruição muda paisagem de ruas do Leblon. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130719>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

BRAGANÇA, Bertrand de O. Improvisação, aventura e caos. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19560&anchor=5883772&origem=busca&originURL=&pd=4e9fb05cb7cf49a90bd67a570e9dc651>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011**. Acrescenta o § 10 ao Art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=969478&filename=Tramitacao-PEC+37/2011>. Acesso em 24 de nov. de 2021.

BRITTO, Thais, et. al. Manhã de paz e noite de confusão na Tijuca. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130701>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

BURKE, P. Métodos e modelos: comparação. In: __. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 43-74.

CAPITAIS já baixam tarifas de ônibus; protestos continuam. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de jun. de 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130619>. Acesso em 24 de nov. de 2020.

CARDOSO, C. F.; PÉREZ BRIGNOLI, H. O método comparativo na História. In: __ **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 409-419.

CARNAVAL, Marcelo. Black Blocs e a baderna premeditada. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130719>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

CARVALHO, Cleide, OTAVIO, Chico. Conselho quer frear uso de armas não letais no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130616>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

CARVALHO, Cleide, OTÁVIO, Chico. Conselho quer frear uso de armas não letais no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130616>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. São

Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**: seminários 1986-1987. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Juliana, GOIS, Chico de. No foco dos protestos, máquina administrativa federal consome R\$ 611 bilhões por ano. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130701>>. Acesso em 05 mar. 2022.

CASTRO, Ruy. Más companhias. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19560&anchor=5883740&origem=busca&originURL=&pd=18ba7c6534bd6476427aee5e3976ea2a>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

CENTRAIS fazem protesto em todo o País, mas sem adesão em massa. **Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130712-43732-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

CHADE, Jamil, LEITE, A., MAIA, L. Brasil vai passar de ano, diz Fifa. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130702-43722-spo-43-esp-d1-not>>. Acesso em 05 mar. 2022.

CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia**: os espetaculares feitos da propaganda. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Mídia, propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF, 2019.

COLOMBO, Eduardo. “Introdução”. In BAKUNIN, Mikhail. **O Princípio do Estado e Outros Ensaios**. São Paulo: Hedra, 2008.

COLOMBO, Eduardo. Anarquia e anarquismo. **Verve – Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol.**, n. 7, 2005.

COMITÊ POPULARES DA COPA – RIO. Apresentação, s.d. Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/>>. Acesso em 3 de abr de 2021.

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da. Anarquismo, teoria e história. In. **Instituto de Teoria e História Anarquista**. v. 9, p. 12, 2013. Disponível em: <<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/09/22/correa-silvaanarquismoteoriaehistoria>>.

Acesso em: 3 abr. 2021.

COSTA, Ana C., GOULART, G. A marcha da insensatez. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130612>>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

COSTA, Ana Cláudia, GOULART, Gustavo. Vandalismo sem causa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130612>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

COSTA, Ana Cláudia. ‘Vamos reaprendendo a cada manifestação’. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130717>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

COSTA, Ana Claudia. PM: vândalos usariam bombas mais potentes no Maracanã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130703>>. Acesso 05 mar. de 2022.

DANTAS, Tiago. Centrais ameaçam fechar Paulista e Marginais. **Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130702-43722-nac-15-cid-a15-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

DA SILVA, Selmo Nascimento. O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista. **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 18, n. 210, 2018, pp.89-101.

DATENA, J. L., **Datena surpreendido em pesquisa! Passe Livre 13/06/13**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

DICIO – Dicionário Online de Português. Jornada. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/jornada/>>. Acesso em 12 jul 2021.

DOS Leitores. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130720>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 05 - 22, jun. 2012. ISSN 2175-1803. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>> Acesso em 30 de nov. 2020

DOWBOR, Monika. ‘Baderneiro’ vira ‘mocinho’ com reação desproporcional. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130615-43705-nac-15-cid-a16-not>>. Acesso em 05 de mar. de 2022.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.

E a baderna continua. **Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130729-43749-nac-2-opi-a2-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

E na frente do Guanabara. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130723>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

EM paz. **O Globo**. Rio de Janeiro, 01 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130701>>. Acesso em 05 mar. 2022.

ESCALADA de violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130621>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

ESTADÃO. **Acervo Estadão**, 2021. Página Inicial. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em 26 de nov. de 2021.

EXCESSOS e Limites. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19561&anchor=5884308&origem=busca&originURL=&pd=c06e5a800206ee4964ec4efc48c9a670>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

EXÉRCITO barrará mascarados em área onde papa celebrará missa. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19560&anchor=5883686&origem=busca&originURL=&pd=dbc27aae3e5c37b45d96b4f70acdd916>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

FERNANDES, Letícia, RAMALHO, Sérgio. Anistia critica violência da PM e acende discussão sobre o tema. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130713>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

FERNANDES, Leticia. Batalha no entorno do Palácio Guanabara. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130712>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

FERREIRA, Andrey C. Ecos de Junho: Insurgências e crise política no Brasil (2013-2018). *Le Monde diplomatique Brasil*, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/ecos-de-junho-insurgencias-e-crise-politica-no-brasil-2013-2018/>>. Acesso em 06 mar. de 2022.

FILOSOFIA 'black bloc' prega desobediência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19553&anchor=5881968&origem=busca&originURL=&pd=5365a971f5264a14cf1e9522f4739d45>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Acervo Folha**, s. d. Página Inicial. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em 26 de nov. de 2021.

FÓRUM dos Leitores. **Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130729-43749-nac-2-opi-a2-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

GALDO, Rafael. Manifestantes entram em confronto com PMs no Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130611>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

GARCIA, Luiz. Manter a ordem. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130719>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

GELDERLOOS, Peter. **Como a não-violência protege o Estado**. Porto Alegre:Deriva, 2011.

GOHN, M. da G. Movimentos Sociais na Atualidade. In: GOHN, M. da G. (Org.) *Movimentos Sociais no início do Século XXI. Antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Marcelo, et. al. Polícia consegue segurar os manifestantes. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130701-43721-nac-43-esp-d3-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

GOVERNO de SP diz que será mais duro contra vandalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19524&anchor=5877205&origem=busca&originURL=>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

GOVERNO de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19528&anchor=5877985&origem=busca&originURL=>>. Acesso em 23 de nov. de 2020

GOVERNO de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19528&anchor=5877985&origem=busca&originURL=>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

GRAEBER, D. **DirectAction: AnEthnography**. Oakland: AK Press, 2009.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GROSGUÉL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e cultura**, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007.

GROSGUÉL, Ramón. Racismo epistêmico, islamofobia epistêmica y cienciasocialescoloniales. **Tabula rasa**, n. 14, p. 341-355, 2011.

HERDY, Thiago. Grupo interdita ruas em novo dia de tensão em SP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130608>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

JABOR, A. **Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/>>. Acesso em 31 mar.

2021.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. History and Theory. **Studies in the Philosophy of History**, v. 42, n. 1, fev. 2003.

KRMAER, Dora. Joio do Trigo. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130719-43739-nac-6-pol-a6-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

KROPOTKIN, P. **O princípio anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2007.

KROPOTKIN, P. **Palavras de um Revoltado**. São Paulo: Imaginário, 2005.

LIVRE, Movimento Passe. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. Vainer, Carlos et al., **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUDD, Ned. **Urgência das Ruas: Black Block, Reclaimthe Streets e os dias de Ação Global**. São Paulo: Conrad Livros: 2002.

MACHADO, Márcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto: revista do mestrado da comunicação UFRGS**, vol. 1, n. 14, p. 1-11, 2006.

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. O discurso jornalístico. Brasília: **Compós**, 2001.

MAKHNO, Nestor; SKIRDA, A.; BERKMAN, A. **Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia**. São Paulo: Imaginário, 2001.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

MANIFESTAÇÃO e vandalismo. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130719>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

MANSO, Bruno Paes, RIBEIRO, Bruno, ZANCHETTA, Diego. Paulistano fica refém de bombas e tiros de borracha em novo confronto. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130614-43704-nac-13-cid-a15-not>>. Acesso em 4 dez. de 2020.

MANSO, Bruno Paes. Movimento que parou SP quer ‘causar’. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130609-43699-nac-25-cid-a26-not>>. Acesso em 4 dez. de 2020.

MANUAL. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130716>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

MARINONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. **Análise**, v. 13, p. 1-28, 2015.

Maynard, Dilton. In: MAYNARD, Andreza, MAYNARD, Dilton. *Visões do Mundo Contemporâneo*. V.2. São Paulo, LP Books, 2013. p.157-171

MBAH, Sam; IGARIWEI, I. E. **Anarquismo Africano: A história de um Movimento**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2018.

MICHAELIS ON-LINE. Jornada. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=jornada>>. Acesso em 12 jul. de 2021.

MILHARES vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19529&anchor=5878043&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

MOM-Brasil. Estado de S. Paulo. MediaOwnership Monitor Brasil. **Repórteres Sem Fronteiras/Intervozes**, 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/o-estado-de-s-paulo/>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MOM-Brasil. Folha de S. Paulo. MediaOwnership Monitor Brasil. **Repórteres Sem Fronteiras/Intervozes**, 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/folha-de-s-paulo/>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MOM-Brasil. Mídia Impressa. MediaOwnership Monitor Brasil. **Repórteres Sem Fronteiras/Intervozes**, 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/midia-impressa/>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MOM-Brasil. O Globo. MediaOwnership Monitor Brasil.**Repórteres Sem Fronteiras/Intervozes**, 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/o-globo/>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MOM-Brasil. Página Inicial. MediaOwnership Monitor Brasil.**Repórteres Sem Fronteiras/Intervozes**, 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MOM-Brasil. Super Notícia. MediaOwnership Monitor Brasil.**Repórteres Sem Fronteiras/Intervozes**, 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/super-noticia/>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MONTEIRO, André, et. al. Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19523&anchor=5877141&origem=busca&originURL=>>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

MONTEIRO, André, et. al. No Rio, grupo de mascarados ataca polícia com pedras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19553&anchor=5881932&origem=busca&originURL=&pd=2dd29a73575580eeb9b27ae431b91945>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

MORAES, Isaias Albertin; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil: anarquismo e tática black blocs. In *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v.7, no 2, p.165-198, jul./dez. 2017

MORAES, Wallace dos Santos de. **2013 Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, Revolta do Vinagre**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2018a.

MORAES, Wallace dos Santos de. A Revolta dos governados do inverno-primavera de 2013 no Brasil e suas interpretações. In: FERREIRA, Andrey C. (Org.). **Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI**. Niterói: Alternativa, 2016. p. 353-380.

MORAES, Wallace dos Santos de. Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. **Revista Teoliterária**, v. 10, nº 21, p. 54-78, 2020.

MORAES, Wallace dos Santos de. Estadolatria, Plutocracias, Governanças sociais e institucionais: Preâmbulo de um paradigma anarquista de análise. **Otal**, abr. de 2018b. Disponível em: <<https://otal.ifcs.ufrj.br/estadolatria-plutocracias-governancas-sociais-e-institucionais-preambulo-de-um-paradigma-anarquista-de-analise1/>> . Acesso em 23 de Nov. de 2020.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Página Inicial, s.d. Disponível em: <<https://www.mpl.org.br/>>. Acesso em 3 de abr de 2021.

MUITOS PMs estavam sem etiquetas nas fardas. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130713>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

NAS REDES, os flagrantes da violência policial em São Paulo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130615>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

NO 2º dia de confronto e destruição, protesto fecha Marginal do Pinheiros. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130608-43698-nac-21-cid-a22-not>>. Acesso em: 4 dez. de 2020.

NO Centro, vândalos e policiais se enfrentam com violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130712>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O BRASIL nas ruas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130618>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

O GLOBO. **AcervoO Globo**, 2021. Edições de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=20102013>>. Acesso em 26 de nov. de 2021.

O GLOBO. Opinião. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130613>>. Acesso em 05 mar. 2022.

P. S. Na Avenida Rebouças, clima era de medo e perplexidade. **Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130731-43751-nac-12-cid-a12-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

PAES, Bruno, et. al. Protesto fecha a Marginal e lentidão chega a 226km. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130608-43698-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em: 4 dez. de 2020.

PAINEL do Leitor. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19570&anchor=5885739&origem=busca&originURL=&pd=4bc9f374c618fafa4ef935147e09d61>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

PEDRO, Felipe Corrêa. **Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica**. Dissertação (Mestrado em Ciências) –Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 275. 2012.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). **MATRIZES**, São Paulo, ano 7, n. 2, p. 73-93, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69407/71976>> . Acesso em: 3 abr 2021.

POLÍCIA reage com violência a protesto e SP vive noite de caos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19525&anchor=5877319&origem=busca&originURL=>>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

PRONZATO, C. **A partir de agora** – as jornadas de junho no Brasil. [Filme-vídeo]. Produção de Carlos Pronzato, direção de Carlos Pronzato. 2014. 79 min. Color. Som. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3dlPZ3rarO0>>. Acesso em 22 nov. 2020.

PROTESTAR não é pecado. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19559&anchor=5883626&origem=busca&originURL=&pd=6647db8b1ba01006a4df57b71b419c36>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

PROTESTO contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19518&anchor=5876323&origem=busca&originURL=&pd=5aad810435679ac7db4f1ef042d2c05a>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

PROTESTOS se espalham pelo Brasil e põe governantes em alerta. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130618-43708-nac-11-cid-a11-not>>. Acesso em 4 dez. de 2020.

PROTESTOS violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19532&anchor=5878279&origem=busca&originURL=>>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

PROTESTOS. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19561&anchor=5884309&origem=busca&originURL=&pd=d345e114bb1a76a7c5ebe2bc342496c0>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Trad. Marília Caeiro. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1975.

PURO Vandalismo. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130608-43698-nac-3-edi-a3-not>> . Acesso em: 4 de dez. de 2020.

RAMALHO, Sérgio. Black Blocs: violência e referências confusas. O Globo, Rio de Janeiro, 14 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130714>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

REAÇÃO aos vândalos. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130720>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

REPERCUSSÃO. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130615-43705-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em: Acesso em 4 dez. de 2020.

REPERCUSSÃO. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130618-43708-nac-11-cid-a11-not>>. Acesso em: 4 dez. de 2020.

RIBEIRO, Bruno, COSTA, Nataly, DANTAS, Tiago. São Paulo deve ter atos em 35 pontos. **Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130711-43731-nac-8-pol-a8-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

RODRIGUES, Artur, et. al. Protesto contra alta de tarifa para o centro de SP. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130607-43697-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em 4 de dez. de 2020.

RODRIGUES, Artur, et. al. Protesto contra aumento do ônibus fecha Paulista e leva caos ao centro. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130607-43697-nac-12-cid-a12-not>>. Acesso em 4 de dez. de 2020.

RODRIGUES, Artur. ‘Mantive controle para não atirar’. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130613-43703-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em 4 dez. de 2020.

ROLNIK, Raquel et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013. 112 p.

ROLNIK, Raquel et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013. 112 p.

SAMIS, Alexandre. “Introdução”. In KROPOTKIN, Piotr. **O princípio Anarquista e Outros Ensaio**s. São Paulo: Hedra, 2007.

SAMIS, Alexandre. A Associação Internacional dos Trabalhadores e a conformação da tradição libertária. In: CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V.; SILVA, Alessandro S. da (orgs.). **Teoria e História do Anarquismo**. Curitiba: Prismas, 2014.

SAMIS, Alexandre. Os matizes do sentido-anarquismo, anarquia e a formação do vocabulário político no século XIX. **Verve** - revista semestral autogestionária do Nu-Sol, n. 2, 2002.

SANTOS, Bárbara F. Protesto acaba em depredação nas ruas de SP. **Estado de São Paulo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130727-43747-spo-17-cid-a18-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. **La Globalización del Derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Bogotá: ILSA, Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza.; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Cortez Editora, 2014.

SCRIVANO, Roberta, et. al. Em mais um dia de protesto, São Paulo se divide entre paz e atos de vandalismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130619>> . Acesso em 23 de Nov. de 2020.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: VAINER, Carlos; HARVEY, David; MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p.71-78.

SINDICATOS fazem manifestações em todo o país, mas adesão é baixa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19553&anchor=5881952&origem=busca&originURL=&pd=efb6955e0e2420caa24f645a98218a16>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

SINDICATOS já escolhem vias que devem parar. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19543&anchor=5880347&origem=busca&originURL=&pd=bf1927e65e19cb92228adfd365eb6eec>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

THOMÉ, Clarissa, TOSTA, Wilson. Para OAB, ato começou legítimo, mas ‘desbordou para o fascismo’. **Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130719-43739-nac-16-cid-a17-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

TOSTA, Wilson, GOMES, Marcelo. Cabral some após noite de quebra-quebra. **Estado de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130719-43739-nac-16-cid-a17-not>>. Acesso em 05 mar. de 2022.

VAZ, Carlos E. S. **Democracia e Justiça Social na Demarquia e no Anarquismo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Erechim, p. 153. 2020.

VENTURINI, Federico. Retomar 2013: ação direta e trabalho de base como prática de resistência. In **Revista Estudos Libertários**. v. 2, n 6, p. 175 – 212, 2020.

VENTURINI, Federico. Retomar 2013: Ação Direta e trabalho de base como práticas de resistência. **Revista Estudos Libertários**, v. 2, n. 6, p. 175-212, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/39129>>. Acesso em 24 de nov. de 2020.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In VAINER, Carlos; HARVEY, David; MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 53-58.

VIOLÊNCIA no fim de um protesto pacífico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130618>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

WALTER, Nicolas. **Do anarquismo**. São Paulo: editora Imaginário, 2000.

ZIMMERMANN, B; WERNER, M. Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade. **Textos de História**, v. 11, n. 1-2, p. 83-127, 2003.